

PDUH 2040

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CADERNO REGIONAL

BAURU – MARÍLIA – ARARAQUARA



APRESENTAÇÃO

O **Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (PDUH)** é um instrumento de Planejamento do Desenvolvimento Urbano e da Habitação no Estado de São Paulo que visa reconhecer as dinâmicas e necessidades dos municípios e regiões para orientar políticas e investimentos públicos, orientando a elaboração dos Planos Plurianuais.

Busca realçar potencialidades e mitigar vulnerabilidades territoriais, estabelecendo um ambiente de Planejamento e Gestão do território, e consolidando o papel articulador do Estado. Trata-se da oportunidade de revisão do Plano Estadual de Habitação (PEH 2011-2023) que estabelecia estratégias e metas para a eliminação progressiva do déficit habitacional, conciliando ações interfederativas públicas com a participação da iniciativa privada.

Propõe acrescentar novos conceitos à provisão habitacional, através de uma visão mais abrangente e contemporânea, informando e orientando os municípios e regiões pelo fortalecimento de três eixos de atuação: Urbanismo e Habitação Social, Infraestrutura e Mobilidade, e Meio Ambiente e Mudança do Clima, em diversas escalas, para o estabelecimento de cidades seguras, resilientes, inclusivas, prósperas e sustentáveis.

Para o seu pleno desenvolvimento prevê a configuração de banco de dados geoespaciais em plataforma colaborativa e monitoramento de metas, considerando os parâmetros internacionais de desenvolvimento urbano sustentável (Nova Agenda Urbana e ODS-ONU), adaptados à realidade regional. Propõe a elaboração de análises temáticas e integradas, além de índices para o subsídio de tomada de decisão no Planejamento.

Traz a mudança no paradigma do Planejamento Urbano, ratificando a escala humana, o processo incremental de Planejamento e a importância dos espaços livres públicos como elementos essenciais de qualificação das

cidades. Incorpora as recomendações de diferentes manuais e Planos recentemente elaborados, bem como reconhece a experiência da CDHU no atendimento habitacional às regiões atingidas por desastres climáticos extremos, defendendo o olhar para unidades territoriais, seja uma cidade, uma região ou um bairro, com seus sistemas de funcionamento e redes de equipamentos sociais.

O PDUH 2040 busca recuperar o planejamento territorial como escala estratégica de alcance estadual, organizando os temas comuns a uma região, bem como a relação inter-regional em favor da identificação de suas potencialidades e vulnerabilidades. Para sua elaboração, portanto, é colocado o desafio do processamento das variáveis disponíveis por diferentes fontes, em escala supra municipal com impacto intraurbano.

Para as regiões metropolitanas, o Estatuto da Metrópole¹ já se constitui como o documento que estabelece diretrizes gerais para o Planejamento, a Gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)². Nessa direção, a elaboração do PDUH propõe uma metodologia análoga, que aponta para o papel articulador das centralidades urbanas, e considera, também, os aspectos da transformação territorial abarcada pelas regiões rurais.

Com o intuito de gerir as FPIC, foi estabelecido, pelo Estatuto a necessidade de cada região metropolitana e aglomeração urbana desenvolver um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como instrumento de Planejamento e de Gestão interfederativa.

Tais planos, elaborados entre 2015 e 2022, estabeleceram ainda o Macrozoneamento das unidades territoriais, sendo que cada município constituinte da região metropolitana ou aglomeração urbana deveria compatibilizar seu Plano Diretor a tal instrumento de planejamento³.

Em seu processo de construção, o PDUH elaborou, primeiramente, os **Cadernos Temáticos**, consolidando um amplo quadro de referência e, ao mesmo tempo, delimitando as principais questões estratégicas de cada

¹ Lei Federal nº 13.089/2015.

² A FPIC é definida como a “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes”.

³ No Estado de São Paulo, estão instituídas nove regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Ribeirão Preto, Piracicaba, São José do Rio Preto, Jundiaí), além da aglomeração urbana de Franca.

tema. Com o objetivo de formular o diagnóstico regional, essas questões estratégicas deverão ser analisadas de forma integrada e transversal, com destaque para a dimensão físico-territorial e dinâmica socioeconômica. Os **Cadernos Regionais** deverão apontar as questões regionais estratégicas, destacando os desafios e oportunidades resultantes da análise dos eixos temáticos do PDUH.

Para o desenvolvimento dos Cadernos Regionais resgata-se a metodologia utilizada no desenvolvimento dos PDUI, dividindo agora o estado em **Nove Regiões**, a partir da atuação da CDHU no Estado, pautada pelos objetivos e parâmetros postos nos Cadernos Temáticos, consolidando o conjunto de bases orientadoras do PDUH 2040, estabelecendo-se os subeixos de análises multitemáticas.

Nesse sentido, considerando as evidências apontadas nos cadernos temáticos, os eixos do PDUH foram organizados em subeixos:

1. Dinâmica Ambiental;

2. Desenvolvimento Socioterritorial;

3. Mobilidade e Infraestrutura Urbana e Social; e

4. Mudanças Climáticas e Vulnerabilidade Socioterritorial.

Estes condicionam o diagnóstico regional para que componham um quadro de referências de apoio às análises que priorizem as Mudanças Climáticas e a Vulnerabilidade Socioterritorial, que trata da questão central do PDHU: **o enfrentamento da precariedade habitacional e urbana** no Estado de São Paulo.

O PDUH, ao assumir o protagonismo da política de desenvolvimento urbano para além da simples provisão habitacional, incorpora também questões contemporâneas, como a necessidade urgente de adaptação do território às mudanças climáticas e de enfrentamento das desigualdades socioterritoriais produzidas por iniquidades sociais históricas.

Este material tem por objetivo a consolidação de diagnóstico sintético da Região atualmente utilizada pela CDHU, tanto sob o ponto de vista físico-territorial, como de dinâmicas mais significativas apontadas nos Cadernos Temáticos. A partir deste diagnóstico deverão ser apontadas as principais fragilidades e potencialidades regionais, além de elencar diretrizes para intervenções futuras.

O conteúdo deste documento foi dividido em dois grandes grupos, sendo o primeiro apresentando uma síntese acerca das características da região, com comentários mais objetivos (Síntese Regional), e o segundo trazendo o detalhamento acerca do cruzamento das informações e variáveis analisadas, como forma de facilitar a análise e a abordagem das soluções para as questões regionais (Caderno Regional).

SUMÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	5
2. DIAGNÓSTICO REGIONAL	18
2.1 DINÂMICA AMBIENTAL.....	20
2.1.1 Patrimônio ambiental e paisagístico.....	21
2.1.2 Instrumentos de proteção e conectividade	29
2.1.3 Abastecimento de água e esgotamento sanitário.....	35
2.1.4 Abastecimento de água e esgotamento sanitário.....	38
2.1.5 Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos	44
2.1.6 Consumo, geração e diversificação da matriz energética	46
2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	48
2.2.1 Perfil econômico dos municípios.....	49
2.2.2 Perfil econômico e distribuição de Instituições de Ensino Superior 52	
2.2.3 Atividade agrícola.....	54
2.2.4 Setor de maior Valor de Transformação Industrial (VTI).....	56
2.2.5 Saldo do comércio exterior.....	58
2.2.6 Caracterização de mudança de uso da terra e expansão da área urbanizada	60
2.2.7 Dinâmica demográfica	64
2.2.8 Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações	69
2.2.9 Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial 74	
2.3 INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE	81

2.3.1 Rede de centralidades e equipamentos sociais.....	82
2.3.2 Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos ...	84
2.3.3 Mobilidade e acessibilidade regional	87
2.3.4 Acidentes no sistema viário	89
2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL..	94
2.4.1 Fragilidades ambientais e mudanças climáticas	95
2.4.2 Domicílios em área de risco	101
2.4.3 Estudos preliminares de necessidades habitacionais	105
2.4.4 Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao saneamento básico	108
2.4.5 Infraestrutura de saúde e padrão demográfico.....	113
2.4.6 Violência urbana	116
2.4.7 Desigualdades socioterritoriais	118
3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES REGIONAIS	122
3.1 ANÁLISE DE MUNICÍPIOS	135
3.2 INTERFACE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	141
3.3 PRÓXIMOS PASSOS	142

1. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A map of Brazil is shown in the background, with the Northeast region highlighted in a lighter shade of purple. The title "1. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL" is overlaid on the map in white text.

USO E COBERTURA DO SOLO 2023

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

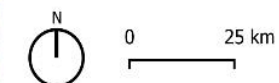
Uso e Cobertura do Solo 2023 (Mapbiomas, 2024)

- Vegetação Natural
- Campo Alagado e Área Pantanosa
- Silvicultura
- Pastagem
- Mosaico de Usos
- Cana
- Soja
- Outras Lavouras Perenes e Temporárias
- Citrus
- Café
- Área Urbanizada
- Outras Áreas não Vegetadas
- Rio, Lago e Oceano
- Afloramento Rochoso
- Mineração
- Aquicultura
- Algodão

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária Estadual
- Rod. Secundária
- Rod. Principal
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

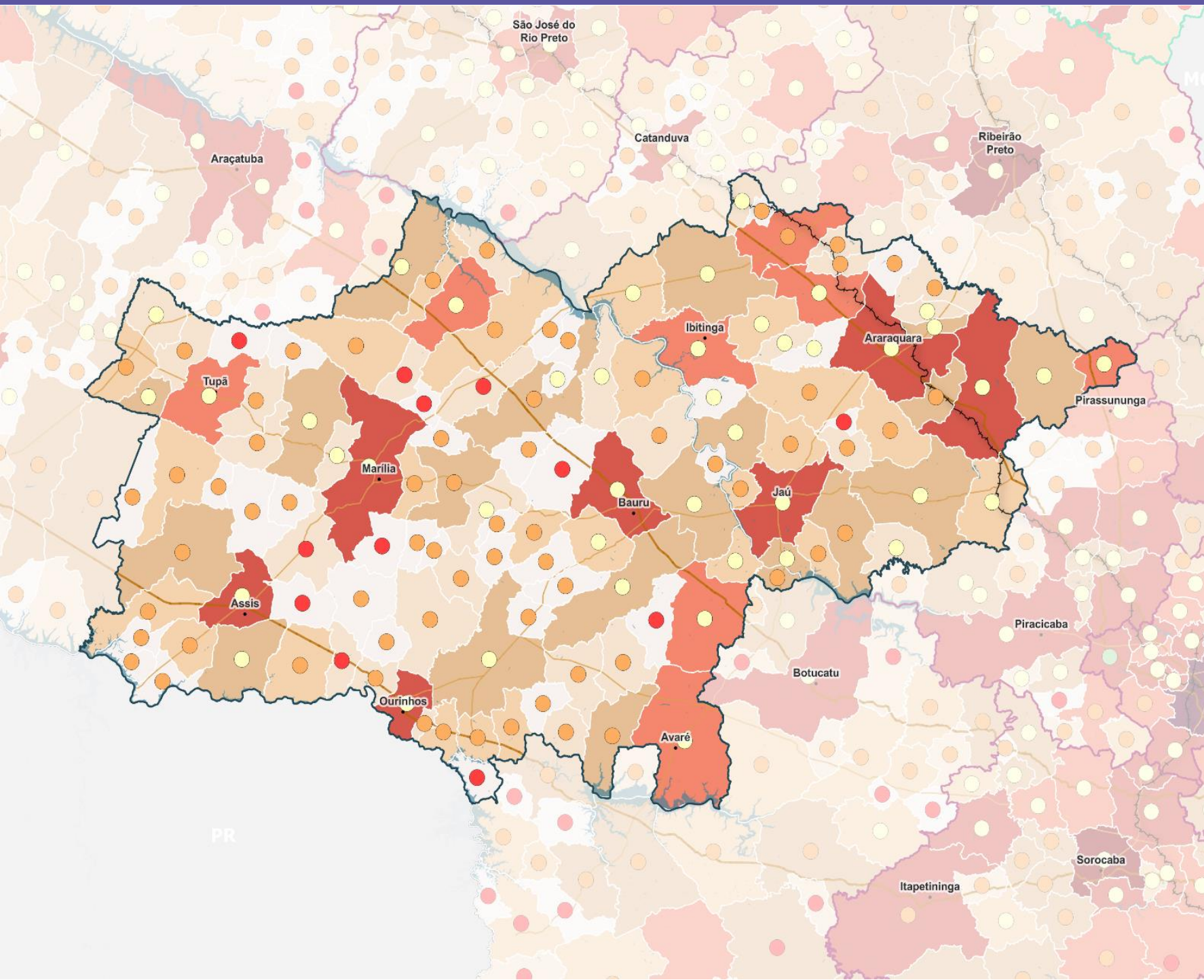
A caracterização regional apresenta um conjunto de dados relevantes para as análises por subeixos que compõem esse Caderno: uso e cobertura da terra, infraestrutura rodoviária principal, porte populacional dos municípios, população inscrita no CadÚnico, Arranjos Populacionais (Regic-IBGE), presença de consórcios intermunicipais e planos regionais ou estaduais de referência.

O projeto **MapBiomass** Brasil é a fonte das informações sobre a cobertura e o uso da terra adotadas no diagnóstico. O MapBiomass é uma iniciativa que teve origem em 2015, vinculada ao Observatório do Clima, com objetivo de monitorar a matriz de mudanças no uso do solo brasileiro, contribuindo para avaliação das emissões de gases do efeito estufa no país. A metodologia do projeto se ancora no sensoriamento remoto, machine learning e rede colaborativa. A elaboração do mapeamento tem como características principais a utilização de imagens de satélite Landsat, com resolução de 30 metros e intervalo de cobertura de 1985 ao ano atual, as quais são classificadas pixel a pixel por algoritmos de aprendizagem de máquina.

A análise dos dados da Coleção 9 para o Estado de São Paulo enfatiza as dez classes predominantes do ponto de vista de sua extensão territorial, apontando para a relevância dos usos ligados à produção rural – pastagem, lavoura perene e temporária, silvicultura e mosaico de usos – em relação à cobertura natural – formação florestal, formação savânica, campo alagado e formação campestre – reforçando a antropização do território.

A região de Bauru – Marília – Araraquara representa 13,71% das áreas de cobertura natural do estado, entendida como o somatório de áreas das classes de vegetação natural existentes em cada das regiões definidas pelo PDUH.

Com relação à infraestrutura rodoviária, destacam-se os eixos formados pelas rodovias Washington Luís (SP-310), Raposo Tavares (SP-270) e Marechal Rondon (SP-300) que além de conectar os municípios mais populosos da região ainda são responsáveis por ligar o sudoeste do estado ao interior do país. Ainda, rodovias como a SP-333 e a SP-225 são transversais aos eixos anteriores e os interligam.



FAIXA DE POPULAÇÃO E CADÚNICO

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Porcentagem de População Inscrita no CADÚNICO em Relação ao Total da População do Município (SAGICAD, Julho-2024)

- Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
- Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
- Maior que 35,25% até 50%

Faixas de Municípios por População (IBGE, 2022)

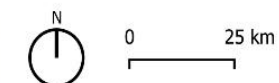
- 0 - 5.000
- 5.000 - 10.000
- 10.000 - 20.000
- 20.000 - 50.000
- 50.000 - 100.000
- 100.000 - 500.000

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Gráfico 1: Maiores Municípios da Região - BMA

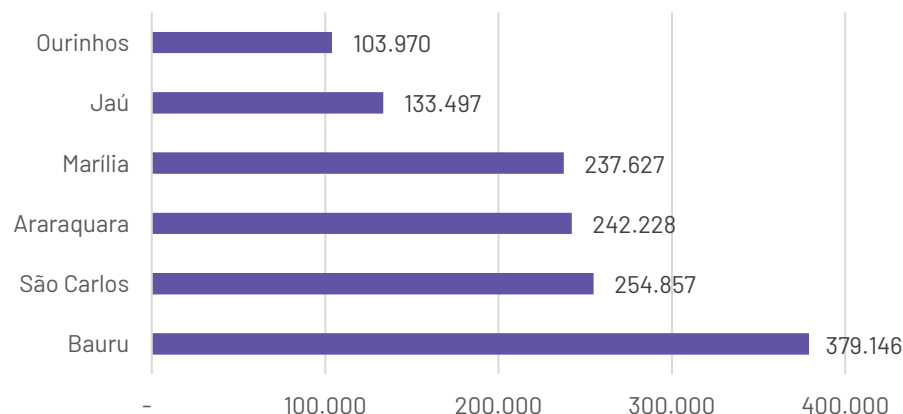
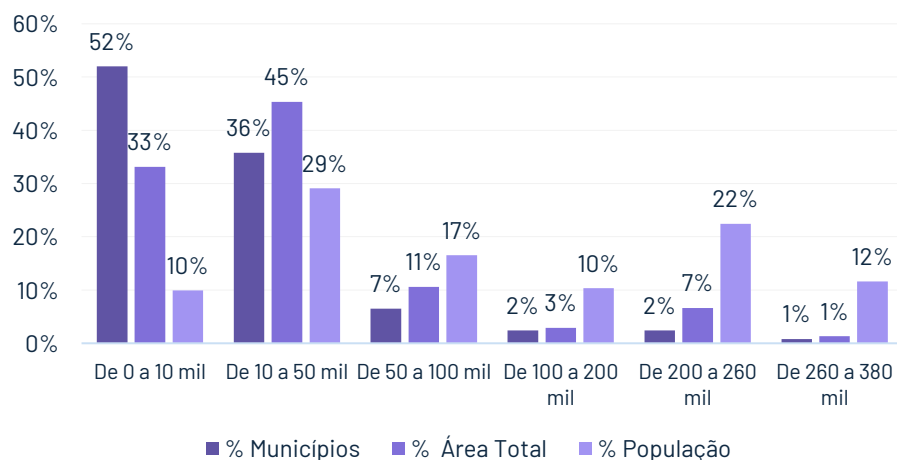


Gráfico 2: Municípios e População por Porte de População - BMA



O **porte populacional dos municípios** tem um impacto significativo na formulação e execução de políticas públicas. Portanto, essa é uma das variáveis mais relevantes consideradas no diagnóstico regional.

A Região de Bauru – Marília – Araraquara é composta por **123 municípios**, abrigando **3.271.856 habitantes**.

Considerando as faixas de município segundo a população, encontramos a seguinte distribuição:

- O município de Bauru concentra 11,59 % da população da região;
- Seis municípios (de 103.970 a 379.146 habitantes) abrigam 41,3% da população;
- 64 municípios (até 10 mil habitantes) abrigam 9,9 % da população.

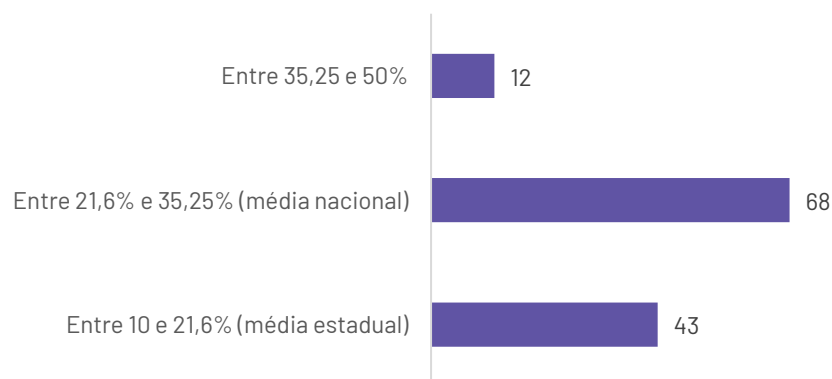
O **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)** é o principal instrumento utilizado pelo governo federal para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais e concessão de benefícios como o Programa Bolsa Família. Além disso, também é adotado como critério para a seleção de beneficiários de programas estaduais e municipais.

É uma variável fundamental para a elaboração de política pública de enfrentamento da precariedade habitacional e urbana e, por sua relevância, perpassa várias análises do diagnóstico. Desse universo, foram selecionadas somente famílias em situação de pobreza ou baixa renda, com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo.

Considerando a porcentagem da população do CadÚnico em relação à população total, a o Estado de São Paulo é de 21,60% e a média do Brasil é de 35,25%.

Na **Região de Bauru-Marília-Araraquara** há **627.508 pessoas** inscritas no CadÚnico, o que representa 19,2% da população total da região, proporção abaixo da média do Estado. Desse total, **62.267 pessoas estão no município de Bauru, 39.990 pessoas em São Carlos, 38.141 em Araraquara e 37.453 em Marília**, municípios com maior quantidade de inscritos em termos absolutos.

Gráfico 3: Classificação dos Municípios por Porcentagem da População em Estado de Pobreza ou Baixa Renda Inscritas no Cadastro Único em Relação à População Total – BMA



Na região 80 municípios possuem uma proporção de sua população inscritas no cadastro acima da média estadual, sendo que destes, 12 estão acima da média nacional, sendo eles: Ibirarema, Guarantã, Echaporã, Guaimbê, Ocaçu, Avaí, Júlio Mesquita, Platina, Borebi, Timburi, Arco-Íris e Trabiju.

Como subsídio ao diagnóstico, também foram considerados os resultados da pesquisa **Regiões de Influência das Cidades – Regic** (IBGE, 2018), que tem como objetivo identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades.

Foram identificados pela REGIC, na Região de Bauru – Marília – Araraquara, onze **Arranjos Populacionais (AP)**:

- 1) **Bauru – Capital Regional B**: Bauru, Piratininga.
- 2) **Araraquara – Capital Regional C**: Araraquara, Rincão, Santa Lúcia, Gavião Peixoto, Américo Brasiliense.
- 3) **Marília – Capital Regional C**: Oriente, Vera Cruz, Marília.
- 4) **São Carlos – Capital Regional C**: São Carlos, Ibaté.

- 5) **Ourinhos – Centro Sub-Regional A**: Canitar, Ourinhos.
- 6) **Matão – Centro Sub-Regional B**: Matão, Dobrada.
- 7) **Tupã – Centro Sub-Regional B**: Queiroz, Arco-Íris, Tupã.
- 8) **Paraguaçu Paulista – Centro de Zona A**: Paraguaçu Paulista, Borá.
- 9) **Pirajuí / Monções – Centro Local**: Pirajuí, Balbinos.
- 10) **Pompéia – Centro Local**: Pompéia, Quintana.
- 11) **Barra Bonita – Igaraçu do Tietê – Centro Local**: Barra Bonita, Igaraçu do Tietê.

ARRANJOS POPULACIONAIS E HIERARQUIA DA REDE URBANA

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Municípios e Arranjos Populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional
- Centro Sub-Regional
- Centro de Zona
- Centro Local

Arranjos Populacionais (Regic, 2018)

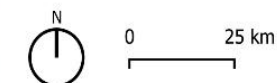
- AP Araraquara
- AP Barra Bonita - Igarapu do Tietê
- AP Bauru
- AP Guariba
- AP Marília
- AP Matão
- AP Ourinhos
- AP Paraguaçu Paulista
- AP Piracicaba
- AP Pirajui
- AP Pompéia
- AP Rio Claro
- AP Santa Adélia - Palmares Paulista - Ariranha
- AP São Carlos
- AP São Pedro
- AP Tupã

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária
- Rod. Secundária
- Rod. Principal
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Corpos d'Água

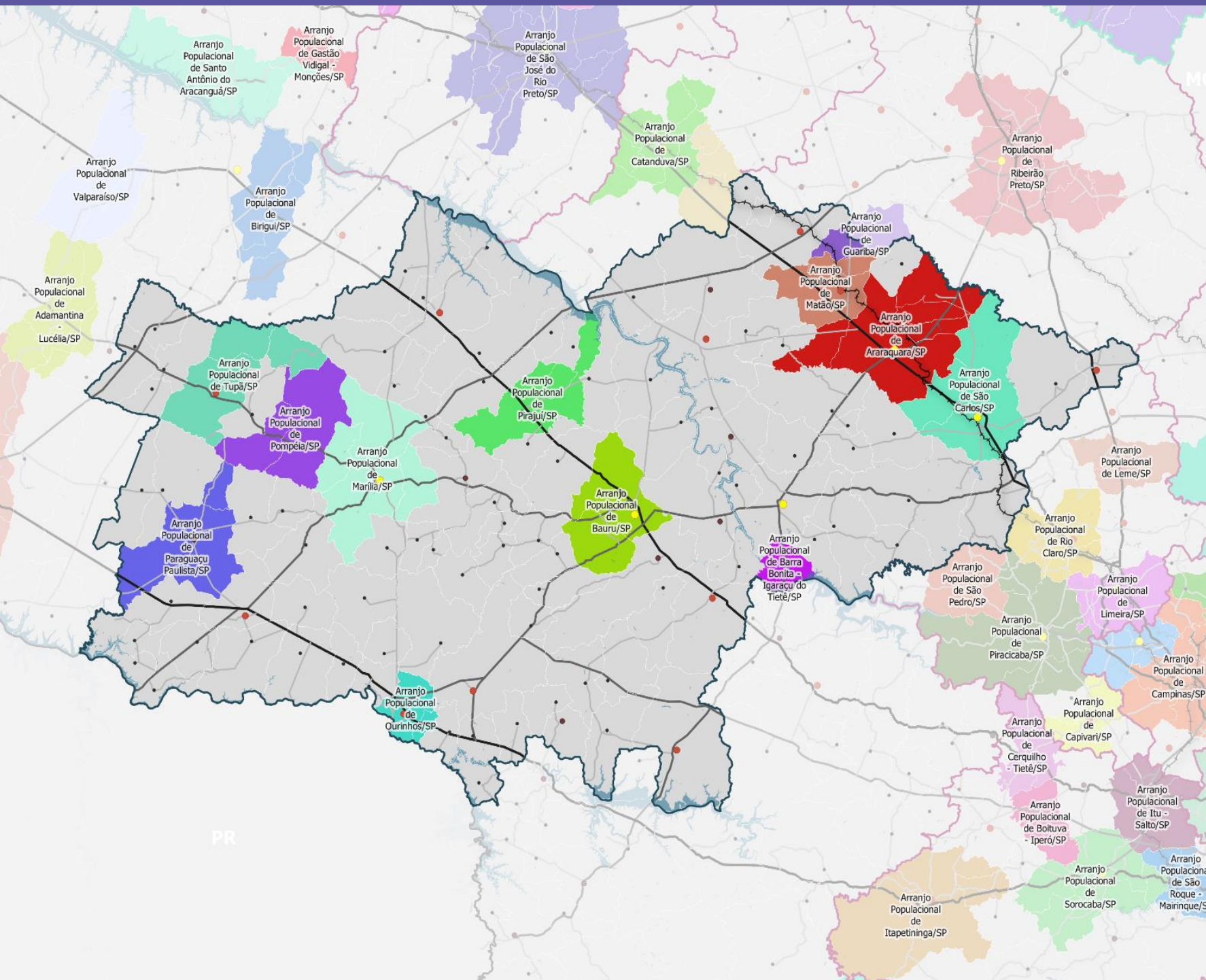
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Outra importante informação que evidencia a natureza das relações institucionais entre os municípios da Região e suas interdependências é a existência de **consórcios públicos intermunicipais**.

Segundo o Observatório dos Consórcios Públicos Intermunicipais da Confederação Brasileira de Municípios, há vinte e três consórcios públicos intermunicipais atuantes na Região de Bauru – Marília – Araraquara:

1. Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema – AMVAPA:

Conta com 20 municípios, dentre eles Águas de Santa Bárbara, Avaré, Cerqueira César, Iaras e Manduri na região.

- Área de atuação: Agricultura, Educação, Mobilidade, Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Saneamento, Resíduos Sólidos, Saúde, Turismo, Desenvolvimento Econômico, Habitação, Trânsito, Esportes, Licitações.

2. Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – ARES – PCJ: conta com 62 municípios, dentre eles Araraquara, Brotas, Dois Córregos e Ibaté na região.

- Área de atuação: Resíduos Sólidos, Saneamento.

3. Consórcio Intermunicipal Culturando – CIC: conta com 20 municípios, dentre eles Cândido Rodrigues e Matão na região.

- Área de atuação: Cultura.

4. Consórcio Intermunicipal do Centro do Estado de São Paulo – CICESP: conta com 8 municípios, dentre eles Borborema, Jacanga, Ibitinga, Itápolis, Pirajuí, Pongai e Tabatinga na região.

- Área de atuação: Agricultura, Cultura, Educação, Mobilidade, Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Saneamento, Resíduos Sólidos, Saúde, Tecnologia, Turismo, Desenvolvimento Econômico, Habitação, Tecnologia.

5. Consórcio Intermunicipal de Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos do Centro-Oeste Paulista – CICOP: conta com 8 municípios: Alvinlândia, Fernão, Gália, Garça, Guarantã, Júlio Mesquita, Lupércio e Álvaro de Carvalho.

- Área de atuação: Resíduos Sólidos.

6. Consórcio Intermunicipal Multifinalitários dos Municípios da ANMP – CIM-AMNAP: conta com 18 municípios, dentre eles Parapuã, Rinópolis e Tupã na região.

- Área de atuação: Agricultura, Licitações Compartilhadas, Educação, Turismo.

7. Consórcio Intermunicipal de Informática – CIN: conta com 13 municípios, mas apenas Promissão na região.

- Área de atuação: Tecnologia.

8. Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP: conta com 27 municípios, dentre eles João Ramalho e Quatã na região.

- Área de atuação: Agricultura, Assistência Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Resíduos Sólidos, Turismo, Transporte.

9. Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista – CIRSOP: conta com 13 municípios, mas apenas Paraguaçu Paulista na região.

- Área de atuação: Resíduos Sólidos.

10. Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA: conta com 3 municípios: Alvinlândia, Lupércio e Ocaçu.

- Área de atuação: Saúde.

11. Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Paulista – CISAP: conta com 6 municípios, mas apenas Parapuã na região.

- Área de atuação: Saúde.

12. Consórcio Intermunicipal dos Vales do Rio Tietê – Paraná – CITP: conta com 68 municípios, dentre eles Arealva, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Bocaina, Boracéia, Borborema, Brotas, Cafelândia, Dois Córregos, Dourado, Iacanga, Ibitinga, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuí, Jaú, Lençóis Paulista, Lins, Macatuba, Mineiros do Tietê, Pederneiras, Pirajuí, Pongaí, Promissão, Reginópolis e Sabino na região.

- Área de atuação: Meio Ambiente.

13. Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema – CIVAP: conta com 48 municípios, dentre eles Agudos, Assis, Bastos, Bernardino de Campos, Borá, Cabralia Paulista, Campos Novos Paulista, Cruzália, Cândido Mota, Quartina, Echaporã, Espírito Santo do Turvo, Fernão, Florínea, Guarantã, Gália, Ibirarema, João Ramalho, Lucianópolis, Lupércio, Lutécia, Manduri, Maracaí, Ocaçu, Oscar Bressane, Ourinhos, Palmital, Paraguaçu Paulista, Paulistânia, Pedrinhas Paulista, Piratininga, Platina, Quatá, Queiroz, Quintana, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Tarumã na região.

- Área de atuação: Agricultura, Educação, Meio Ambiente, Resíduos Sólidos, Esportes, Mobilidade, Cultura.

14. Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema: Saúde- CIVAP SAÚDE: conta com 20 municípios: Assis, Borá, Cândido Mota, Cruzália, Florínea, Lutécia, Maracaí, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina e Tarumã.

- Área de atuação: Saúde.

15. Consórcio de Municípios da Mogiana – CMM: conta com 21 municípios, dentre eles Taquaritinga e Trabiju na região.

- Área de atuação: Resíduos Sólidos.

16. Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande – CODEVAR: conta com 30 municípios, dentre eles Cândido Rodrigues e Fernando Prestes na região.

- Área de atuação: Agricultura, Cultura, Educação, Mobilidade, Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Saneamento, Resíduos Sólidos, Saúde, Trânsito, Turismo.

17. Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – COINDER: conta com 6 municípios: Cafelândia, Getulina, Guaimbê, Promissão, Sabino e Álvaro de Carvalho.

- Área de atuação: Infraestrutura.

18. Consórcio de Municípios da Região Central – CONCEM: conta com 17 municípios, dentre eles Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Cândido Rodrigues, Dobrada, Gavião Peixoto, Ibaté, Matão, Nova Europa, Porto Ferreira, Santa Ernestina, Santa Lúcia, São Carlos, Tabatinga e Trabiju na região.

- Área de atuação: Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Meio Ambiente, Saúde.

19. Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável – CONDESUL: conta com 9 municípios, mas apenas Matão na região.

- Área de atuação: Meio Ambiente, Licenciamento Ambiental, Preservação Ambiental, Recursos Hídricos, Saneamento.

20. Consórcio Intermunicipal Para Tratamento e Disposição Final do Lixo – COTRALIX: conta com 6 municípios: Garça, Lupércio, Marília, Parapuã, Ocaçu, Vera Cruz.

- Área de atuação: Resíduos Sólidos.

21. Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde – CRIS: conta com 7 municípios: Arco-Íris, Bastos, Herculanópolis, Iacri, Queiroz, Rinópolis, Tupã.

- Área de atuação: Saúde.

22. Polo Regional de Desenvolvimento Turístico – Polo Cuesta: conta com 8 municípios, mas apenas Avaré na região.

- Área de atuação: Turismo.

23. União dos Municípios da Média Sorocabana – UMMES: conta com 20 municípios, dentre eles Alvinlândia, Bernardino de Campos, Campos Novos Paulista, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ibirarema, Ipaussu, Ocaçu, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Timburi, Vera Cruz, Águas de Santa Bárbara e Óleo na região.

- Área de atuação: Agricultura, Desenvolvimento, Cultura, Educação, Mobilidade, Meio Ambiente, Resíduos Sólidos, Saúde, Trânsito, Turismo.

Cabe destacar que a existência dos consórcios intermunicipais viabiliza o atendimento de **funções públicas de interesse comum e possibilita economias de escala** pelo agrupamento de municípios. A aderência a consórcios é um arranjo político-administrativo próprio, não requer contiguidade geográfica, nem se circunscreve a limites de Regiões Metropolitanas. Ainda, em função da região abrigar sua população de forma mais dispersa e não possuir regiões metropolitanas, o instrumento dos consórcios públicos adquire maior relevância na carência de outros arranjos regionais.

Pode-se perceber, ainda, que existe uma intersecção de diferentes consórcios em alguns municípios, refletindo uma característica desse arranjo que é a possibilidade de um escopo especializado ou temático, o que pode não atender integralmente um município com carências em diferentes esferas. Essa multiplicidade de arranjos é, ao mesmo tempo, uma resposta particularizada às diferentes demandas dos municípios consorciados e um espaço de atuação potencial do governo do estado tanto como mediador dos interesses regionais quanto para o fomento de possíveis subsídios cruzados.

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Consórcios Intermunicipais (CNM, 2024)

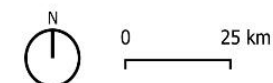
- • • CONCEM
- • • CISA
- ⊙ ⊙ CONSIRC
- | | | CODEVAR
- \\ \\ CIMS
- \\ \\ AMVAP
- CIS-AVH
- CICESP
- CIOP
- CISAP
- CIVAP SAÚ
- CRIS
- UMME

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Municipais

- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SANEAMENTO, RESÍDUOS OU MEIO AMBIENTE

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Consórcios Intermunicipais (CNM, 2024)

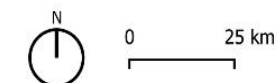
- CONCEM
- CIOIP
- CITP
- CIRSOP
- UMMES
- COTRALIX
- PCJ
- ARES PCJ
- AMVAPA
- CICESP
- CODEVAR
- CIVAP
- CMN
- CONDESUL

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Considerando a relevância de um planejamento integrado, várias políticas setoriais e seus instrumentos foram consultados durante a elaboração dos diagnósticos temáticos e regionais, dentre eles o **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática – PEARC** e o **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)**. O ZEE merece especial atenção e foi uma importante referência para o diagnóstico.

Segundo o Resumo Executivo do **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo-ZEE-SP** (2022), o Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento técnico e político de planejamento e ordenamento territorial, previsto na Política Nacional e Estadual do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981 e Lei Estadual nº 9.509/1997) e na Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual nº 13.798/2009), que estabelece diretrizes de ordenamento e gestão do território, considerando as características ambientais e a dinâmica socioeconômica das diferentes regiões do território.

No estado de São Paulo, sua elaboração é norteadada por cinco diretrizes estratégicas, que foram estabelecidas com base em uma análise das principais demandas e desafios ambientais e socioeconômicos enfrentados no estado, bem como na identificação de oportunidades de desenvolvimento. São elas: Resiliência às Mudanças Climáticas (D1), Segurança Hídrica (D2), Salvaguarda da Biodiversidade (D3), Economia Competitiva e Sustentável (D4) e Redução das Desigualdades Regionais (D5).

2. DIAGNÓSTICO REGIONAL



Partindo das principais questões temáticas e dos eixos estruturantes, a análise transversal que apoia a elaboração do diagnóstico regional tem como principais objetivos a integração de estudos que estruturam um amplo quadro de referências e a identificação de estratégias para a orientação de políticas e investimentos públicos para cada região. E, partindo de itens comuns a todas as regiões, a metodologia permite também a identificação de desafios e oportunidades específicos para cada uma das nove regiões, orientando a priorização de ações.

Importante salientar que as análises transversais se baseiam também em planos, leis e programas já desenvolvidos em âmbito estadual e mesmo regional, com o intuito de realizar neste caderno uma análise territorial regional dos temas abordados.

O **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC**, consolidado em 2025, define eixos temáticos abrangentes e estruturantes que foram considerados para a elaboração deste caderno.

O PEARC, utilizando bases elaboradas no âmbito do **Zoneamento Ecológico-Econômico** do Estado de São Paulo (ZEE-SP) aponta projeções climáticas para um cenário crítico em 2050 que indica uma considerável elevação da temperatura média anual em toda região, assim como cenários de redução da precipitação total anual, e aumento de períodos de estiagem, e aumento e diminuição no volume de chuva para precipitações extremas. Essa projeção precisa ser considerada para a antecipação e orientação de políticas e planejamento territorial para a região, como veremos adiante. Assim como o Eixo Transversal e Estruturante de Justiça Climática, que, no PEARC, focou em cinco dimensões: raça, gênero, idade, renda e povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Complementarmente, utilizaram-se bases de dados recentes que possibilitam o cruzamento de informações e uma análise transversal para alguns temas. Como exemplo, pode-se citar dados de evolução do uso da terra disponibilizados pela Plataforma MapBiomas cruzados com dados do censo de 2022 disponibilizados pelo IBGE.

Os **subeixos de análises multitemáticas** serão apresentados a seguir.

2.1 DINÂMICA AMBIENTAL

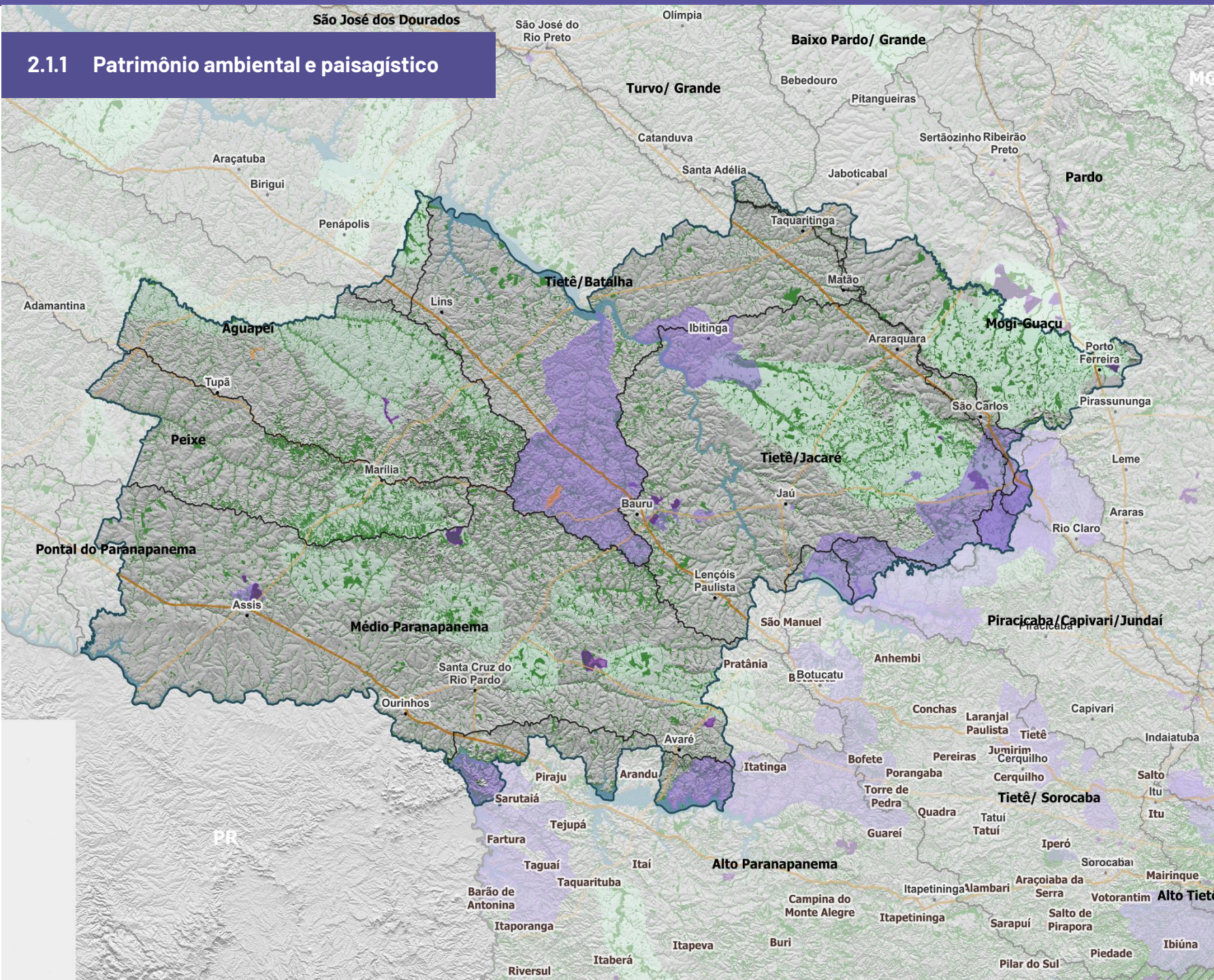
O diagnóstico da dinâmica ambiental na região Bauru-Marília-Araraquara baseou-se em indicadores que sintetizam os principais aspectos da situação do meio ambiente, bem como refletem o impacto das atividades humanas no território e a capacidade de resposta das políticas públicas relacionadas.

Esse eixo temático está organizado nos seguintes blocos: **patrimônio ambiental e paisagístico, instrumentos de proteção e conectividade, recursos hídricos, abastecimento de água e esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos e matriz energética.**



Fonte: <https://www.cdhu.sp.gov.br/-/cdhu-realiza-plantio-de-mais-de-2-100-mudas-de-arvores-frutíferas-em-conjuntos-habitacionais>, acesso em junho de 2025.

2.1.1 Patrimônio ambiental e paisagístico



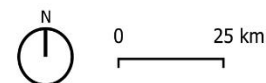
MEIO AMBIENTE ATRIBUTOS

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Inventário Florestal (SEMIL, 2020)
- Unidades de Conservação (CNUC, 2025)
 - Proteção Integral
 - Uso Sustentável
- Áreas com Maior Indicação para Incremento da Conectividade (BIOTA FAPESP, 2008)
- Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DAEE, 2019)
- Terras Indígenas (FUNAI, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Regionalização CDHU
 - Unidades da Federação



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

MEIO AMBIENTE VULNERABILIDADE

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Risco de incêndio florestal por município (Semil, 2022)

- Muito alto
- Alto

Porcentagem de Vegetação Nativa em APPs Hídricas ZEE (SEMIL, 2022)

- 0 - pior situação
- 0,25
- 0,5
- 0,75
- 1 - melhor situação

Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos (DAEE, 1997)

Limites Municipais (São Paulo)

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Massas d'água

Limites Municipais

Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

As Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) constituem referência fundamental para a análise territorial, pois organizam o planejamento a partir da lógica das bacias hidrográficas, integrando aspectos ambientais, hidrológicos e de uso e ocupação do solo.

A Região Bauru–Marília–Araraquara abrange predominantemente as UGRHs 13 – Tietê/Jacaré e 17 – Médio Paranapanema, além de porções das UGRHs 09 – Mogi Guaçu, 16 – Tietê/Batalha, 20 – Aguapeí, 21 – Peixe e pequenas áreas de outras UGRHs adjacentes. Trata-se de um território estratégico do ponto de vista hídrico e ambiental, marcado pela presença de importantes cursos d'água e aquíferos, mas com baixos índices de cobertura vegetal nativa.

A UGRHI 13 – Tietê/Jacaré, que inclui municípios como **Bauru** e **Araraquara**, é atravessada pelo rio Tietê ao longo de aproximadamente 150 km e apresenta cerca de 9% de vegetação nativa remanescente. Abriga os aquíferos Bauru, Guarani e Serra Geral, com destaque para o Aquífero Guarani, cujas elevadas vazões e áreas de recarga conferem alta prioridade à preservação e à recomposição da cobertura vegetal. Nessa UGRHI destacam-se a APA Corumbataí–Botucatu–Tejupá e a APA Ibitinga.

A UGRHI 16 – Tietê/Batalha apresenta elevado potencial hídrico, com boa disponibilidade de água em quantidade e qualidade, aproximadamente 13% de cobertura vegetal e a presença da APA Rio Batalha.

A UGRHI 17 – Médio Paranapanema caracteriza-se por elevada heterogeneidade ambiental, com predomínio de cerrados ao norte e de Mata Atlântica ao sul, variações significativas de solos e contrastes na disponibilidade hídrica, além de cerca de 8% de vegetação nativa remanescente.

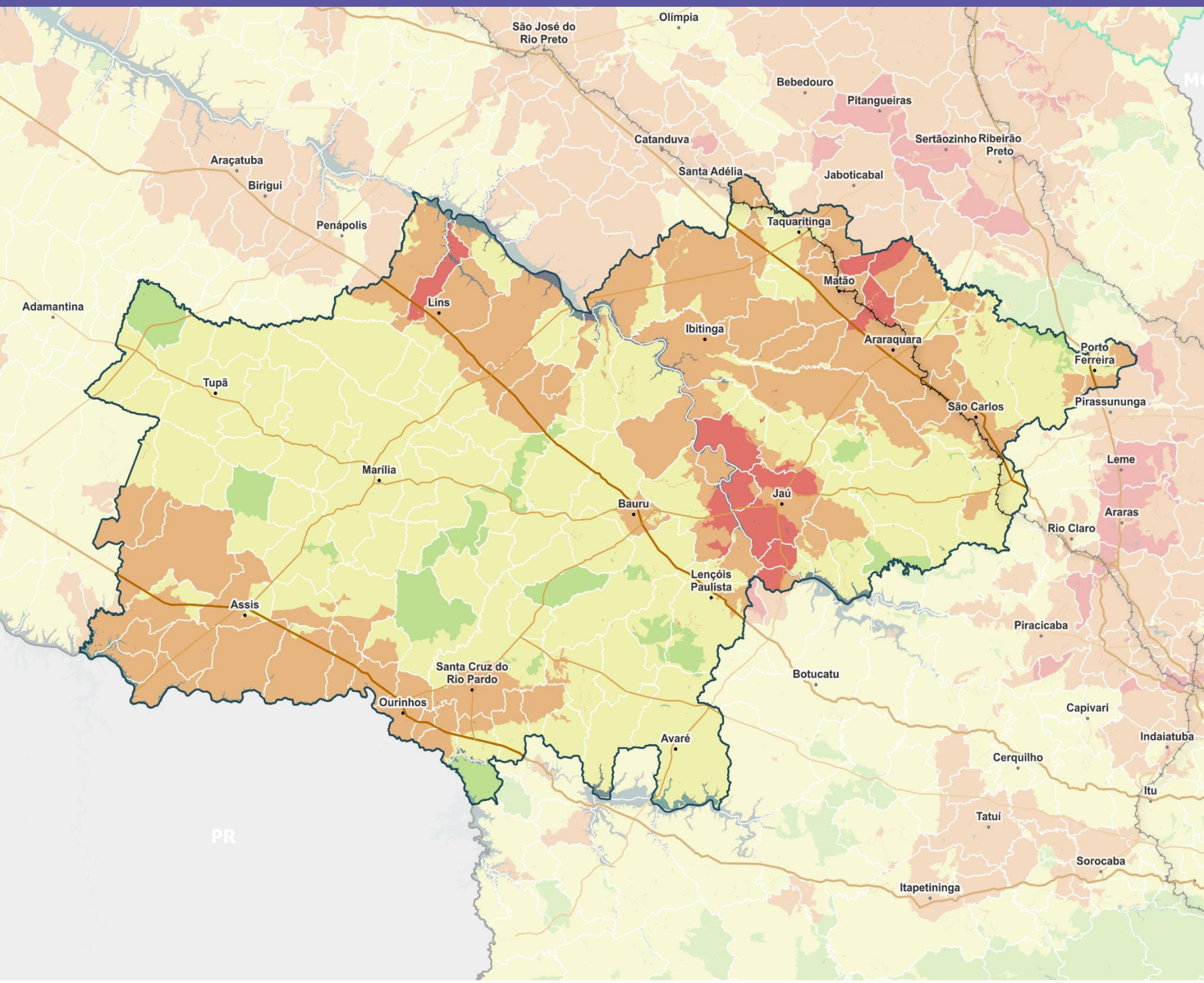
O município de **Marília** insere-se nas UGRHs 20 – Aguapeí e 21 – Peixe, bacias contíguas que compartilham características ambientais e socioeconômicas semelhantes e são objeto de gestão integrada. Nessas unidades, a vegetação nativa remanescente corresponde a aproximadamente 6,5% da área total.

Na região também se destacam áreas úmidas de relevância ambiental, como o “Pantaninho” (várzea do rio Jacaré-Pepira) e o “Varjão” (várzea do rio Jacaré-

Guaçu), que concentram importantes remanescentes de vegetação e fauna associada, incluindo espécies ameaçadas de extinção.

De forma geral, a Região Bauru–Marília–Araraquara apresenta baixa cobertura vegetal nativa e elevada fragmentação dos remanescentes, com alto grau de prioridade para conservação, conforme indicado por estudos como o Biota Fapesp. Entre as principais fragilidades ambientais destacam-se a baixa cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente hídricas, a ampla ocorrência de áreas de alta vulnerabilidade de aquíferos – especialmente do Aquífero Guarani – e a expressiva incidência de municípios com alto risco de incêndios florestais, sobretudo na porção nordeste da região.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de uma estratégia regional voltada à ampliação das áreas verdes e ao fortalecimento da conectividade ecológica, com especial atenção às áreas de recarga e vulnerabilidade de aquíferos, que podem atuar como eixos prioritários para a recomposição vegetal e a proteção da biodiversidade.



SALVAGUARDA DA BIODIVERSIDADE ZEE

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Carta Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Salvaguarda da Biodiversidade (SEMIL, 2022)

- 1 - pior situação
- 2
- 3
- 4
- 5 - melhor situação
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A Salvaguarda da Biodiversidade é compreendida a partir da proteção, conservação e restauração dos biomas e ecossistemas associados, visando à sustentabilidade da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos (ZEE, 2023). É apresentada na Carta Síntese da Diretriz 3 do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo.

Os atributos que compõem a Carta Síntese da Diretriz 3 estão divididos em 3 grupos. No grupo de “situação atual” foram considerados a presença de cobertura vegetal nativa e de corpos hídricos, a avaliação do grau de conservação de biomas e ecossistemas, o grau de proteção de unidades de conservação (UC), o percentual de vegetação nativa em APPs hídricas, os índices de tamanho e proximidade de fragmentos de vegetação nativa e as espécies conhecidas e ameaçadas de flora e fauna. No de “capacidade de resposta”, foram considerados a presença e a gestão de áreas protegidas, as áreas prioritárias para criação de UCs, o mapa de incremento de conectividade do Programa BIOTA/FAPESP, as áreas prioritárias para restauração da cobertura vegetal nativa, a existência de políticas territoriais, a presença de infraestruturas e aprimoramentos na gestão da fauna silvestre e a adesão dos municípios a planos de combate a incêndios. Para “pressão”, foram considerados a poluição hídrica, a supressão da vegetação nativa, as ocorrências de incêndios e queimadas, a presença de espécies exóticas invasoras, os registros de atropelamentos de fauna silvestre, a relação entre fragmentos de vegetação nativa e o uso do solo de seu entorno, o uso de agrotóxicos, as licenças para barramentos, o balanço hídrico, os Autos de Infração Ambiental (AIAs) relacionados à exploração ilegal da biodiversidade e dados demográficos.

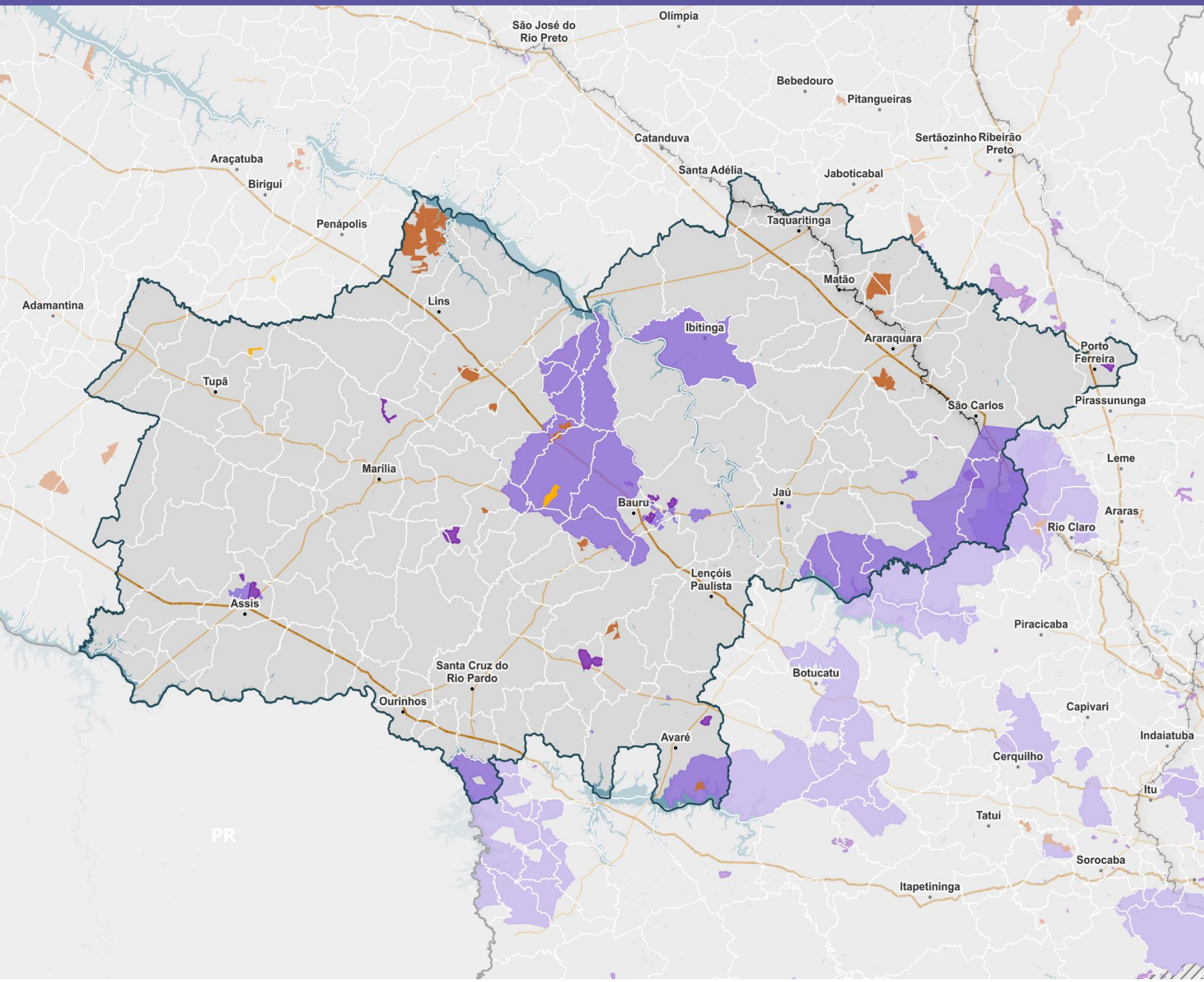
Na região há muitos indicadores críticos ou de atenção: Percentual de vegetação nativa, Cobertura vegetal nativa, tamanho e proximidade dos fragmentos de vegetação nativa, Supressão de cobertura vegetal, Vegetação em APPs hídricas, Densidade de espécies conhecidas de fauna e flora, Atropelamentos de fauna silvestre e Ocorrência de javalis. A

representatividade de áreas protegidas na região também é irrisória, com baixa incidência de Unidades de Conservação e baixo atingimento das Metas de Aichi.⁴

⁴ As Metas de Aichi são um conjunto de 20 objetivos definidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) para a década de 2011-2020, com o objetivo de conter a perda de biodiversidade em nível global. Elas foram estabelecidas na 10ª Conferência das Partes (COP10) da CDB, realizada em Nagoya, Aichi, Japão, em 2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Unidades de Conservação (CNUC, 2025)

- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- Terras públicas (INCRA, 2010)
- Terras Indígenas (FUNAI, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

ÍNDICE DE COBERTURA VEGETAL NATIVA POR MUNICÍPIO

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Índice de Cobertura Vegetal Nativa por Município
(Semil, 2020)

- ≤10%
- 10% < a ≤15%
- 15% < a ≤20%
- 20% < a ≤50%

Corpos d'Água (IBGE, 2023)

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Com relação às áreas protegidas, algumas Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, merecem destaque na Região Bauru-Marília-Araraquara: a APA Rio Batalha, APA Ibitinga e a APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá-Perímetro Corumbataí, que incide em parte da região.

A APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá-Perímetro Corumbataí foi criada com o objetivo de proteger o relevo de *cuestas*, que compõe um conjunto paisagístico de grande beleza cênica e importância ambiental.

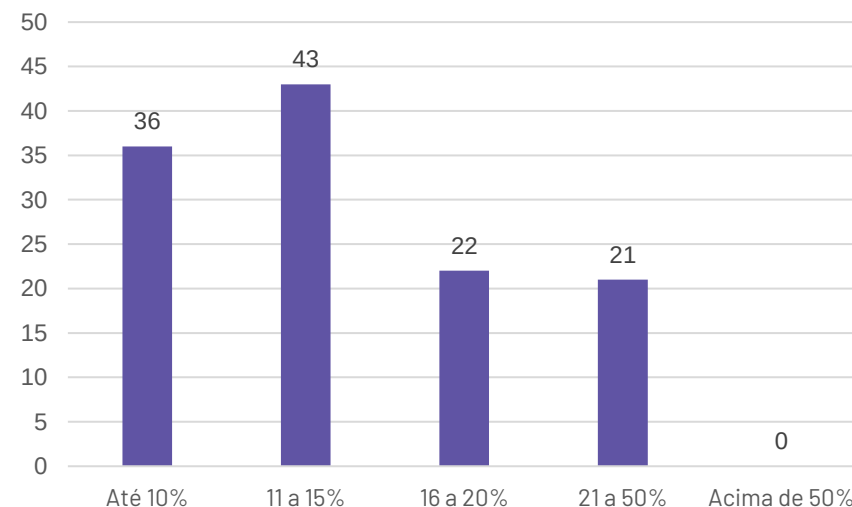
A APA Rio Batalha foi criada com o objetivo de proteger e recuperar os recursos naturais da bacia hidrográfica do rio Batalha e seus afluentes, sobretudo os recursos hídricos.

A APA Ibitinga abrange o município de mesmo nome e foi criada com o objetivo de conservar os remanescentes florestais e os recursos hídricos do município, situado nas áreas alagadas conhecidas como “Pantaninho”.

Uma vez que a região não conta com a aplicação dos instrumentos previstos na Lei Estadual nº 9.866/1997, ou seja, não há Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) instituída, recai sobre as Unidades de Conservação a responsabilidade de prover toda a proteção necessária à conservação dos mananciais de abastecimento.

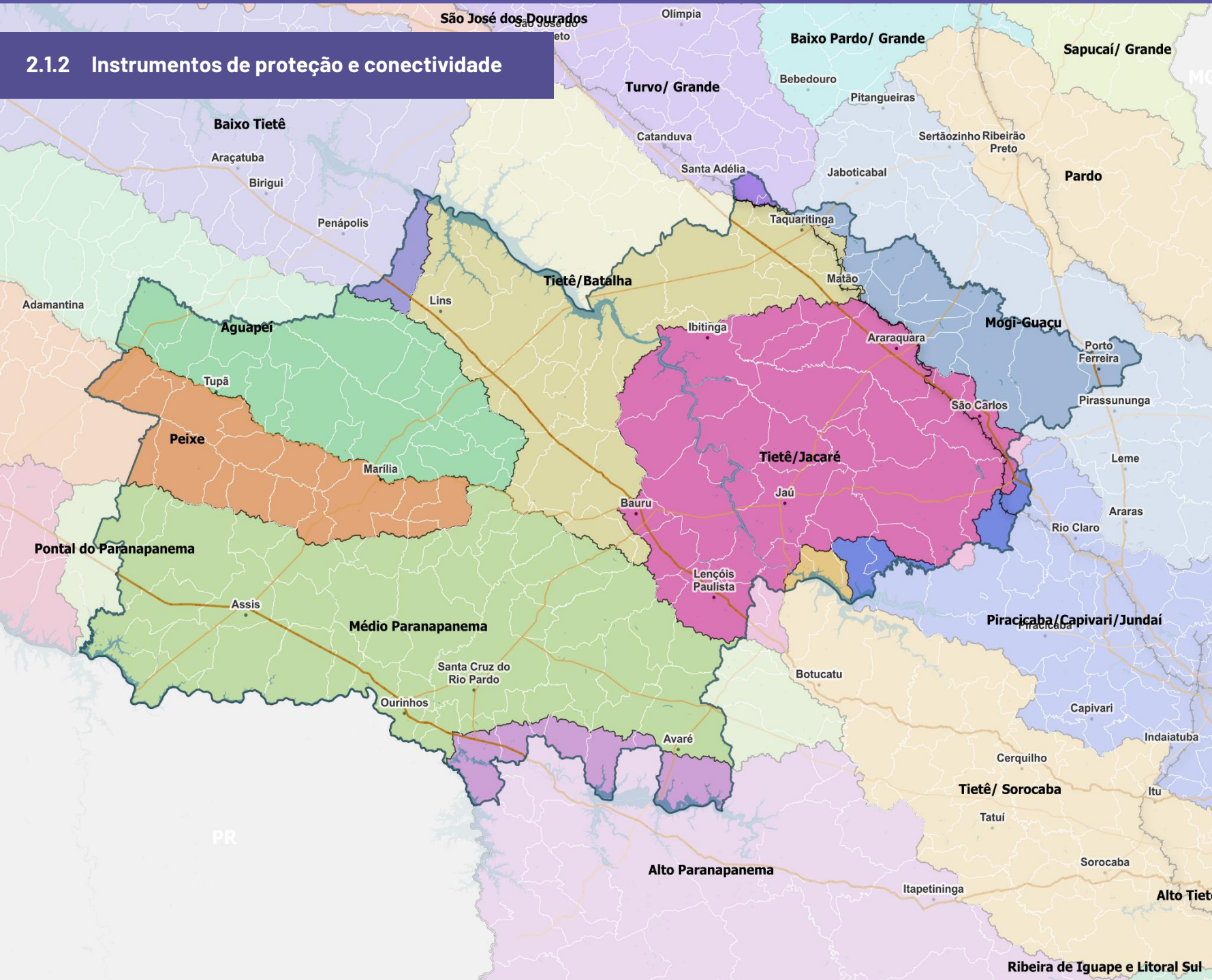
Com relação à cobertura vegetal nativa, a região apresenta índices pouco expressivos, porém de grande relevância para o incremento da conectividade. O número expressivo de indicação de áreas prioritárias para o incremento da conectividade no âmbito do Programa Biota-Fapesp atesta o relevante papel dessas áreas tanto para a conservação dos recursos hídricos, como para outros serviços ecossistêmicos.

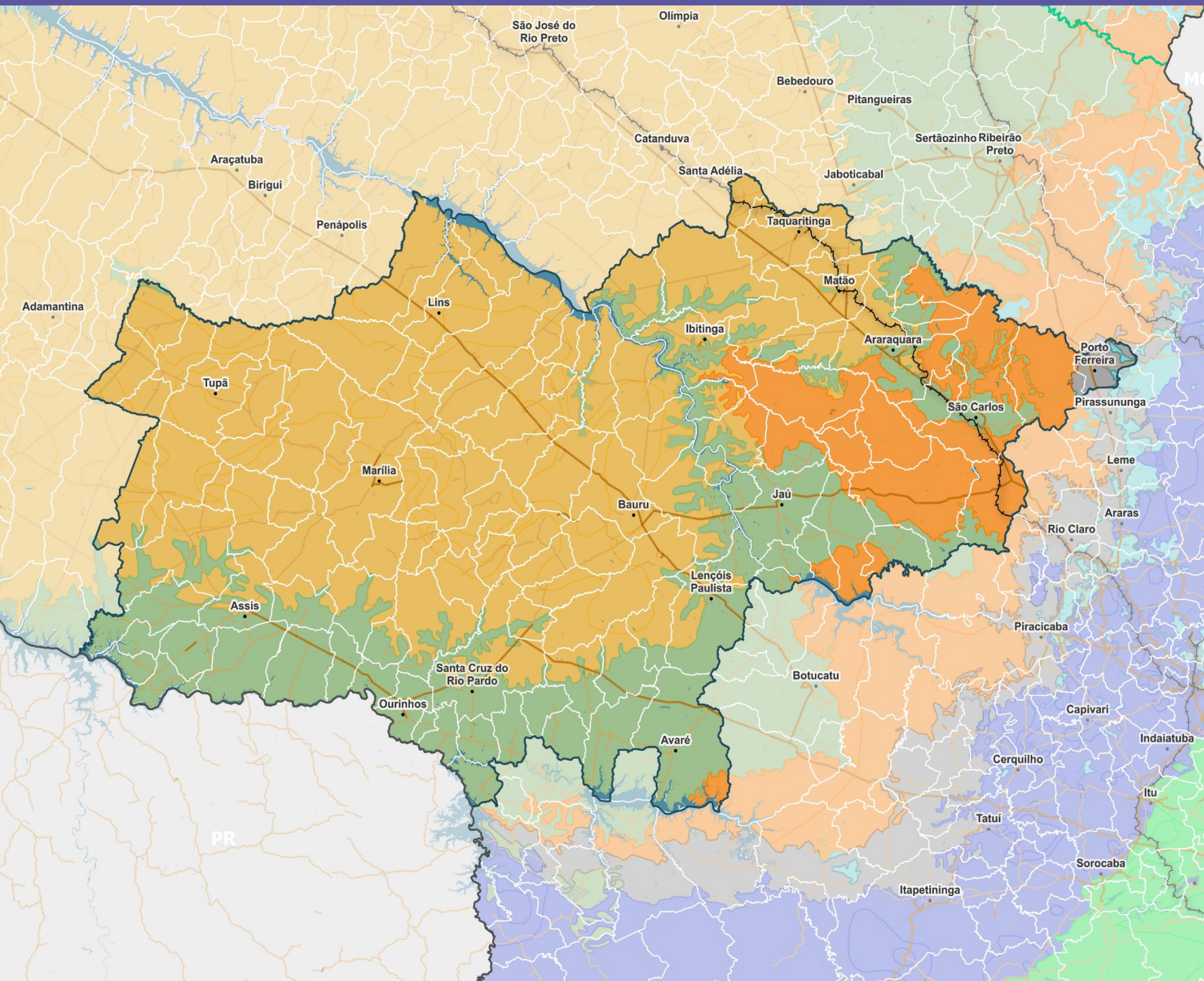
Gráfico 4: Porcentagem de cobertura vegetal nativa no município



Fonte: Semil, 2020. Elaboração: Fipe, 2025.

Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025





UNIDADES AQUIFÉRAS

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Unidades Aquíferas (IG, 2007)

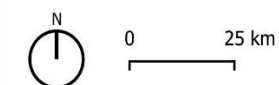
- Aquiclude Passa Dois
- Bauru
- Guarani
- Serra Geral
- Serra Geral, intrusivos
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Trecho rodoviário estadual (DER, 2024)

- Duplicada
- Pavimentada
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

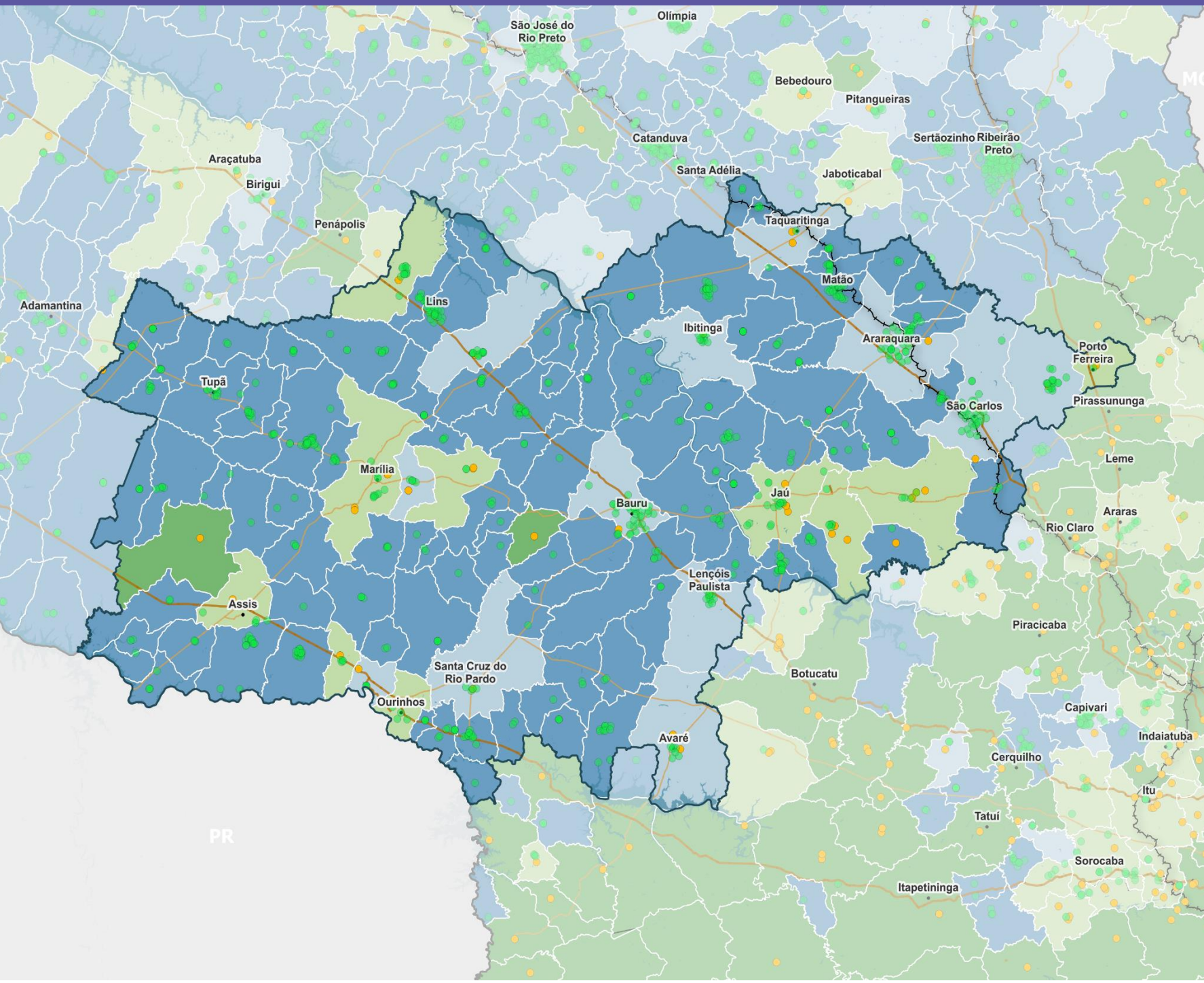
Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



TIPOS DE MANANCIAL

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Tipo de Captação (ANA, 2021)

- Subterrânea
- Superficial

Tipos de Manancial (ANA, 2021)

- Preponderantemente Superficial
- Preponderantemente Subterrânea
- Exclusivamente Superficial
- Exclusivamente Subterrânea
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

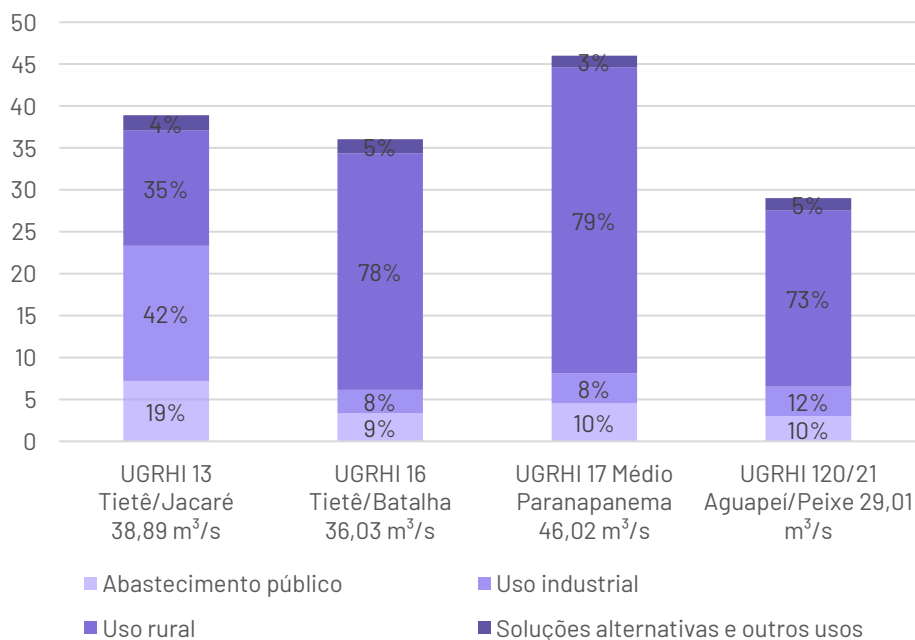
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) tem as bacias hidrográficas como referência para o planejamento e a gestão. As bacias hidrográficas, por sua complexidade e extensão, são divididas em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs).

A maior parte do território da Região Bauru-Marília-Araraquara está localizada nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos UGRHI 13 – Tietê/Jacaré, UGRHI 16 – Tietê/Batalha, UGRHI 17 – Médio Paranapanema e UGRHI 20/21 – Aguapeí/Peixe.

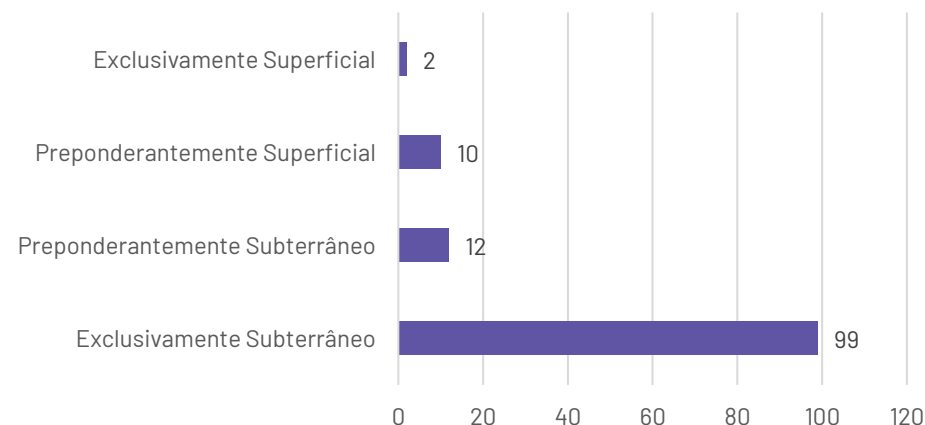
Analisando a distribuição do volume de água outorgado entre as UGRHs, destaca-se o uso industrial na UGRHI 13, onde estão localizados os municípios de Araraquara, Bauru e São Carlos, e o uso rural nas demais.

Gráfico 5: Vazão total outorgada por UGRHI e respectivos percentuais por setor de atividade



Fonte: Relatórios de Situação UGRHs 16, 17, 20/21 (2024); Relatório de Situação UGRHI 13 (2023).
Elaboração: Fipe, 2025.

Gráfico 6: Tipo de manancial por município



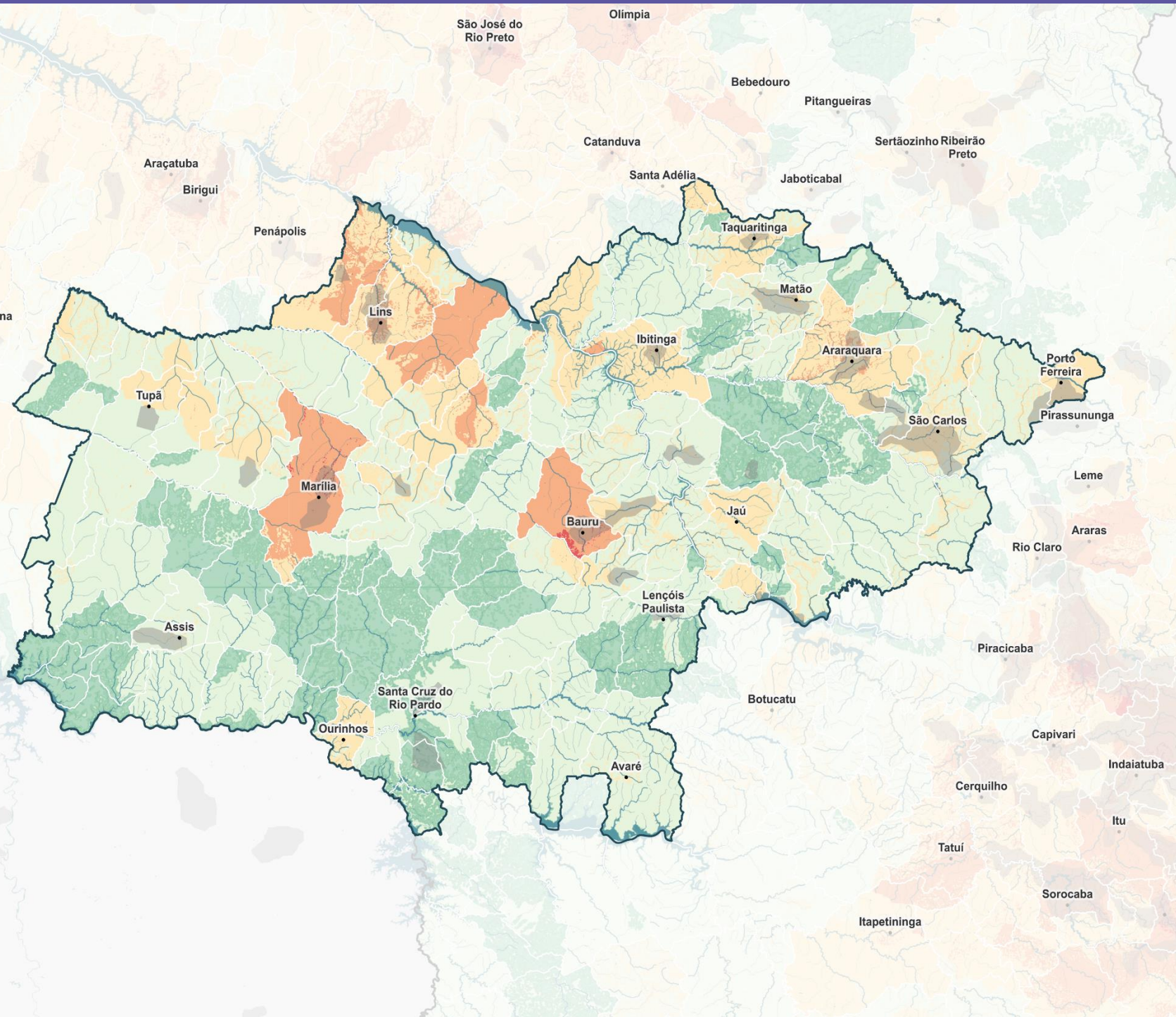
Fonte: ANA, 2021. Elaboração: Fipe, 2025.

Segundo dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o abastecimento por meio de mananciais subterrâneos prevalece nos municípios da região. Porém, quando analisamos a vazão outorgada para o conjunto das quatro UGRHs informada nos Relatórios de Situação, **o uso superficial responde por 80% do total da vazão outorgada**, uma vez que o uso de mananciais superficiais é predominante nos municípios mais populosos, como Araraquara, Bauru, Marília e São Carlos.

SEGURANÇA HÍDRICA - ZEE

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Balanco Hídrico Quali-Quantitativo (ANA, 2016)

■ Criticidade quali-quantitativa

Segurança Hídrica - Zoneamento Ecológico-Econômico (SEMIL, 2021)

- 1 - pior situação
- 2
- 3
- 4 - melhor situação
- 5 - melhor situação
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipe, 2025

A Diretriz 2 do ZEE, Segurança Hídrica, constitui a condição de garantia de oferta de água em qualidade e quantidade para os diferentes usos ao longo do tempo e que, portanto, atenda às necessidades humanas, propicie a conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres e favoreça o desenvolvimento das atividades econômicas.

Na construção da Carta Síntese que representa a condição atual da Diretriz 2 – Segurança Hídrica foram utilizados indicadores que procuram caracterizar o cenário atual dos recursos hídricos, as pressões sobre estes e as políticas e/ou instrumentos de planejamento ambiental e territorial a eles relacionados.

Na caracterização da situação atual, foram considerados: a disponibilidade e a qualidade hídricas superficial e subterrânea; a potencialidade de vazão dos aquíferos e a vulnerabilidade natural destes à poluição e as condições para maior absorção e retenção da água no solo, como a presença de áreas impermeabilizadas ou com vegetação nativa, especialmente em APPs hídricas.

Para caracterizar a pressão sobre os recursos hídricos, foram considerados: a demanda de água pelos diferentes usuários e o balanço hídrico que resulta dessa demanda sobre a disponibilidade, os quais tendem a ser impactados pelo crescimento demográfico; a infraestrutura de saneamento, considerando o acesso à rede de abastecimento de água, as perdas de água no sistema, a coleta de esgoto e seu tratamento, entre outros.

Para avaliar a capacidade de resposta do território, foram considerados a existência de territórios sob proteção legal e/ou ambiental que poderiam favorecer a segurança hídrica; e outras políticas públicas que contribuem para a conservação e a gestão dos recursos hídricos, como a indicação de áreas prioritárias para a restauração florestal e a eficácia na indicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

A carta síntese da diretriz Segurança Hídrica apresenta resultados predominantemente favoráveis para a região, exceto nas áreas mais urbanizadas.

2.1.3 Abastecimento de água e esgotamento sanitário

TIPO DE SISTEMA PRODUTOR

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Sistema Produtor (SEMIL, 2021)

- Integrado
- Integrado / Isolado
- Isolado

URAEs (SNIS, 2021)

- 1
- 2
- 3
- 4

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)

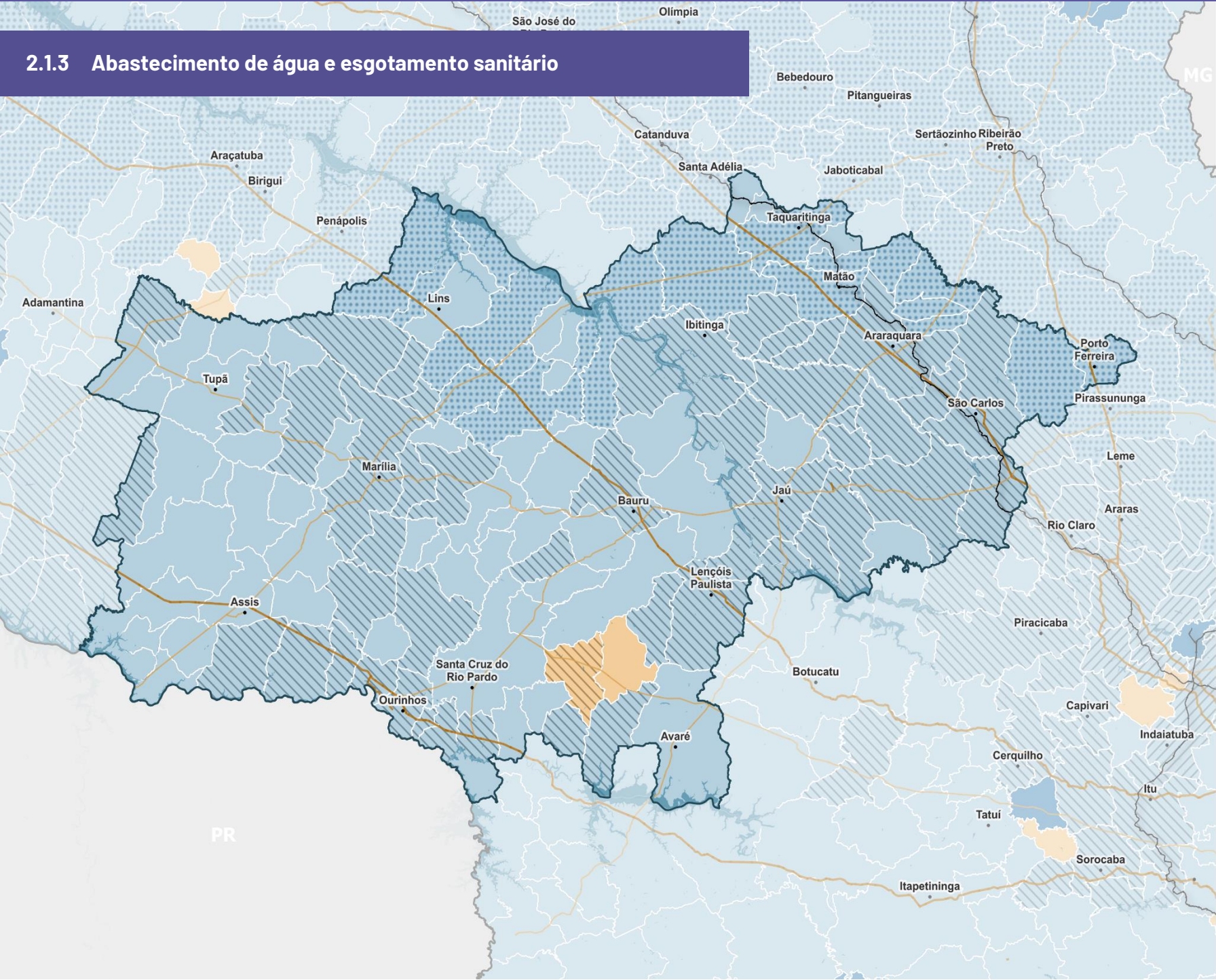
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU

Informações:

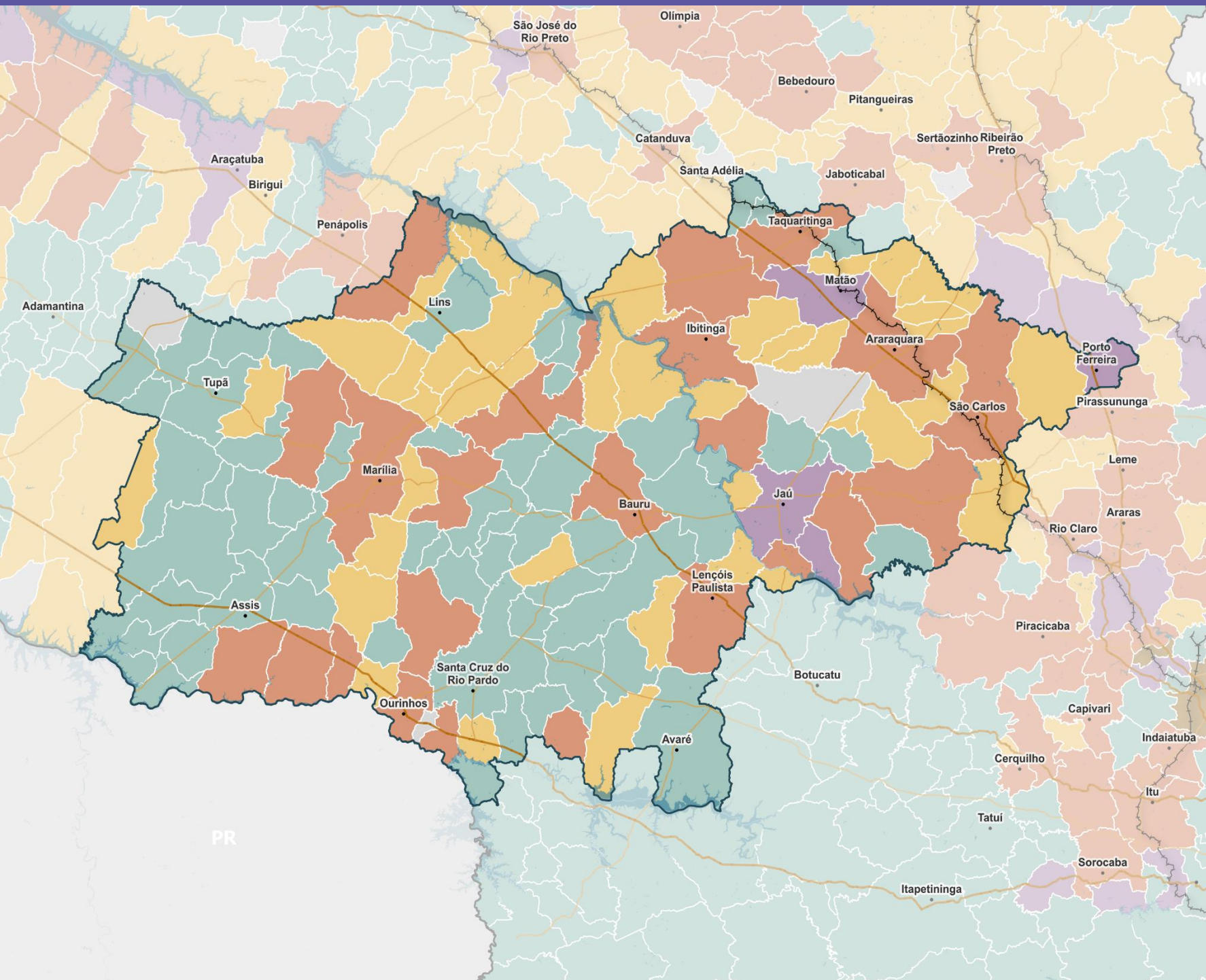
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Prestadores de serviços de água e esgoto (SNIS, 2021)

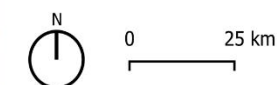
- Administração pública direta
- Autarquia
- Empresa privada
- SABESP
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU



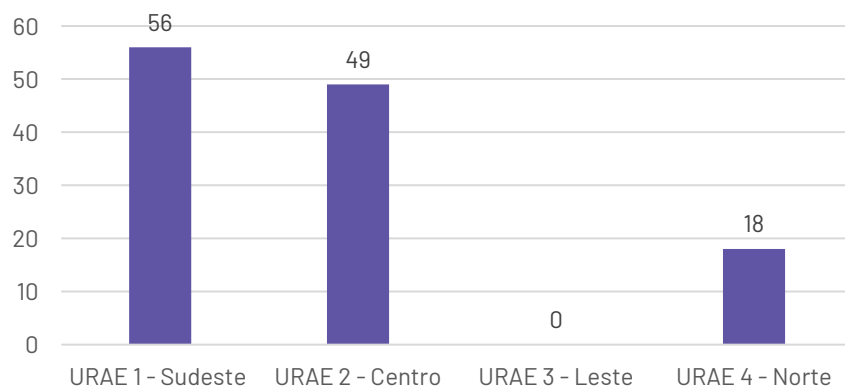
Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A criação das Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAEs) no Estado de São Paulo foi formalizada pela Lei nº 17.383, sancionada em 5 de julho de 2021. A legislação estabelece quatro URAEs, agrupando municípios para a prestação integrada de serviços de saneamento básico, a fim de promover a universalização e a eficiência desses serviços.

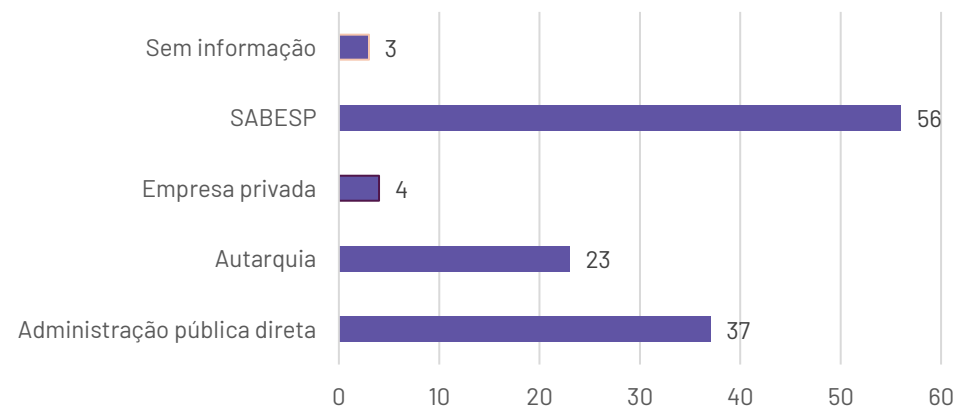
Cerca de 45% dos municípios da região pertencem à URAE 1 – Sudeste, que concentra os municípios atendidos pela SABESP. Dentre os 67 municípios restantes, a maioria pertence à URAE 2 – Centro.

Gráfico 7: Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário



Fonte: SNIS. 2021. Elaboração: Fipe, 2025

Gráfico 8: Número de municípios por tipo de prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

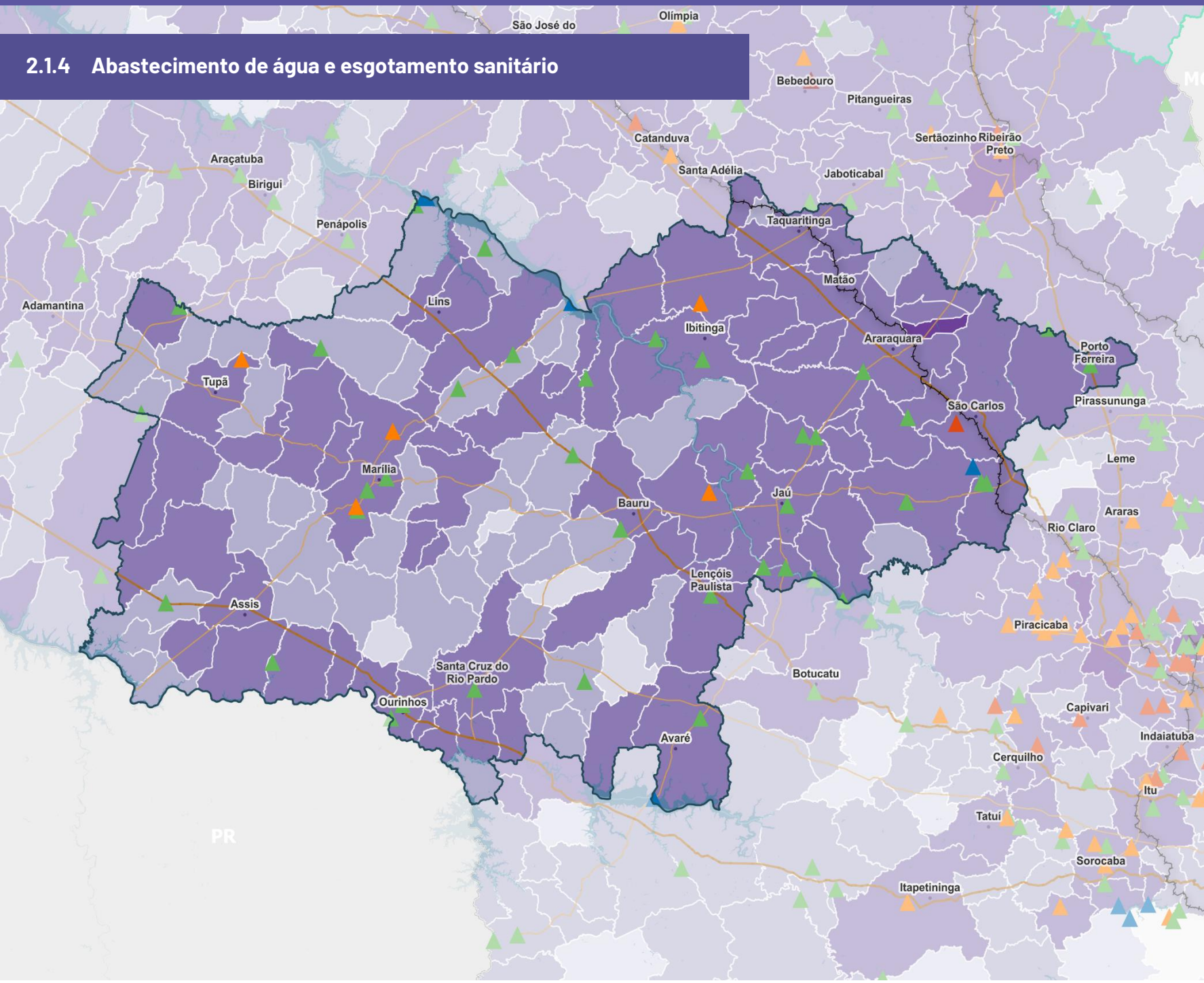


Fonte: SNIS. 2021. Elaboração: Fipe, 2025

O termo **Sistema Produtor** refere-se a um conjunto de infraestruturas e operações destinadas à **captação, tratamento e distribuição de água para o consumo humano e outros usos**. Um sistema produtor normalmente envolve várias etapas e componentes, como captação, tratamento, armazenamento e distribuição da água, bem como gestão e monitoramento. A operação do sistema produtor exige monitoramento contínuo da qualidade da água, do fluxo, da pressão nas redes e da demanda. O controle eficiente é essencial para garantir que o sistema opere de maneira sustentável e atenda à população de forma adequada.

Quase todos os municípios da região contam com sistemas produtores isolados. A exceção é o Sistema Produtor Integrado Águas de Santa Bárbara – Iaras, totalmente subterrâneo.

2.1.4 Abastecimento de água e esgotamento sanitário



ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Abastecimento de Água (IBGE, 2022)

- 50 - 75%
- 75 - 90%
- 90 - 99%
- 99 - 100%

IQA - Índice de Qualidade da Água (CETESB, 2023)

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

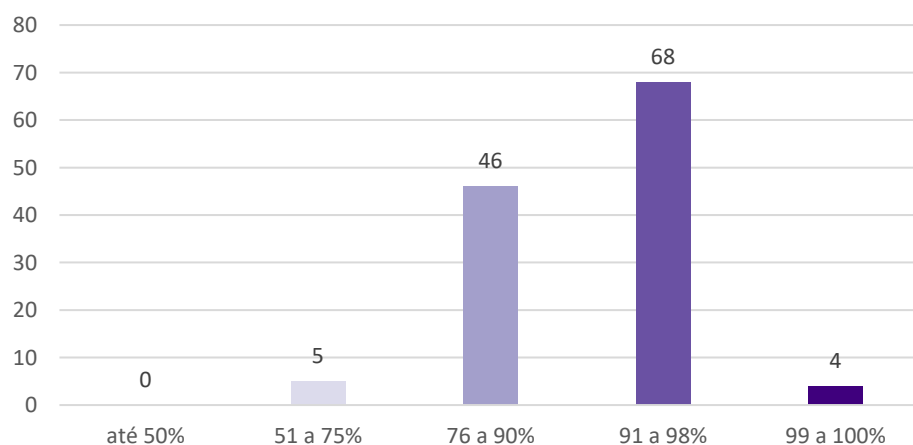
O novo marco legal do saneamento (Lei Federal 14.026/2020) determina, como meta, o atendimento de 99% da população com abastecimento de água potável até 31/12/2033.

Na região de Bauru-Marília-Araraquara, os municípios de Araraquara, Barra Bonita, Igarapu do Tietê e Américo Brasiliense já atingiram esta meta. Outros 68 municípios apresentam bons indicadores, com atendimento acima de 90%, dentre eles Bauru, São Carlos e Marília.

Mais de um terço (37%) dos municípios apresentam situação intermediária, com índices entre 76% e 90%, como São Roque, Mairinque e Itapeva. Merecem atenção os cinco municípios com indicadores entre 51% e 75%: Fernão, Iaras, Ribeirão do Sul, Paulistânia e Arco-Íris.

Importante ressaltar que o novo marco legal incluiu a obrigatoriedade de **inclusão da população rural** nos Planos de Saneamento e contratos de concessão, o que deve melhorar esses indicadores.

Gráfico 9: Municípios por faixa de atendimento de abastecimento de água



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Esgotamento Sanitário (IBGE, 2022)

50 a 75%

75 a 90%

Acima de 90%

ETEs - Estações de Tratamento de Esgoto (ANA, 2019)

Lodos Ativados

Reatores Anaeróbicos

Sistemas de Lagoas

Tratamento Químico e Biológico

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

Limites Municipais

Regionalização CDHU



0 25 km

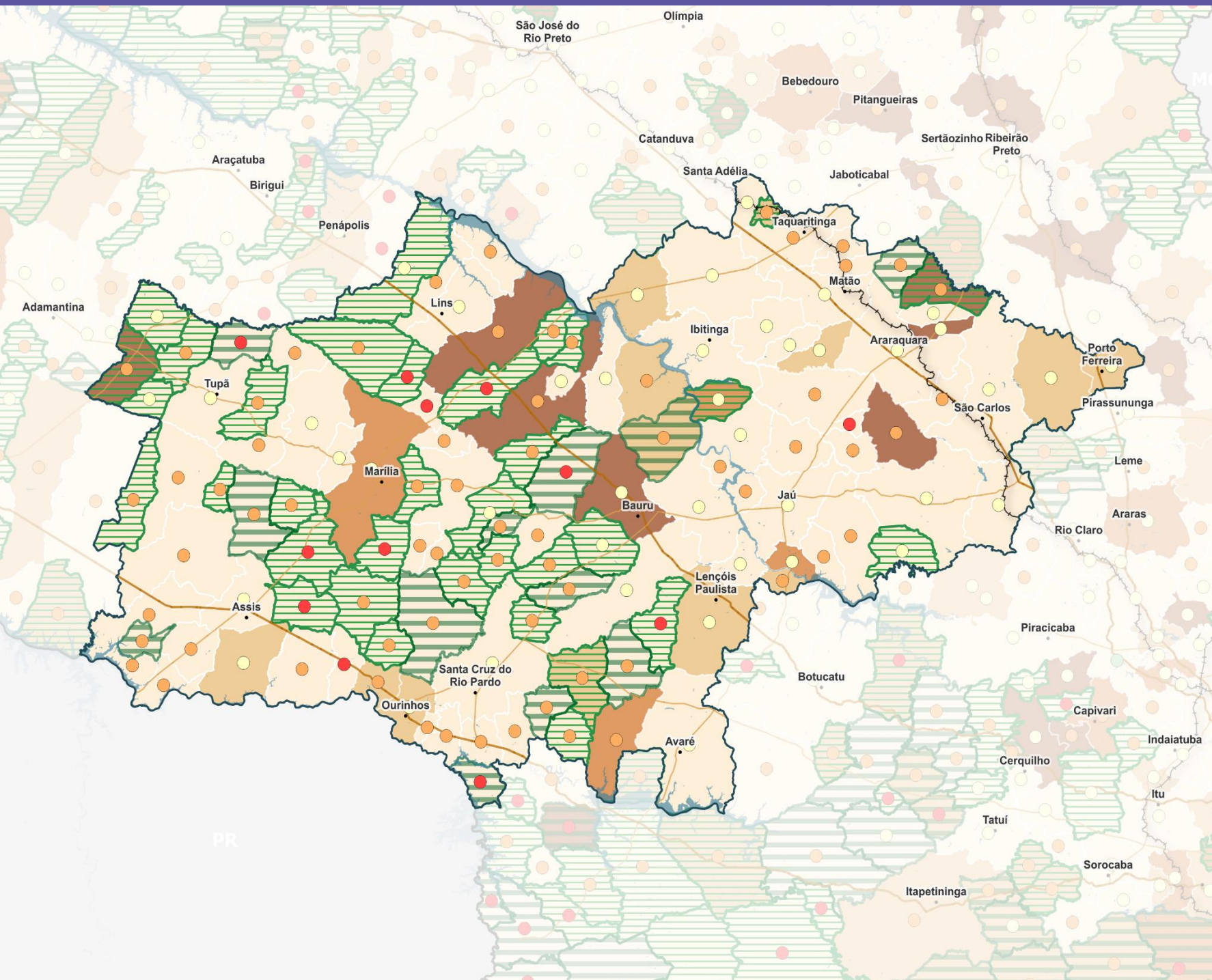
Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025



INDICADOR DE COLETA E TRATABILIDADE DE ESGOTO DA POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO-ICTEM

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município -ICTEM (CETESB, 2022)

- 0,0 - 2,5
- 2,6 - 5
- 5,1 - 7,5
- 7,6 - 10

Porcentagem da população por faixa do CadÚnico

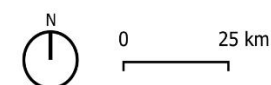
- Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
- Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
- Maior que 35,25% até 50%

Percentual de domicílios rurais (Censo, 2022)

- 10 a 20%
- 20 a 73%
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Regionalização CDHU



Informações:

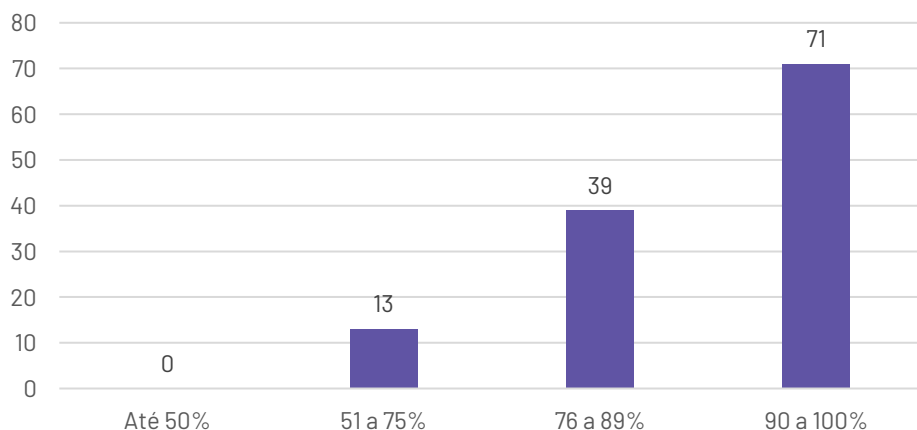
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O novo marco legal do saneamento também determina como meta o atendimento de 90% da população com esgotamento sanitário (coleta e tratamento) até 31/12/2033.

Na região de Bauru-Marília-Araraquara, 71 municípios já atingiram a meta de coleta, dentre eles Araraquara, Bauru, Marília e São Carlos.

Merecem especial atenção os 13 municípios com indicadores abaixo de 75%. Dentre eles, destaque especial para onze municípios com atendimento abaixo de 50%: Águas de Santa, Bárbara, Fernão, Iaras, Avaí, Paulistânia, Salto Grande, Ribeirão do Sul, Óleo, Ubirajara, Arealva, Motuca e Piratininga.

Gráfico 10: Municípios por faixa de atendimento de esgoto



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

O novo marco legal incluiu a obrigatoriedade de inclusão da população rural nos Planos de Saneamento e contratos de concessão, o que deve melhorar esses indicadores.

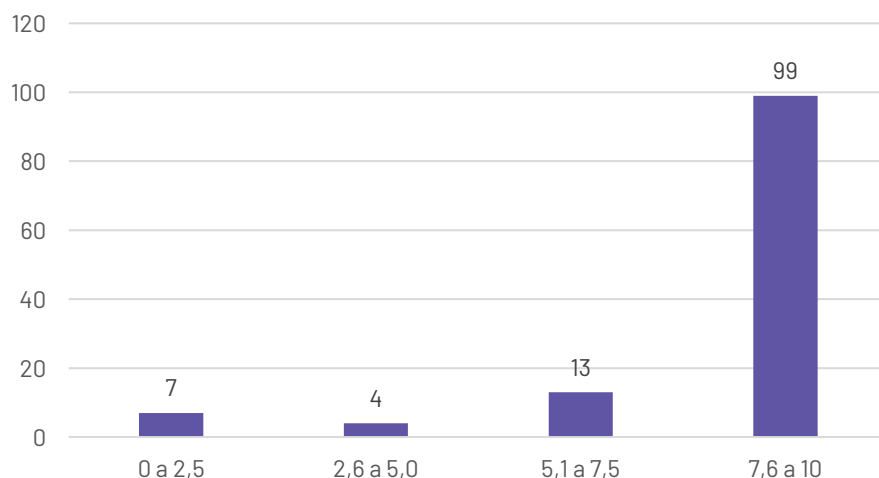
Como a meta não se restringe à coleta, mas também considera o tratamento do esgoto coletado, para avaliar a situação do tratamento de esgoto foi

utilizado o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM).

O ICTEM é formado por cinco elementos: a) Coleta; b) Existência e eficiência do sistema de tratamento do esgoto coletado; c) A efetiva remoção da carga orgânica em relação à carga potencial; d) A destinação adequada de lodos e resíduos gerados no tratamento; e) O não desenquadramento da classe do corpo receptor pelo efluente tratado e lançamento direto e indireto de esgotos não tratados.

O indicador varia de 0 a 10, onde quanto maior o valor melhor a situação.

Gráfico 11: Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM)



Fonte: Cetesb, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

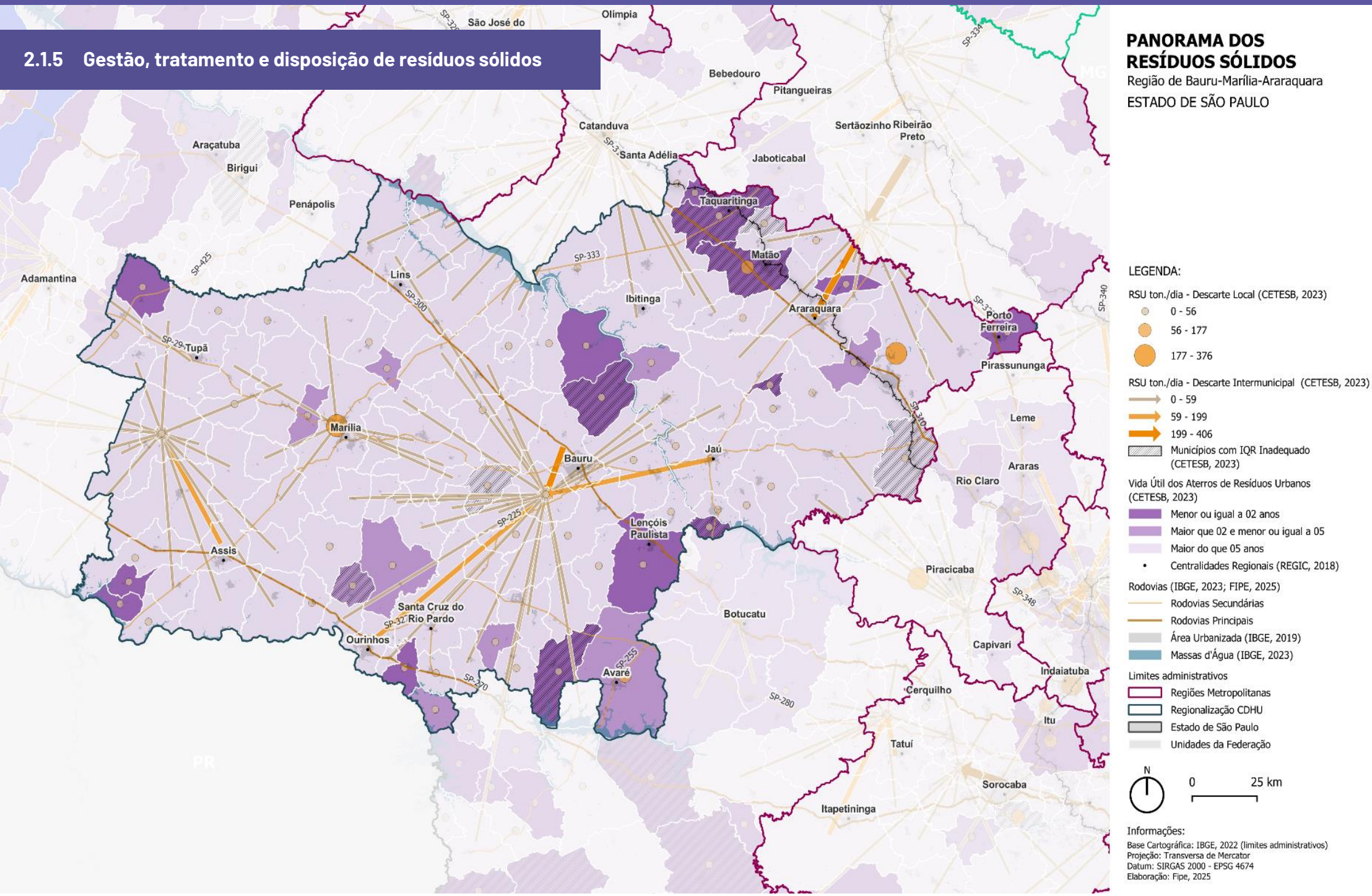
Cerca de 80% dos municípios da região (99) apresentam índices superiores a 7,6. Os demais (24) apresentam valores abaixo de 7,5 e merecem atenção:

- i. Ribeirão Bonito, Pirajuí, Américo Brasiliense, Rincão, Cafelândia, Parapuã e **Bauru**, com valor do ICTEM menor que 2,5;
- ii. Cerqueira César, Barra Bonita, Itaju e **Marília**, com valor entre 2,6 e 5;
- iii. Iacanga, Salto Grande, Borborema, Descalvado, Ourinhos, Gavião Peixoto, Arealva, Igaraçu do Tietê, Águas de Santa Bárbara, Cândido Mota, Cândido Rodrigues, Lençóis Paulista e Porto Ferreira, com valores entre 5,1 e 7,5.

2.1.5 Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos

PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



Segundo o **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos** (CETESB, 2023), o Estado de São Paulo apresenta 604 municípios que dispõem os resíduos urbanos de forma adequada segundo o **índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR)**, o que representa 95% do total estadual⁵.

Nesta região, dos 123 municípios, 113 (92%) dispõem seus resíduos de maneira adequada, valor levemente abaixo da média estadual.

No que diz respeito à quantidade de **resíduos sólidos urbanos** descartados, 98,4% do total estadual é depositado em locais adequados, enquanto na região em análise, este número é de 92%. Os municípios de Arealva (6,8), Cerqueira César (6,1), Duartina (6,7), Igaraçu do Tietê (4,8), Itirapina (4,4), Matão (6,6), Ribeirão do Sul (5,7), Santa Ernestina (6,9), Taquaritinga (6,2) e Trabiju (4,1) apresentam índices baixos de IQR, o que os classifica como inadequados. Estes municípios dispõem seus resíduos em aterros locais, sendo que os aterros de Arealva, Cerqueira César, Igaraçu do Tietê, Matão, Taquaritinga e Trabiju apresentam vida útil inferior ou igual a 2 anos, o aterro de Ribeirão do Sul entre 02 e 05 anos e os de Duartina, Santa Ernestina e Itirapina maior do que 05 anos.

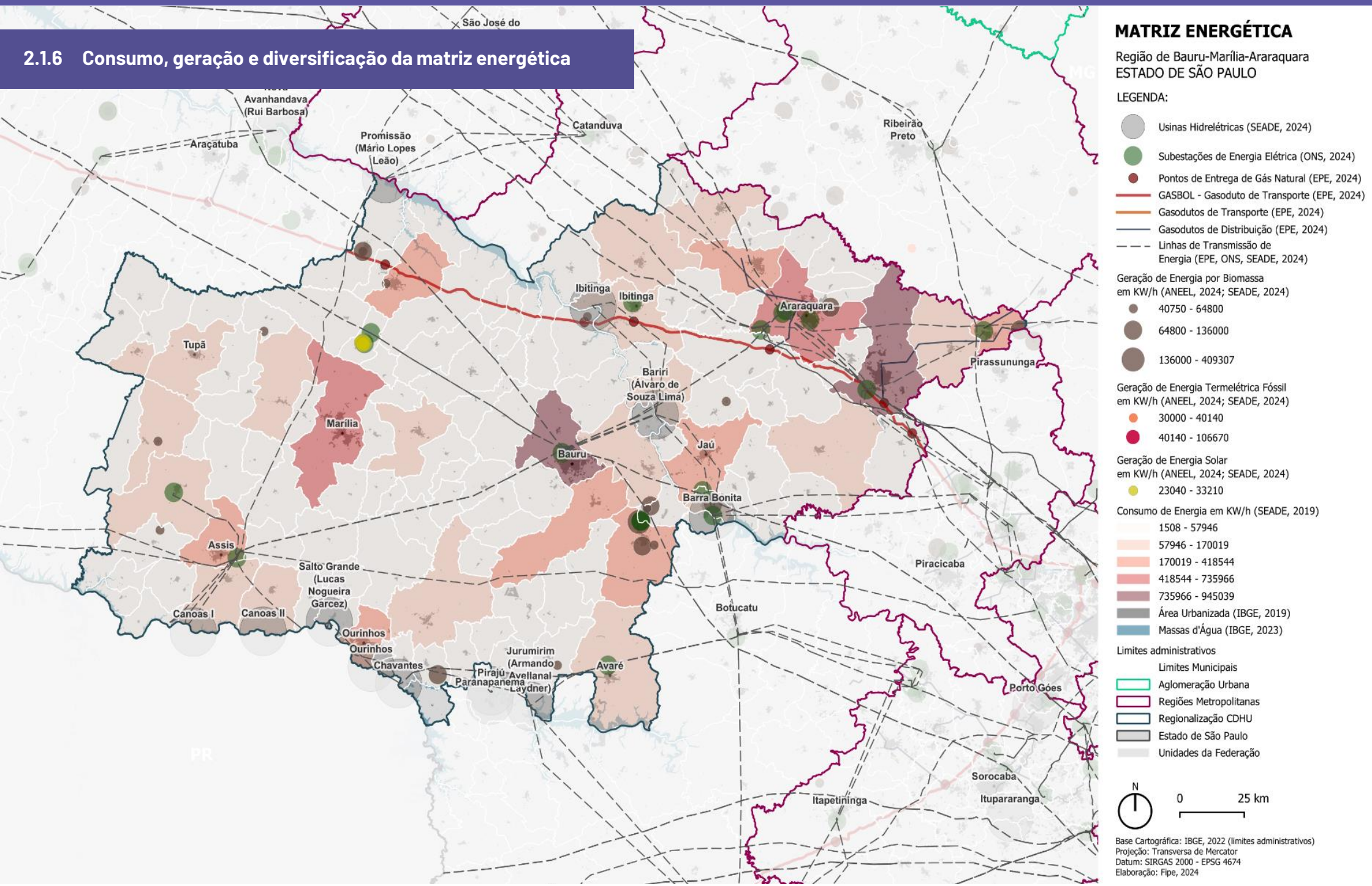
Pelo SNIS (2022) os municípios de Cerqueira César (89,5%) e Duartina (89,7%) apresentam população total atendida por coleta de resíduos domiciliares abaixo dos índices estadual (97,51%) e nacional (90,4%). Igaraçu do Tietê (97,8%), Arealva (99,3%), Ribeirão do Sul (99,7%) e Itirapina (100%), mesmo apresentando valores de IQR baixos, apresentam porcentagens de coleta de resíduos domiciliares maiores que as médias estadual e nacional.

De todos os municípios desta região, 60 (49%) dispõem seus resíduos localmente, ou seja, no próprio município. Dos 63 (51%) municípios que dispõem seus resíduos em outros locais, todos são enviados para municípios vizinhos, sendo Piratininga o principal destino (24 municípios), seguido por Quatá (13 municípios), Catanduva (10 municípios), Marília (8 municípios), Guataporã (6 municípios) e Piracicaba (2 municípios).

Com relação à vida útil dos aterros sanitários regionais, 15 estão em situação crítica, com vida útil menor ou igual a 02 anos, enquanto 09 apresentam vida útil maior que 02 anos e menor ou igual a 05 anos. Os demais aterros regionais (99) apresentam vida útil maior do que 05 anos.

⁵ Consideram-se apenas 636 municípios nesta conta, devido ao fato dos municípios de Andradina, Aramina, Arapeí, Bananal, Buritizal, Ituverava, Jeriquara, Mirandópolis e Ribeira disporem seus resíduos fora do estado de São Paulo.

2.1.6 Consumo, geração e diversificação da matriz energética



A região conta com a existência de 10 **usinas hidrelétricas** de alto desempenho operacional, sendo 4 delas pertencentes a AES Tietê (Usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga e Promissão), 3 pertencentes a CTG Brasil/ Rio Parapanema Energia (Usinas de Salto Grande, Chavantes e Jurumirim) e outras 3, pertencentes a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA (Usinas de Ourinhos e Canoas I e II). A CBA é a empresa de maior consumo energético do Estado de São Paulo, é uma empresa que pertence ao Grupo Votorantim. A energia consumida pela empresa em suas duas unidades é de total produção própria a partir de suas hidrelétricas, e são destinadas a Fábrica de Alumínio (localizada na cidade de Alumínio - próxima a Sorocaba) e a Unidade Itapissuma (PE).

Com relação a energia solar, a região conta somente com uma **usina fotovoltaica** de comercialização de energia, a Guaimbê I a V, que está localizada no município de mesmo nome. Esta usina pertence ao grupo AES Tietê e é um dos grandes complexos solar fotovoltaico do estado de São Paulo.

O abastecimento e a distribuição de **gás natural** na região são feitos através do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), que com mais de 3 mil quilômetros de extensão, transporta gás natural em alta pressão para vários estados. O Gasbol passa por diversos municípios desta região e segue até São Paulo. Ao longo do trajeto, há 6 pontos de entrega de gás natural operados pela TBG no perímetro desta região. Os pontos de Boa Esperança do Sul, Guaiçara, Iacanga, Ibitinga, Itirapina e São Carlos se conectam a gasodutos de distribuição que abastecem os municípios.

A região se destaca na geração de energia com **usinas termelétricas por biomassa**. A usina com maior potencial de produção de energia por biomassa é a Bracell, e está localizada no município de Lençóis Paulistas. Esta usina faz parte de um complexo de produção de celulose, que é autossuficiente em energia, e o excedente produzido é transferido ao Sistema Integrado Nacional (SIN - Sistema que coordena e controla a produção e transmissão de energia elétrica no Brasil). Vale destacar que a biomassa utilizada no caso da Bracell é o licor negro, um resíduo florestal. A segunda maior usina termelétrica por biomassa do estado está nesta região, e é a usina Barra Bioenergia, ligada ao grupo Raízen, com produção de açúcar e etanol e por

isso, a biomassa utilizada é o bagaço de cana. Este tipo de geração de energia, além de ser uma fonte renovável que colabora na diminuição de emissão de poluentes e apresenta grande ganho do ponto de vista ambiental, pois é uma forma de aproveitamento da produção da própria região.

A região conta com mais de 20 subestações de energia e diversas linhas de transmissão que passam pelos municípios desta região. As subestações são elementos essenciais para que a rede elétrica funcione de forma segura e correta. Nelas, a energia elétrica é transformada, controlada e distribuída aos usuários finais.

Com relação ao consumo energético, os municípios de Bauru e São Carlos são os maiores consumidores, com volumes muito parecidos. Araraquara está logo em seguida, com consumo mais próximo dos dois maiores, a seguir, o município de Marília com consumo próximo da metade do consumo registrado por Bauru.

2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

O eixo Desenvolvimento socioterritorial promove análises integradas entre aspectos **demográficos, econômicos, sociais e espaciais**, visando dar subsídios para a leitura das características de desenvolvimento desta porção do território paulista.

Neste sentido, apresenta cruzamento de dados provenientes de diagnósticos dos Cadernos Temáticos de Dinâmica econômica e demográfica; Dinâmica urbana e centralidades; Infraestrutura urbana e social; e Transporte e Mobilidade.

A região tem bom grau de diversidade em seus setores produtivos. É destaque estadual na atividade agropecuária, tendo grande participação nas duas principais culturas, a de cana-de-açúcar e a de laranja. Também é a segunda maior criadora de bovinos e galináceos do estado.

Dada a sua importância na economia local, as principais indústrias da região estão ligadas à agropecuária: a fabricação de alimentos (que inclui a fabricação de açúcar), de biocombustíveis e de máquinas e equipamentos para a agropecuária.

O município de **São Carlos**, um dos polos regionais, tem relevância no estado como centro de Ciências e Tecnologia. Concentra diversas universidades e centros de pesquisa, contando ainda com dois Parques Tecnológicos. Por essa razão, é sede de indústrias de maior intensidade tecnológica, como a de veículos automotores e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

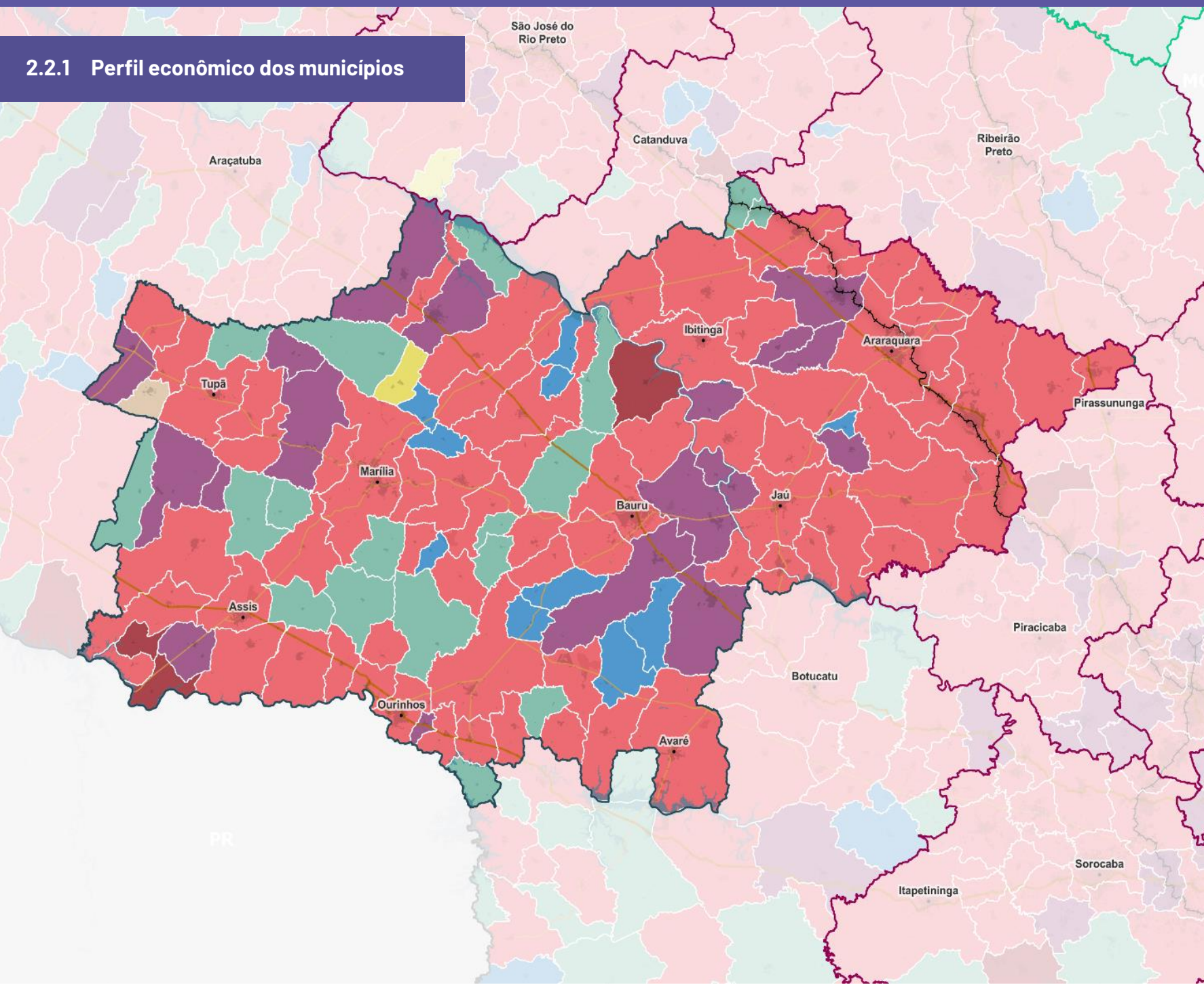
Por sua vez, o município de **Bauru** tem grande relevância estadual na mineração, na produção de água mineral. O turismo também é importante fonte de renda na região, que conta com diversos municípios classificados como estâncias turísticas.

No entanto, ainda é polarizada do ponto de vista de oportunidades de emprego e disponibilidade de instituições de ensino superior, sendo necessário o estudo de políticas públicas que possam beneficiar o crescimento mais igualitário da região.



Fonte: <https://www.habitacao.sp.gov.br/habitacao/noticias/casa-paulista-entrega-area-de-esporte-e-lazer-em-tabatinga>, acesso em junho de 2025.

2.2.1 Perfil econômico dos municípios



ATIVIDADE DE MAIOR VALOR ADICIONADO

Região de Bauru-Marília-Araraquara

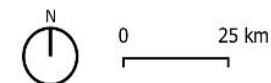
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

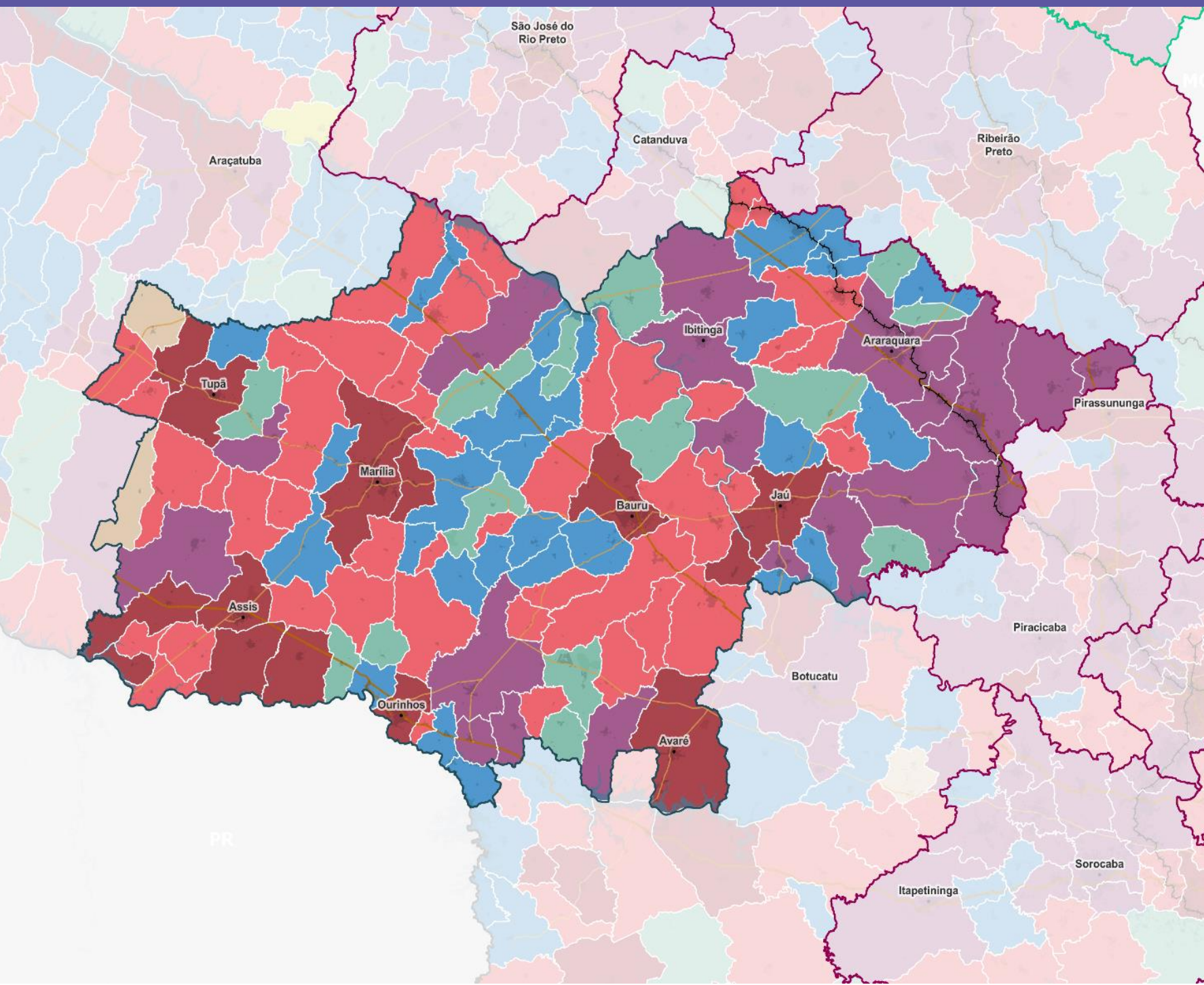
Atividade com maior valor adicionado bruto (IBGE, 2021)

- Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
- Pecuária, inclusive apoio à pecuária
- Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- Indústrias de transformação
- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Demais serviços
- Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025



ATIVIDADE DE SEGUNDO MAIOR VALOR ADICIONADO

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Atividade com segundo maior valor adicionado bruto (IBGE, 2021)

- Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
- Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Demais serviços
- Eleticidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- Indústrias de transformação
- Indústrias extrativas
- Pecuária, inclusive apoio à pecuária
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

A região é a quarta em participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, tendo como principais polos, os três municípios sede – Bauru, Marília e Araraquara – e São Carlos, importante centro de Ciência e Tecnologia no estado. Juntos, somam 34,5% do PIB regional.

Uma de suas bases econômicas é a produção agropecuária, destacando-se nas principais lavouras e criações do estado. Sua participação no Valor Adicionado (VA) estadual do setor é a segunda maior, de 18%. O mapa que traz a distribuição da atividade de maior VA na região já demonstra a importância do setor.

Embora os Demais Serviços predominem, o que é natural, já que englobam os mais variados segmentos da atividade, o VA da Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita, é o maior já em 17 municípios.

A Indústria de Transformação também se destaca, aparecendo como principal setor em 19 municípios. Os principais segmentos industriais estão ligados à produção agropecuária, bem como à silvicultura, atividade na qual a região desempenha importante papel no estado.

Destaca-se, ainda, o município de Guaimbê, em que a atividade de maior VA é Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, devido à presença de importante complexo de geração de energia solar.

O mapa da atividade de segundo maior VA já mostra uma distribuição mais variada no território, com maior participação da Indústria de Transformação e do Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas em importantes polos, como Bauru, Marília e Jaú. Ressalta-se a importância do setor público – administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – em número considerável de municípios, o que costuma ser característico naqueles de menor porte populacional.

A análise combinada desses dois mapas permite a identificação de cadeias de complementariedade, revelando a interação entre setores econômicos. Embora o setor de serviços represente o maior VA na maioria dos polos urbanos, essa predominância oculta outras atividades essenciais. O mapeamento do **segundo maior VA** complementa o diagnóstico ao

evidenciar as especializações produtivas locais, fornecendo uma visão mais precisa das cadeias econômicas que estruturam o desenvolvimento socioterritorial do Estado.

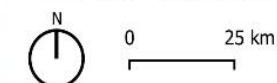
2.2.2 Perfil econômico e distribuição de Instituições de Ensino Superior

PERFIL ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

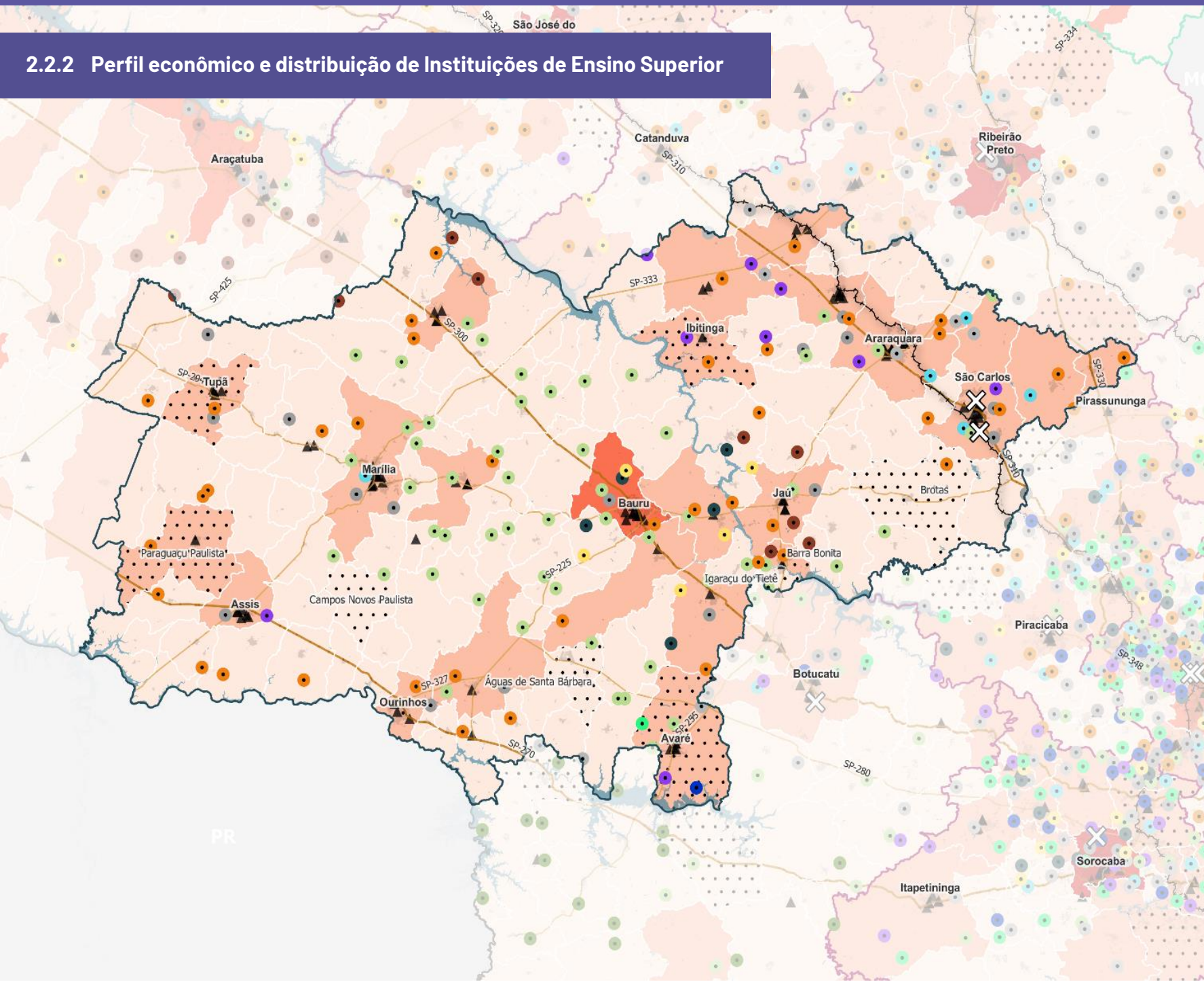
LEGENDA:

- ▲ Instituições de Ensino Superior (SEADE, 2022)
- ✕ Parques Tecnológicos (GOVSP, 2024)
- Polos de Desenvolvimento (GOVSP, 2019)
 - Saúde e Farma
 - Agritech, Aeroespacial e Serviços de TI
 - Polo de Papel, Celulose e Reflorestamento
 - Biocombustíveis
 - Alimentos e Bebidas
 - Têxtil, Vestuário e Acessórios
 - Metal-Metalúrgico, Máquinas e Equipamentos
 - Automotiva
 - Químico, Borracha e Plástico
 - Derivados do Petróleo
 - Couros e Calçados
- ... Estâncias Turísticas (GOVSP, 2024)
- Empregos Formais (% Sobre Total regional - RAIS, 2021)
 - 0 - 1
 - 1 - 10
 - 10 - 20
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água
- Limites municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2024



A distribuição dos polos de desenvolvimento, mapeados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, mostra a ligação entre a agropecuária e a silvicultura com a indústria de transformação. O principal polo, abarcando 52 municípios, é o de Papel, Celulose e Reflorestamento, concentrado, majoritariamente, nos municípios no entorno de Bauru e Marília. O número elevado desse polo justifica-se pelo papel de destaque que a região desempenha na **produção de madeira em tora para papel e celulose**, na qual o estado de São Paulo ocupa a primeira posição no Brasil. É a segunda maior do estado, respondendo por 36% da quantidade produzida, que teve um aumento de 161% entre 2003 e 2023. Os principais municípios são Avaí, Agudos, Bauru e Brotas que, juntos, representam 30% da produção regional.

O segundo maior polo de desenvolvimento é o de Alimentos e Bebidas, aparecendo em 40 municípios, diretamente ligado à atividade agropecuária, como já mencionado anteriormente. Observa-se, ainda, uma maior variedade de polos na região próxima a Araraquara e São Carlos, como os polos Têxtil, Vestuário e Acessórios; Metal-Metalúrgico, Máquinas e Equipamentos; Saúde e Farma. Ressalta-se, também, a concentração do polo de Couro e Calçados em Jaú, município de tradição no setor, e nos municípios no seu entorno.

A maior diversificação no município de São Carlos deve-se à presença de diversas universidades e dois parques tecnológicos, que impulsionaram o desenvolvimento de atividades de maior intensidade tecnológica. O ParqTec **São Carlos** surgiu da primeira política pública que visava a institucionalização da transferência de tecnologia da academia para o setor produtivo. Busca promover, por meio da otimização do custo da transação inovação tecnológica – mercado e da valorização do empreendedorismo, o desenvolvimento da região. Foi a primeira incubadora de empresas da América Latina, tendo apoiado mais de 250 Startups ao longo de sua existência, que atuam nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Novos Materiais, Nanotecnologia, Automação e Robótica, Química Fina e Óptica. Abriga, ainda, centros de pesquisas, universidades públicas e privadas, e órgãos de governo.

O Parque Eco-Tecnológico Damha foi criado pela empresa Damha Urbanizadora e sua gestão é feita pelo Instituto Inova, pela Universidade de São Paulo (USP), pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), pela

Universidade Estadual Paulista (UNESP), pelo UNICEP – Centro Universitário Central Paulista, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pelos governos federal, estadual e municipal. No Parque, só é permitida a instalação de empresas que se alinhem aos conceitos e práticas de sustentabilidade, devendo cumprir regras relativas à preocupação com o meio ambiente. Abarca empreendimentos dos setores de Tecnologia da Informação, Energia Renovável, Biotecnologia, Eletrônica, Instrumentação, Serviços, Meio Ambiente e Agronegócios.

Por sua vez, Bauru é destaque na mineração, sendo o sétimo maior município arrecadador do estado da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), utilizada como indicador indireto de presença da atividade no território. É importante polo na **produção de água mineral no estado**. O município de Descalvado também se sobressai, na extração de areia para a fabricação de vidro.

A distribuição das instituições de ensino superior se relaciona com o padrão observado nas atividades produtivas, sendo que as instituições se localizam nos municípios que apresentam as maiores porcentagens dos empregos formais na região. Bauru, Marília, Araraquara e São Carlos são os municípios que mais concentram instituições de ensino superior na região (41,3% das Instituições Públicas e 36% das Instituições Particulares). Além destes municípios, Assis, Matão, Ourinhos e Tupã também se destacam, uma vez que estes dispõem de 8 campi de universidades públicas na região, sendo 3 campi da UNESP, 3 campi da FATEC e 2 campi do IFSP.

2.2.3 Atividade agrícola

CULTURA AGRÍCOLA DE MAIOR ÁREA COLHIDA

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Cultura de Maior Área Colhida (IBGE, 2023)

- Café
- Cana-de-açúcar
- Laranja
- Milho
- Soja

• Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

- Rodovias Principais
- Rodovias Secundárias
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Como já mencionado anteriormente, a agropecuária é atividade econômica de grande importância na região. Na atividade agrícola, destaca-se como a maior produtora de laranja do estado. É responsável por 35% da quantidade produzida, com seu cultivo propiciando a presença de indústrias de suco na região.

No entanto, assim como vem ocorrendo nas demais regiões agrícolas do estado, a fruta cítrica está perdendo espaço para a cana-de-açúcar, que já é a cultura principal na maior parte da região. Entre 2003 e 2023, a área destinada à produção de laranja teve diminuição de 30%, enquanto a de cana aumentou 73%. A região ocupa a segunda posição no estado em termos de quantidade produzida de cana (25%). As demais culturas de destaque estadual – soja, milho e café – também aparecem na região, sendo que as duas primeiras também ocupam as segundas posições em termos de quantidade produzida.

A região destaca-se, ainda, na pecuária, como a segunda maior na criação de bovinos e galináceos no estado, representando, respectivamente, 20% e 24%. Nos bovinos, sobressaem-se Marília e Pompéia, enquanto nos galináceos, o principal município é Bastos que, sozinho, responde por 25,4% da criação.

2.2.4 Setor de maior Valor de Transformação Industrial (VTI)

SETOR DE MAIOR VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Rótulos - Participação Estadual do VTI
Municipal (% acima de 0.1% - SEADE, 2021)

Municípios com Maiores VTIs da Região
(SEADE, 2021)

Sector de Maior VTI (SEADE, 2021)

Sem VTI

- Fabricação de Produtos Diversos
- Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel
- Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico
- Fabricação de Bebidas
- Fabricação de Produtos Alimentícios
- Fabricação de Biocombustíveis
- Fabricação de Produtos Químicos
- Fabricação de Produtos Têxteis
- Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados
- Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios
- Fabricação de Produtos de Madeira
- Fabricação de Móveis
- Metalurgia
- Fabricação de Produtos Minerais Não-Metálicos
- Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos
- Fabricação de Máquinas e Equipamentos
- Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos
- Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

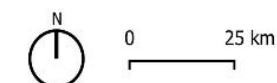
Rodovias Principais

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU



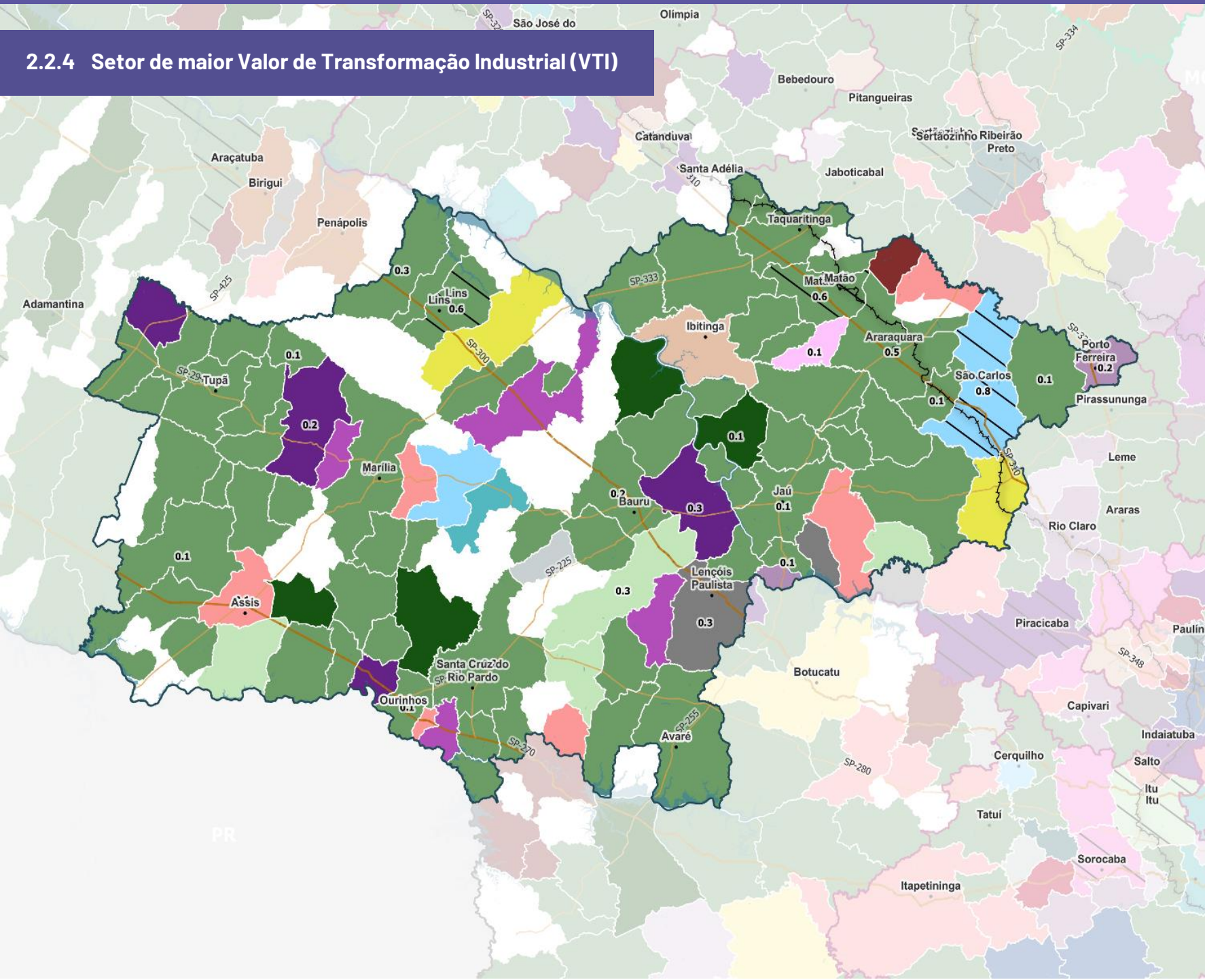
Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025



O setor industrial da região representou 6,9% do Valor Adicionado (VA) da indústria do Estado de São Paulo em 2021, o que é o quinto percentual entre as nove regiões analisadas.

Quando analisado o histórico desse indicador, se percebe que há um aumento da participação da região no VA da indústria de São Paulo. Em 2010, a região de Bauru-Marília-Araraquara representava 6,0% do VA industrial do Estado e em 2021 esse valor aumentou 0,9% pontos percentuais, um aumento de 15,0% na participação do PIB industrial paulista.

Para analisar o setor industrial também se utiliza o Valor de Transformação Industrial (VTI), indicador que representa a diferença entre o valor da produção e o custo dos insumos consumidos no processo produtivo. O VTI de Bauru-Marília-Araraquara é o quinto entre as regiões analisadas, representando 7,6% do VTI estadual. Os municípios com maior percentual de VTI na região são: São Carlos (10,9%), Lins (7,7%) e Matão (7,6%). Os setores que se destacam são fabricação de produtos alimentícios (45,9%), fabricação de máquinas e equipamentos (11,2%) e fabricação de produtos químicos (5,2%).

Através do VTI, analisou-se o principal setor industrial de cada um dos 123 municípios da região. Nessa análise se destacam os setores de fabricação de produtos alimentícios, setor mais relevante em 52,8% dos municípios da região. Em seguida, fabricação de produtos químicos e fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos e materiais elétricos aparecem como principal setor em 4,9% dos municípios cada, totalizando 9,8% dos municípios.

2.2.5 Saldo do comércio exterior

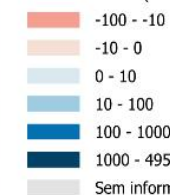
SALDO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

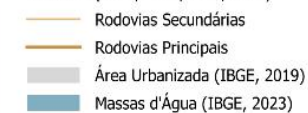


LEGENDA:

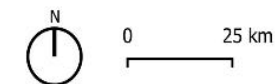
Saldo Comercial (MI US\$ - IBGE, 2023)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

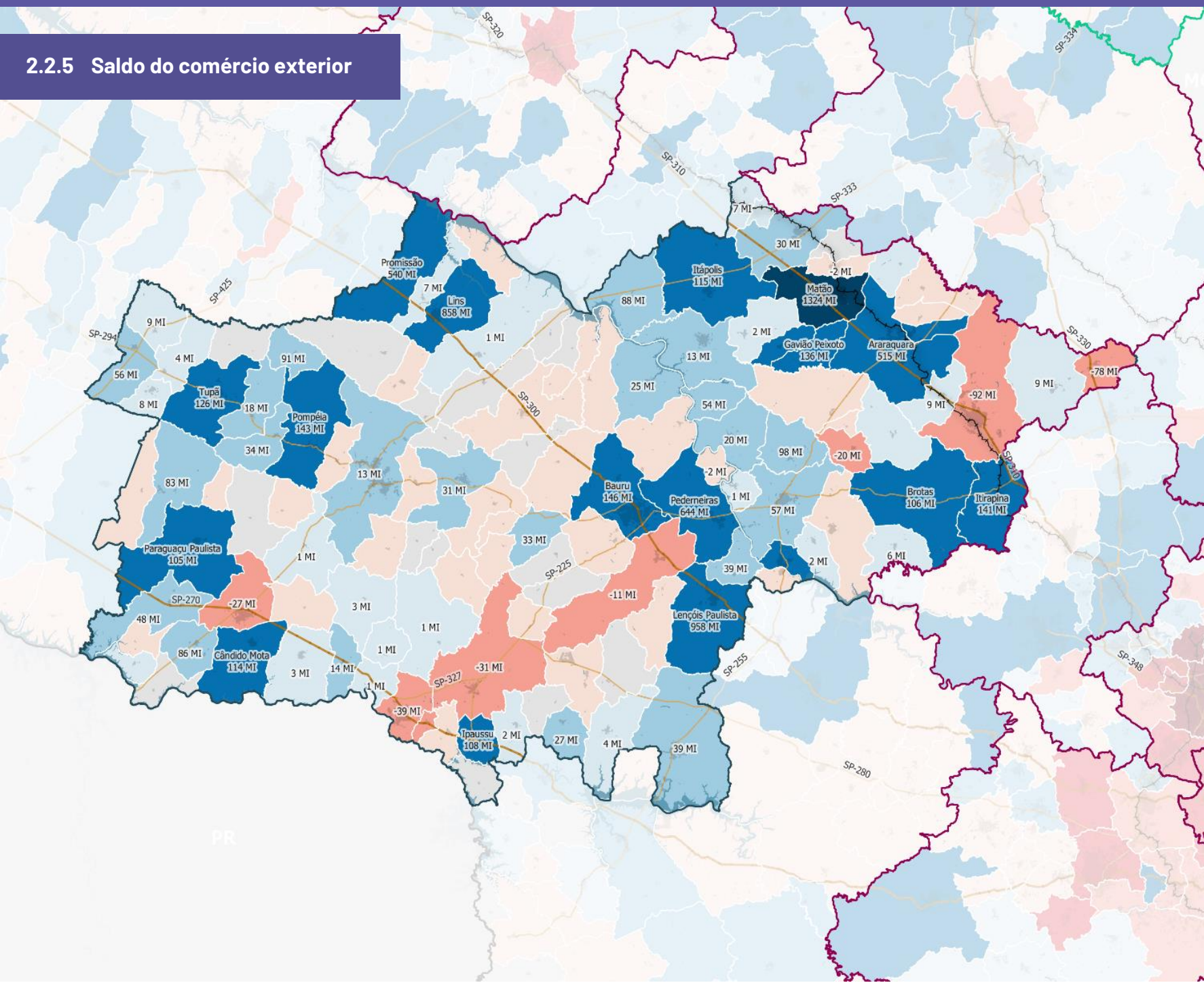


Limites administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Em 2023, a região Bauru-Marília-Araraquara exportou US\$ 10.045.000.666 e importou US\$ 2.589.178.395, tendo um superávit na sua balança comercial de US\$ 7.455.822.271. A região representou 13,2% das exportações e 3,6% das importações do Estado de São Paulo.

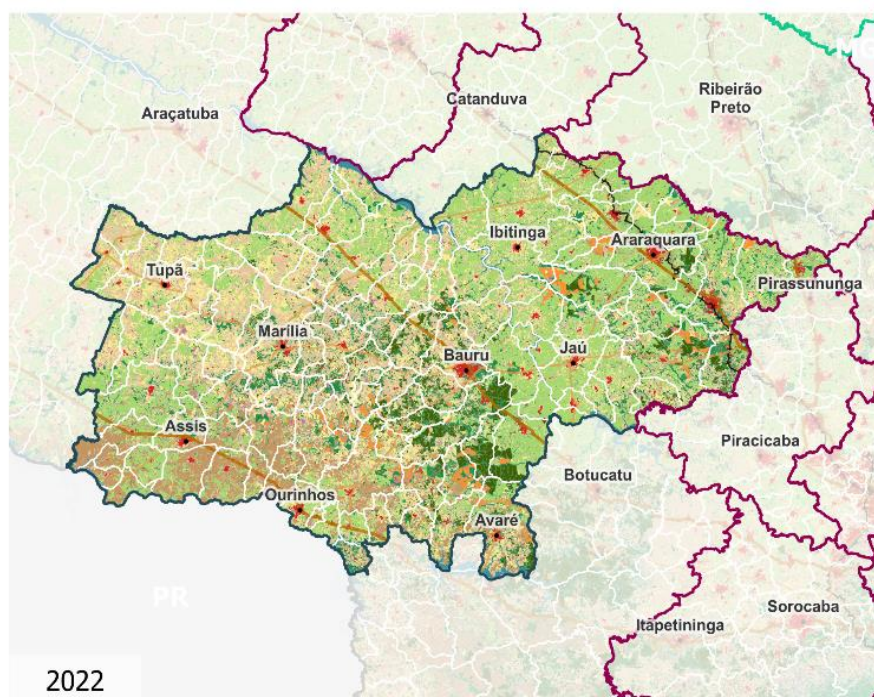
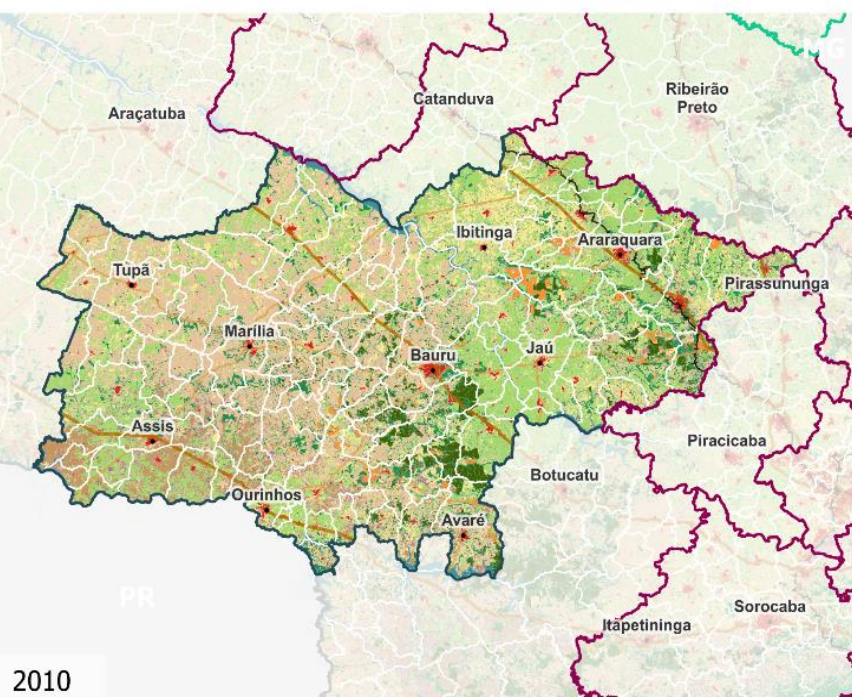
As cidades que mais exportam na região são: Matão (US\$ 1.369.523.300), Lençóis Paulista (US\$ 1.026.729.272), Pederneira (US\$ 955.979.595) e Gavião Peixoto (US\$ 950.727.561), que se destaca por ser sede da segunda maior unidade produtiva da Embraer no mundo.

Os municípios que mais importam são Gavião Peixoto (US\$ 814.638.619), São Carlos (US\$ 521.352.962) e Pederneiras (US\$ 312.130.233).

A balança comercial do Estado de São Paulo se divide em dois grupos distintos, nas regiões industrializadas (Região Metropolitana de São Paulo, junto das regiões do PDUH de Piracicaba-Campinas-Jundiaí e Itapeva-Sorocaba) há um forte déficit no saldo do comércio exterior de US\$ - 21.340.406.709.

Em compensação, as regiões do norte e oeste do estado são superavitárias, com forte presença do agronegócio, que é voltado para exportação e onde há um superávit de US\$ 25.495.383.056, o que gera um saldo positivo para o estado de US\$ 4.154.976.347 na balança comercial.

2.2.6 Caracterização de mudança de uso da terra e expansão da área urbanizada



DINÂMICA DE USO DO SOLO

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



Uso do Solo (Mapbiomas, 2024)

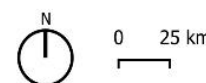
- Vegetação Natural
- Silvicultura
- Pastagem
- Cana
- Soja
- Outras Lavouras Perenes e Temporárias
- Citrus
- Café
- Área Urbanizada
- Outras Áreas não Vegetadas
- Mosaico de Usos
- Afloramento Rochoso
- Mineração
- Aquicultura
- Rio, Lago e Oceano
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Municipais

- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

O território paulista apresenta forte antropização em seus espaços urbanos, rurais e naturais, que se caracterizam pela continuidade e interação entre estas categorias e conformam zonas de transição com dinâmicas econômicas que mesclam produção rural à economia urbana. A série histórica de uso e cobertura da terra mostra as transformações da paisagem no período de 1990 a 2022, a partir dos dados do MapBiomas Brasil (2024).

O levantamento indica que a agropecuária engloba 82,0% de área da região, somando 4.091.810,9 hectares em 2022, maior montante entre todas as nove regiões do Estado. As classes de agricultura cresceram sobre as pastagens, que tiveram decréscimo anual de -3,6% no período. Os pastos foram substituídos majoritariamente pela cana-de-açúcar, classe da região com maior taxa de crescimento anual, 3,6% para todo o período de análise. Este cultivo ocupa 29% do território com 1.420.192,8 hectares distribuídos por toda região, sendo mais evidente na porção leste, e representam 25,9% da área de cana do Estado.

A soja teve taxa de crescimento de 3,0% ao ano, chegando a 428.444,1 hectares, em 2022, sendo responsável por 31,3% da área de soja do Estado de São Paulo. Segunda maior lavoura em extensão, o cultivo da soja se concentra na parte sul da região, próximo à divisa com o Estado do Paraná.

A silvicultura também apresentou significativo aumento, no período total de análise, a taxa regional de crescimento da silvicultura foi 3,0% ao ano, impulsionada pela expansão desta cultura da porção centro-sul, nas proximidades de Lençóis Paulistas, em direção à porção noroeste da região, num eixo paralelo a SP-300 ao longo das cidades de Oriente, Júlio Mesquita, Guarantã e Pompéia.

Outra lavoura cuja taxa de crescimento anual se destaca na região são os cítricos (7,0%), mais presentes na porção leste do território, no entorno de Araraquara, e ao sul, no vetor entre Avaré e Marília.

6 Para as análises considerou-se que a cobertura natural é entendida como o somatório de áreas das classes de vegetação natural existentes em cada das regiões definidas pelo PDUH. Para Bauru-Marília-Araraquara engloba as seguintes classes do Mapbiomas Brasil: formação florestal, formação savânica, campos alagados e formação campestre.

A região de Bauru-Marília-Araraquara, apresenta uma considerável presença de classes naturais, área que equivale 14,2% de toda superfície da região. Este montante ganha maior importância no contexto das regiões analisadas, uma vez que possui a terceira maior área de cobertura natural⁶ do Estado, representando 13,7% da vegetação natural presente em São Paulo em 2023. Apesar da manutenção dessas áreas de cobertura natural ao longo dos anos, sua distribuição está pulverizada pelo território, ocupando sobretudo as áreas de preservação permanente junto aos corpos hídricos e áreas de encostas e topos de morros, mostrando a pressão dos usos rurais sobre os espaços da natureza.

Para o período de análise, a região apresentou a quinta taxa de crescimento das áreas urbanizadas, dentre todas as nove regiões estudadas no PDUH, foram 2,6% ao ano. Deste modo, em 2023 a região contribui com 11,9% da urbanização paulista, o que equivale à 1,9% da área total da região. O crescimento dos núcleos urbanos foi mais acelerado entre as décadas de 1990 e 2000, 4,4%, sobretudo expandindo as áreas urbanizadas das cidades médias da região. Nas décadas subsequentes o modelo de ocupação assume ritmo menos intenso, passando para 2,0% entre 2000 e 2010, e chegando a 1,6% entre 2010 e 2022.

Esse crescimento urbano se dá, principalmente, sobre áreas de produção agropecuária, como pastagens, agricultura e mosaicos de uso⁷, criando conflitos de usos entre espaço urbano e rural, pela pressão imobiliária sobre áreas produtivas nas franjas urbanas para implantação de loteamentos, condomínios fechados e condomínios de chácaras.

7 A legenda detalhada define a classe Mosaico de Usos, para o contexto da Mata Atlântica como “áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura. Pode incluir áreas de ocupação periurbana, como chácaras, sítios e condomínios”. (Disponível em: Legenda Coleção 9 - Descrição Detalhada).

CARACTERIZAÇÃO DA EXPANSÃO URBANA

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Taxa Geométrica de Crescimento Anual
Total de Domicílios 2010/2022 (IBGE, 2024)

- ▼ Diminuição de Domicílios
- △ Crescimento de Domicílios Abaixo da Média Regional
- △ Crescimento de Domicílios Acima da Média Regional

Relação entre TCGA População e Área urbanizada
(IBGE, 2024; Mapiomas, 2024)

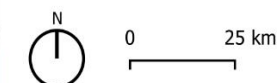
- Decrescimento Pop. e Expansão Urb. Alta
- Decrescimento Pop. e Expansão Urb. Baixa
- Crescimento pop. Baixo e Expansão Urb. Alta
- Crescimento Pop. Alto e Expansão Urb. Alta
- Crescimento Pop. Baixo e Expansão Urb. Baixa
- Crescimento Pop. Alto e Expansão Urb. Baixa

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias principais
- Rodovias secundárias
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

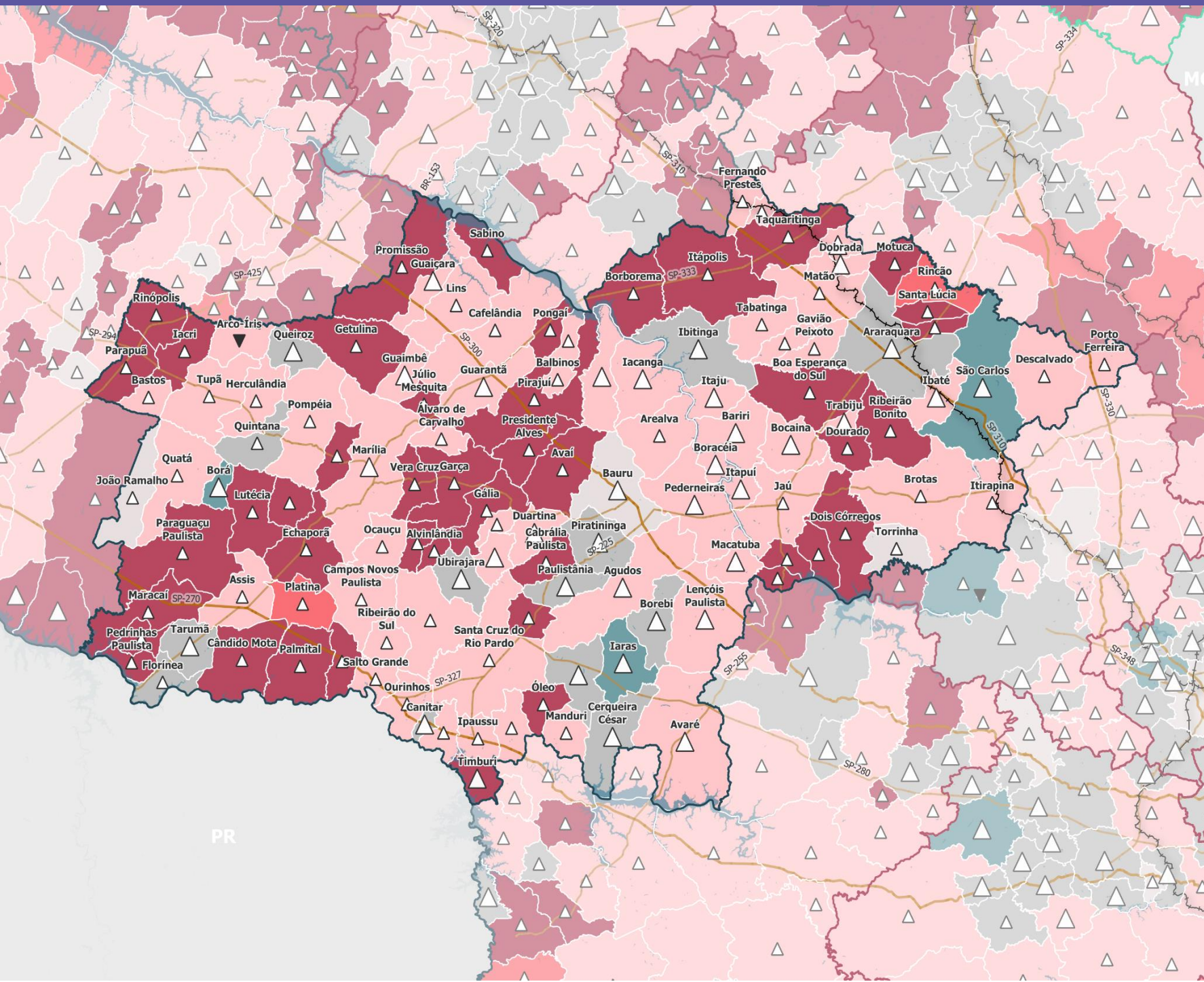
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



O processo de expansão da área urbanizada de um município, não está ligado unicamente às variações da dinâmica populacional e demanda por novas moradias. Uma ampla gama de aspectos sociais, econômicos, de acessibilidade, oferta de infraestrutura, contribuem para consolidação de vetores de crescimento da mancha urbana. Considerando a busca por cenário de **resiliência urbana**, seria esperado que este processo de expansão urbana estivesse pautado por demandas justificáveis. Entretanto, o que se observa em muitos casos é a reprodução de uma lógica de produção do espaço urbano sobre áreas de menor valor da terra, sobretudo através de loteamentos, que prioriza o ganho financeiro individual em detrimento dos ônus públicos gerados pelo espraiamento urbano.

Na região de Bauru-Marília-Araraquara, o crescimento urbano acelerado é predominante, ainda que a dinâmica demográfica apresente padrões distintos quanto às **taxas de crescimento da população e do número total de domicílios**, para o período entre Censos Demográficos, de 2010 a 2022. Quando analisadas em conjunto, observam-se três grandes tendências nos municípios que apresentaram alta expansão urbana:

- I. Municípios que tiveram baixo crescimento populacional e aumento no número total de domicílios abaixo da média regional. Engloba a porção sul da região, junto a Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo, a porção oeste no entorno de Tupã, a porção norte junto as cidades de Lins e Matão, bem como o arco entre Jaú e Porto Ferreira, no Leste. Caracterizam-se enquanto cidades de pequeno porte, próximas a centros sub-regionais com fenômenos de crescimento semelhantes. Em contrapartida, há municípios que tiveram baixo crescimento populacional e aumento no número total de domicílios superior à média regional. Engloba o vetor entre Avaré e Itaju, na porção centro-leste da região, o entorno de Santa Cruz do Rio Pardo, no centro-sul da região, bem como a cidade de Marília.
- II. Municípios que apresentaram decréscimo populacional e crescimento de totais dos domicílios abaixo da média regional.

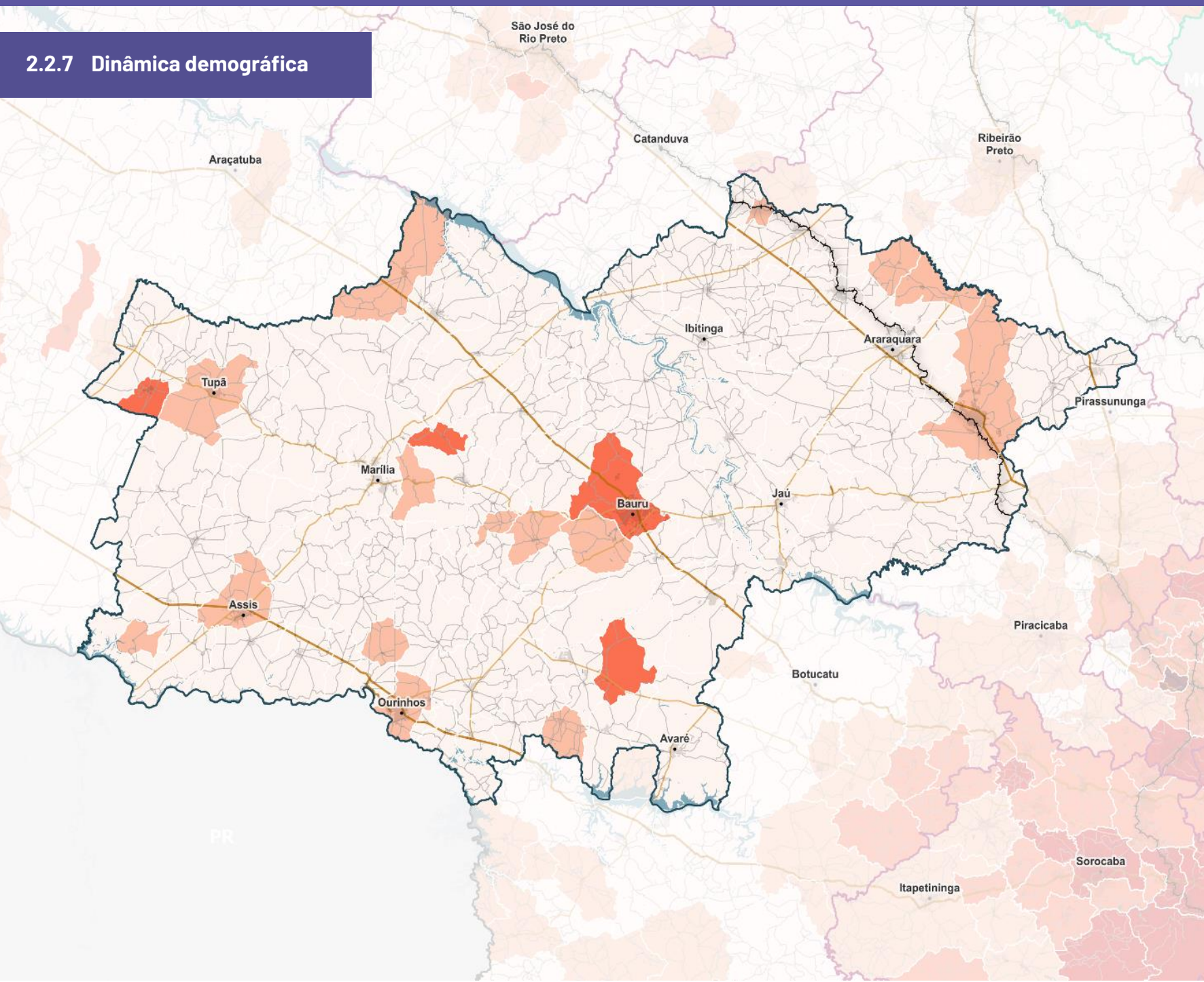
Localizados nas adjacências dos principais centros regionais como Marília, Bauru, Jaú, São Carlos e Araraquara, são pequenas cidades, conectadas por uma malha rodoviária capilarizada, cuja expansão urbana se vincula a loteamentos, condomínios e conjuntos habitacionais nas franjas urbanas. Aliado a isto, observam-se neste grupo de cidades, taxas de não ocupação significativas para o contexto regional, reafirmando a prevalência de um modelo de urbanização ineficiente e desequilibrado, bem como a necessidade de elaboração e atualização da regulação urbanística.

- III. Municípios que tiveram alto crescimento populacional e aumento no número de domicílios acima da média regional, com destaque para Araraquara e Ibitinga. Com exceção destas, as demais se caracterizam como cidades de pequeno porte cuja expansão abrange loteamentos e conjuntos habitacionais nas franjas da malha consolidada, em detrimento da ocupação de vazios nas áreas com maior presença de infraestrutura.

Os casos em que a expansão das áreas urbanizadas foi baixa, são minoritários na região, oito ocorrências em um universo de 123 municípios.

São Carlos, Iaras e Borá, apresentaram alto crescimento populacional e ampliação do número de domicílios acima da média regional. Em Bauru, João Ramalho e Torrinha, tanto o crescimento populacional quanto da mancha urbana foi baixo, entretanto na primeira nota-se um crescimento de domicílios superior à média regional, enquanto nas duas últimas este valor foi inferior à média. Já Platina e Rincão tiveram decréscimo populacional, baixa expansão da mancha urbana e do crescimento do número total de domicílios, indicando uma dinâmica urbana menos ativa.

2.2.7 Dinâmica demográfica



DENSIDADE POPULACIONAL RURAL

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Densidade Populacional Rural (hab/100ha)
(IBGE, 2022)

- 0 - 4,5
- 4,5 - 9
- 9 - 20

- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Estradas vicinais (IBGE, 2023)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovias em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

DENSIDADE POPULACIONAL URBANA

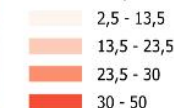
Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Densidade Populacional urbana (hab/ha - IBGE, 2022)



NNN População urbana (Mil - IBGE, 2022)

• Centralidades regionais (REGIC, 2018)

— Estradas vicinais (IBGE, 2023)

— Rodovias simples (IBGE, 2023)

— Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)

— Ferrovias em operação (MT, 2024)

— Área urbanizada (IBGE, 2019)

— Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

— Limites Municipais

— Regiões Metropolitanas

— Regionalização CDHU

— Estado de São Paulo

— Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

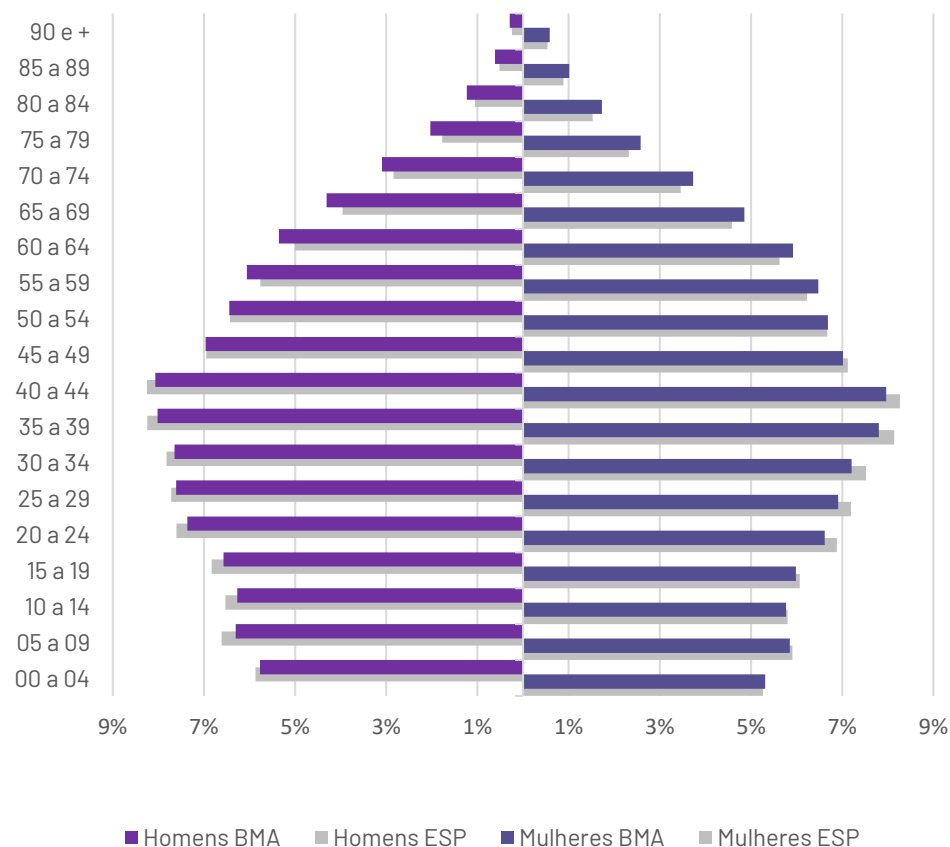
Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipe, 2025

A região de Bauru-Marília-Araraquara tem 7,4% da população do Estado de São Paulo e apresenta uma Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) da população de 0,48%, terceira menor do Estado de São Paulo, entre as regiões analisadas. O perfil demográfico da população residente na região é demonstrado pela pirâmide etária a seguir, que compara os dados regionais aos estaduais.

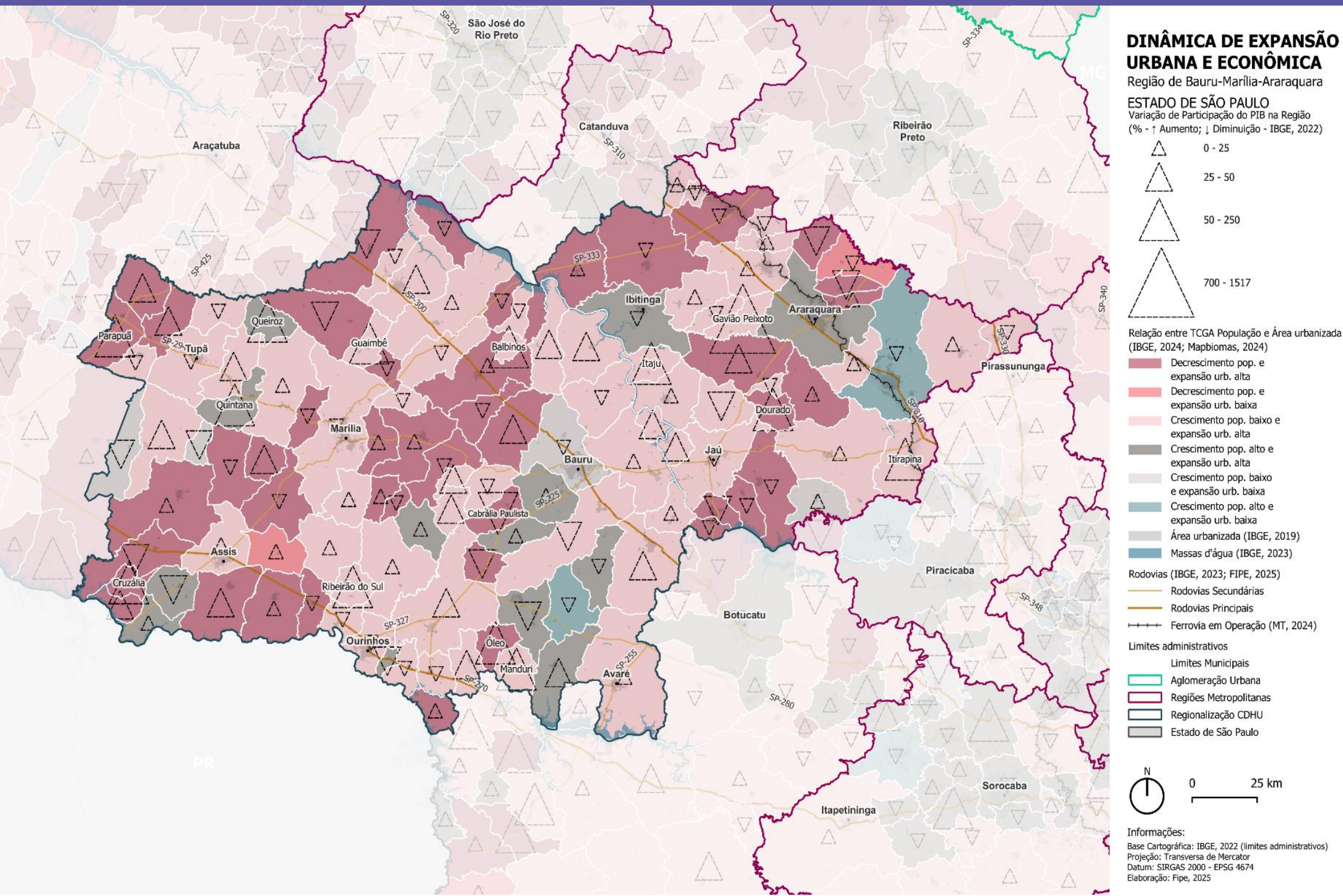
Gráfico 12: Pirâmide etária da região - BMA



A região apresenta 13,1% das pessoas com mais de 65 anos, quarta maior taxa entre as áreas analisadas, superior em 9,8% a média do Estado de São Paulo (11,9%). Entre os jovens, a região possui 17,6% de pessoas com idade entre 0 e 14 anos, inferior em -1,9% em relação a taxa do Estado de São Paulo (18,0%). O índice de envelhecimento de Bauru-Marília-Araraquara, indicador que compara o número de idosos com o de crianças e adolescentes, é 74,1, o que é 11,8% maior que o índice do estado (66,3) mostrando tratar-se de uma região com população mais idosa que a média do estado. Na comparação com outras regiões, Bauru-Marília-Araraquara está entre as quatro regiões cuja população tem mais idosos do que jovens, junto com Presidente Prudente-Araçatuba, Registro-Santos e São José do Rio Preto.

A população da região vive majoritariamente em áreas urbanas, 95,5% das pessoas, enquanto apenas 4,5% vivem em áreas rurais. Tanto a análise de situação da população, quanto o cálculo de densidade urbana e rural, consideraram a classificação dos setores censitários do Censo 2022. Importante frisar que as taxas de densidade estão correlacionadas à extensão territorial do município, quanto menor a área do município, maior a tendência a uma elevada densidade.

Dentre as cidades com maior densidade urbana estão: Santa Lúcia (48,4 hab/ha), Álvaro de Carvalho (43,7 hab/ha) e Américo Brasiliense (43,5 hab/ha). Quando analisados os territórios com maior densidade rural, se destacam os municípios de Bastos (0,17 hab/ha), Álvaro de Carvalho (0,12 hab/ha) e Bauru (0,12 hab/ha). Destas, a alta densidade rural em Bauru se relaciona a presença de fragmentos de áreas urbanizadas, descolados da mancha urbana principal, onde se situam condomínios e loteamentos de alto padrão.



O mapa de dinâmica e expansão urbana e econômica, cruza indicadores populacionais, urbanos e econômicos. Objetiva-se verificar se existem relações entre o aumento populacional, expansão urbana e crescimento econômico. Para tanto, foram calculadas a taxa geométrica anual de crescimento (TGCA) das áreas urbanizadas, a TGCA da população e a variação da taxa de participação dos municípios no PIB total da região.

Bauru-Marília-Araraquara apresentou TGCA populacional de 0,48%, a terceira menor do Estado de São Paulo dentre as nove regiões de análise. Os municípios com maiores taxas anuais de crescimento populacional são Canitar (3,07%), Florínea (2,60%) e Águas de Santa Bárbara (2,09%).

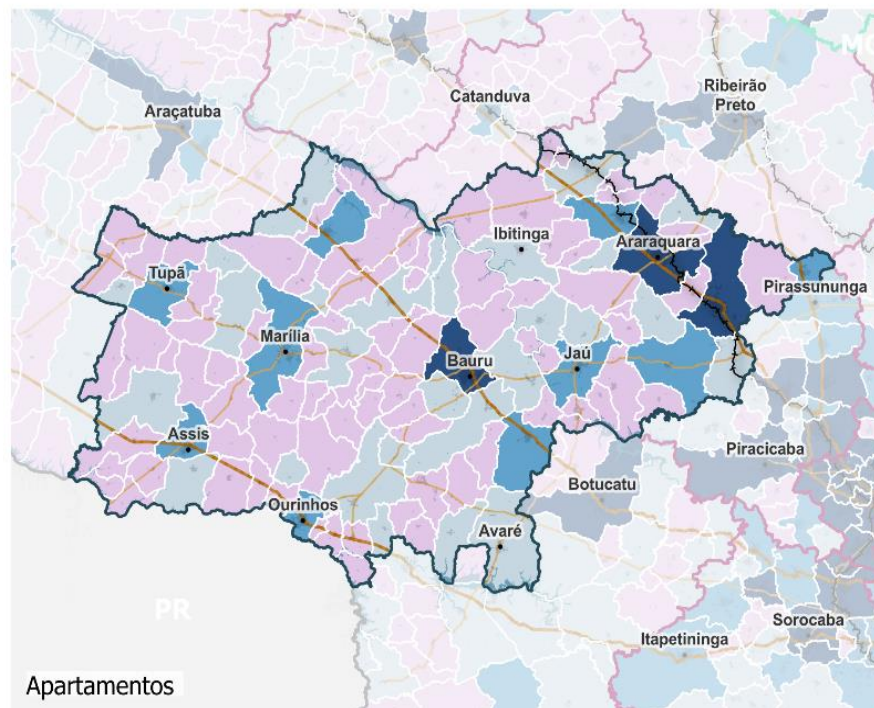
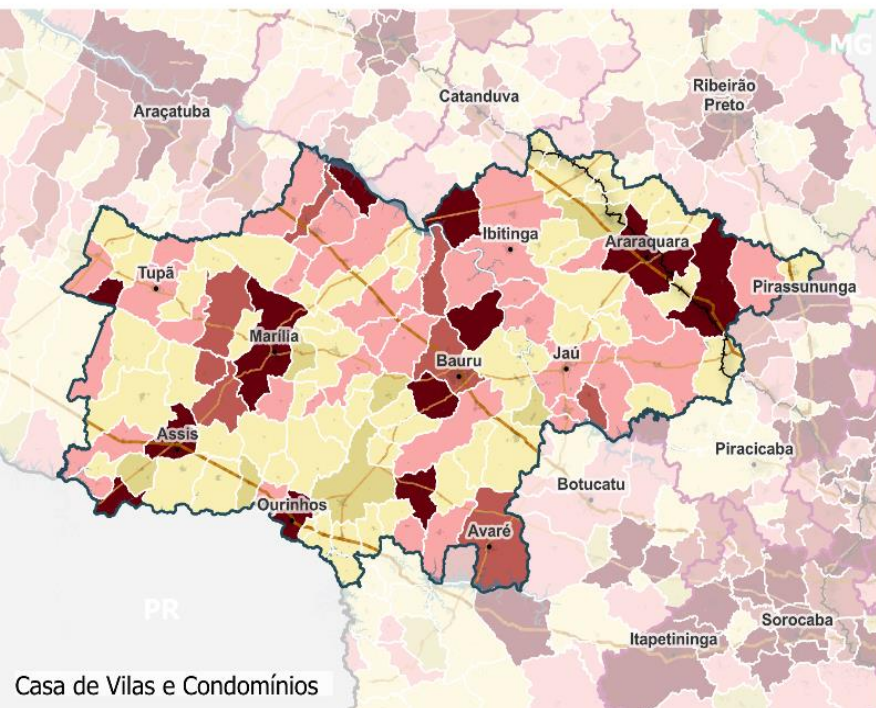
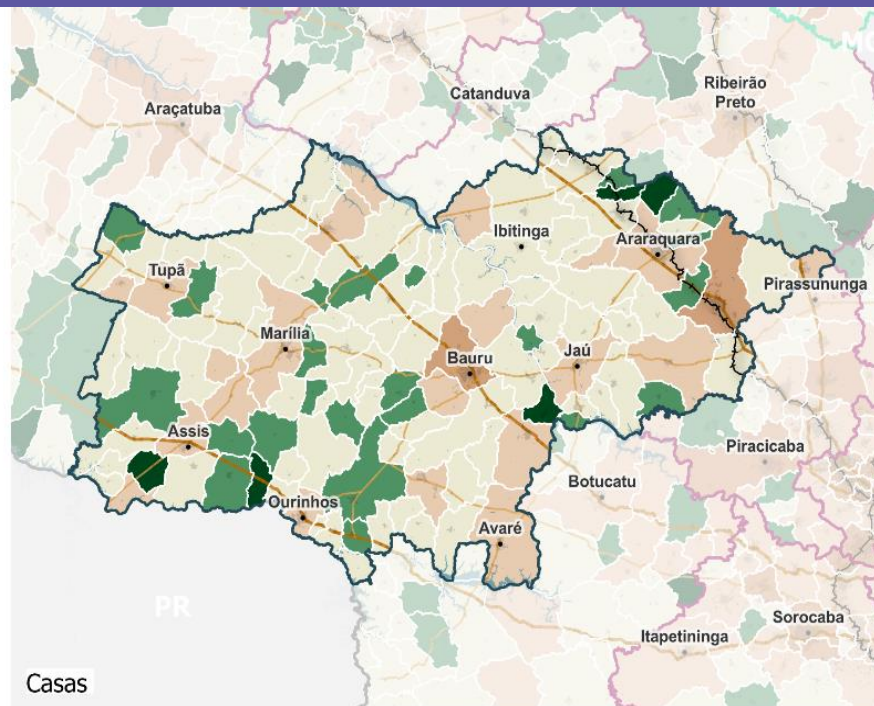
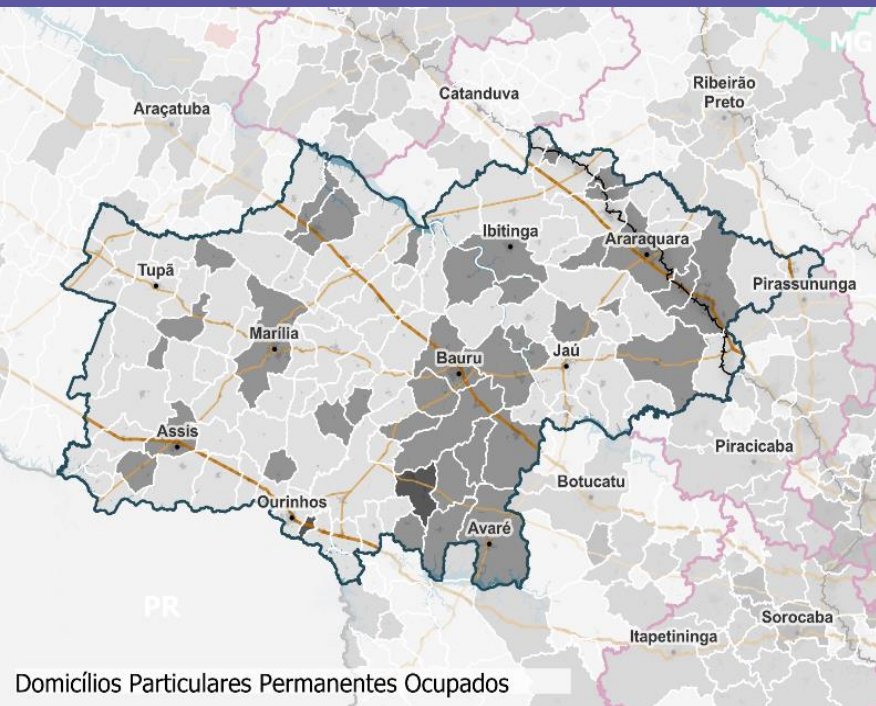
A região se caracteriza pela alta expansão da mancha urbana, sendo que 93,5% dos municípios tiveram taxas de crescimento das áreas urbanizadas superior a 1,0%, entre 2010 e 2022. Nesse quesito os municípios com maior expansão da área urbana são Itaju (6,15%), Paulistânia (5,13%) e Dobrada (5,06%).

Em 2021, a região representava 5,60% do PIB do Estado de São Paulo, um aumento de 10,0% da sua participação em relação a 2010. Os municípios cujos PIB tiveram maiores aumentos de participação no PIB da região são: Gavião Peixoto (701,0%), Guaimbê (249,9%) e Dourado (174,7%).

Em síntese, nos municípios em que houve redução da população (TGCA negativa) no período, ocorreu, também, em 52,2% dos casos, queda na parcela de participação do PIB das cidades em relação a região. Já onde a TGCA foi positiva, em 57,1% dos casos, houve crescimento da participação no PIB regional.

Nas localidades em que se verificou forte aumento da expansão urbana, 55,6% dos municípios também apresentaram acréscimo da participação no PIB total. Complementarmente, em 75,0% dos municípios que tiveram uma expansão urbana reduzida houve diminuição da participação no PIB regional.

Elaboração: Fipe, 2025



VARIAÇÃO DA TIPOLOGIA HABITACIONAL EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

Variação dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados (% - IBGE 2010; 2022)

- 0 - 22
- 22 - 42
- 42 - 111

Variação de Participação da Tipologia "Casa" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 18,4 - -10,5
- 10,5 - -2
- 2 - 0
- 0 - 1
- 1 - 9,6

Variação de Participação da Tipologia "Casa de Vila e Condomínios" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 9,3 - -0,5
- 0,5 - 0
- 0 - 0,5
- 0,5 - 1,5
- 1,5 - 9,3

Variação de Participação da Tipologia "Apartamentos" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

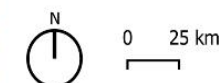
- 1 - 0
- 0 - 1
- 1 - 5
- 5 - 17,5

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Considerando os dados referentes aos Censos de 2010 e 2022, conclui-se que houve aumento no total de domicílios particulares permanentes ocupados dos tipos casas, casas de vila ou condomínio e apartamentos no estado de São Paulo. A tipologia “casas” teve aumento percentual de 16,9%, no Estado de São Paulo, totalizando 12.538.074 domicílios em 2022. A região de Bauru-Marília-Araraquara representou 8,9% do aumento total do estado, assim como na região de Itapeva-Sorocaba, um incremento de 162.545 domicílios do tipo casa na região.

Em todo o estado a tipologia “apartamentos” teve aumento de 76%, totalizando 3.239.424 domicílios em 2022, e a região de Bauru-Marília-Araraquara representou 3,5% do aumento total do estado, equivalente a um acréscimo de 48.747 domicílios em “apartamento”. Por fim, a tipologia “casas de vila ou condomínio” foi a que teve o maior aumento percentual no Estado de São Paulo, entre os anos de 2010 e 2022, de 105,7%, totalizando 374.755 domicílios em 2022. A região de Bauru-Marília-Araraquara representou 7,6% deste aumento com um acréscimo de 14.548 domicílios da tipologia “casas de vila ou condomínio”.

Analisando as tipologias com maior aumento percentual de participação em relação aos tipos de domicílios, em 35,8% dos municípios da região o maior aumento percentual foi domicílios classificados como “casas de vila ou condomínio”. Já em 29,3% das cidades analisadas, houve um maior aumento percentual dos domicílios permanentes ocupados classificados como “apartamentos”. E em 27,6% dos municípios o principal aumento em pontos percentuais foi de “casas”. Ainda, 09 municípios não apresentaram mudanças de participação das tipologias. Em todos os casos são municípios em que a tipologia “casa” representa o total dos domicílios e apesar do aumento no estoque de moradias ocorreu exclusivamente por meio da construção de casas.

A análise dos novos dados censitários sugere que na última década **houve ampliação da verticalização nas cidades com maior contingente populacional**, como São Carlos, Araraquara e Bauru. Os condomínios também ampliaram sua participação por toda a região, em especial nas adjacências de centralidades regionais, sendo possível observar este padrão em cidades de porte populacional distintos.

O **incremento da tipologia de condomínios** merece destaque em função de seu modelo de urbanização, predominantemente localizado nas bordas dos municípios, acessíveis por rodovias (que se tornam avenidas urbanas), gerando poucos espaços públicos abertos à população bem como grandes extensões de barreiras físicas (muros e cercas) que desarticulam ou se isolam do tecido urbano preexistente.

Assim, na prática, o que se observa com este espraiamento é um maior ônus da urbanização às gestões municipais, que precisam estender a oferta de serviços públicos – educação, saúde, transporte público, abastecimento e saneamento, coleta de lixo – até áreas mais distantes, ampliando também a demanda pelo uso de meios de transporte individuais. São gastos com novas infraestruturas que não acompanham o aumento de arrecadação municipal gerado pela expansão da mancha, além de pressionarem áreas rurais e de preservação.

O estímulo ao aumento das densidades construtivas, a ocupação dos vazios urbanos e a utilização de tipologias mais verticais, em detrimento ao espraiamento horizontal de baixa densidade, deve ser priorizado como modelo de urbanização, visando ao aumento da eficiência do uso da terra urbana em função da valorização decorrente das novas infraestruturas de mobilidade e equipamentos sociais.

LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS E DOMICÍLIOS VAGOS

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Lançamentos imobiliários 2016-2024 (Geobrain, 2024)

- Horizontal
- Vertical

Empreendimentos hab. 2010-2024 (Graprohab, 2024)

- Condomínios
- Loteamentos e Conjuntos habitacionais

Percentual de domicílios não ocupados (uso ocasional+vagos) em relação ao total de domicílios (IBGE, 2022)

- 6,9 - 17,1%
- 17,1 - 23,9%
- 23,9 - 32,4%
- 32,4 - 44,3%
- 44,3 - 66,2%

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Limites Municipais (São Paulo)

Municípios (Nomes) com buffer

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Ferrovias em Operação (MT, 2024)

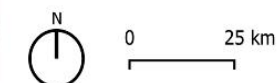
Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Estado de São Paulo

Massas d'água



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A análise da dinâmica imobiliária considera o cruzamento do percentual de domicílios não ocupados, que é composto por domicílios vagos mais domicílios de uso ocasional, segundo dados do Censo 2022, com as solicitações de avaliação de empreendimentos habitacionais no colegiado Graprohab⁸, entre 2010 e 2024, e dados dos lançamentos do mercado imobiliário⁹, para o período de 2016 a 2024.

Dentre os dados do Graprohab, Bauru-Marília-Araraquara apresenta o terceiro maior montante de empreendimentos avaliados pelo colegiado, uma participação de 12,45% no total do Estado, ficando atrás apenas de Piracicaba-Campinas-Jundiaí e da região metropolitana de São Paulo. Em relação aos tipos de empreendimentos, se destaca o percentual de conjuntos habitacionais (27,1%) e de loteamentos (18,7%), ambos equivalendo à maior participação no Estado de São Paulo. A participação no total estadual de desmembramentos (9,8%) e condomínios (5,6%) é intermediária em comparação as demais regiões.

Alinhado com esta leitura, os dados de lançamentos de mercado imobiliário reúnem levantamentos de doze cidades da região: Bauru, Araraquara, São Carlos, Marília, Matão, Jaú, Assis, Lins, Taquaritinga, Itápolis, Ibatinga e Barra Bonita. Em Bauru (23.272), Araraquara (15.945) e São Carlos (13.595) os destaques são os empreendimentos verticais que são mais de 50% dos novos empreendimentos analisados. Nessa tipologia se destaca Bauru com 77% dos empreendimentos verticais, o que mostra um forte aumento no número de apartamentos na cidade.

Entre os empreendimentos horizontais, destacam-se sobretudo os loteamentos abertos e fechados e condomínios, que são tipologias que demonstram processos de expansão e dispersão das manchas urbanas induzidos pela malha rodoviária capilarizada. Araraquara e São Carlos

também são os destaques, com 5.479 unidades em loteamentos, o que representa 24% das unidades analisadas dessa tipologia na região e 4.257 unidades em condomínios que representam 68% das unidades analisadas desse tipo de domicílios.

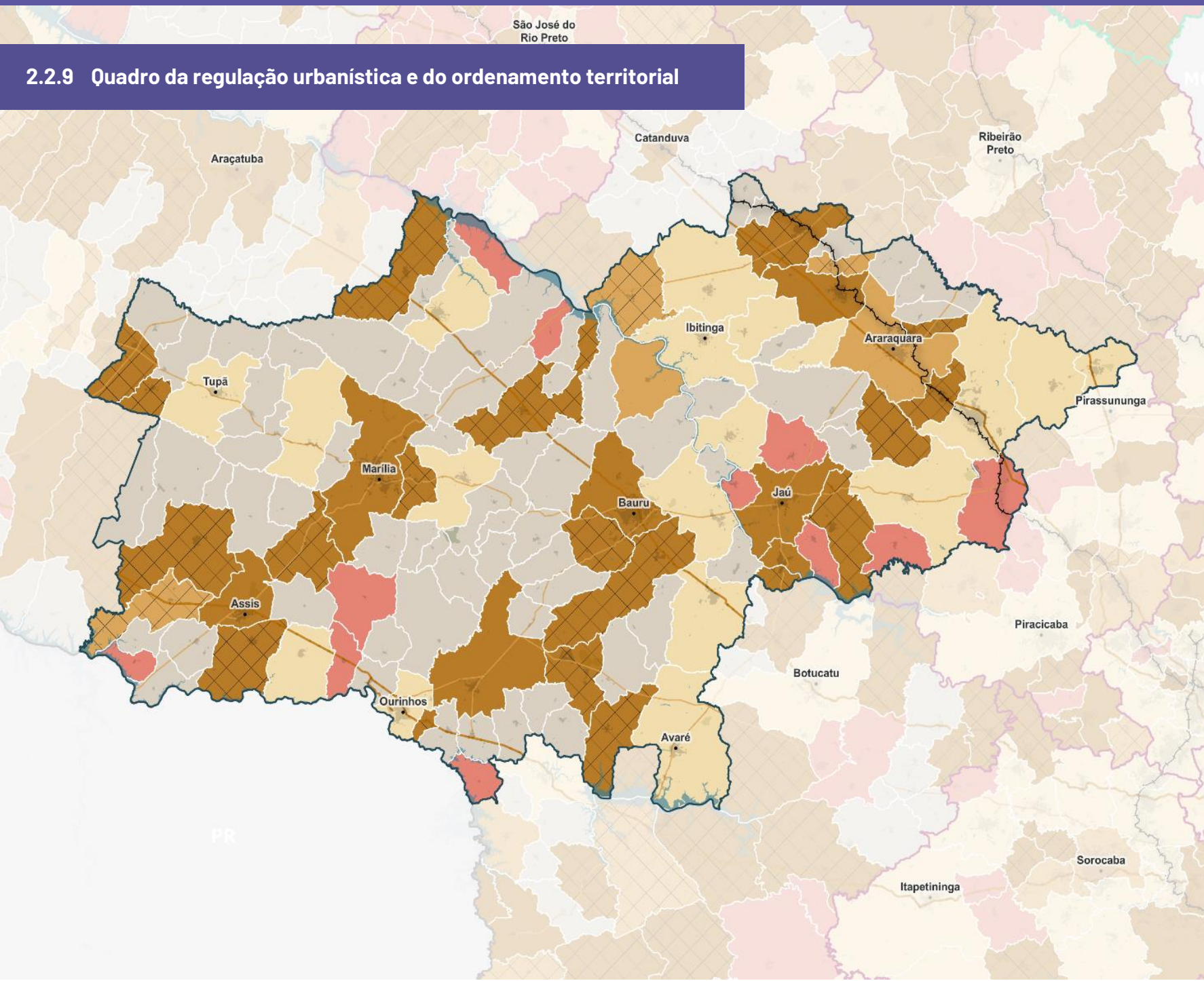
Comparando essa análise com dados de número de domicílio do Censo 2022, observa-se a ocorrência não desprezível de vacância e de uso ocasional domiciliar na região. Considerando a média estadual de domicílios não ocupados, soma dos domicílios particulares permanentes vagos e domicílios particulares permanentes de uso ocasional, em relação aos domicílios totais (17,2%), a região apresenta 63,4% dos seus municípios com taxas de não ocupação superiores à estadual, sendo que a média para toda a região é igual a 18,0%, a quarta menor do Estado de São Paulo.

Analisando individualmente, as participações dos domicílios vagos e de uso ocasional no total de domicílios regionais, observa-se que a região tem o terceiro maior (11,8%) percentual de domicílios vagos entre as regiões CDHU analisadas, ficando atrás apenas de Presidente Prudente-Araçatuba (12,4%) e São José do Rio Preto (12,1%). Já entre os usos ocasionais a região apresenta o quarto menor índice (6,2%) entre as áreas analisadas. O município de Itaju se destaca por apresentar relação entre os domicílios não ocupados e os domicílios ocupados próxima de um, ou seja, a quantidade de domicílios permanentes ocupados é quase equivalente à de domicílios não ocupados. O percentual de não ocupação em relação ao total de domicílios na cidade, é de 47,5%.

8 Considerando a evolução das ferramentas de geoinformação, os dados fornecidos pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab) não estão universalmente georreferenciados, portanto, os mapas refletem uma parcela dos empreendimentos totais. Os dados numéricos, entretanto, se relacionam a toda amostra de análises submetidas ao colegiado.

9 Os dados de lançamentos imobiliários da iniciativa privada são levantados por diferentes empresas e sindicatos da construção civil, apresentando algumas limitações como a abrangência do universo de cidades estudadas e falta de uma estatística global para todo o Estado de São Paulo. Buscando incorporar um contexto desta dinâmica produtiva no PDUH, utilizou-se como base levantamento da Geobrain (2024) para 100 cidades paulistas abrangendo metrópoles, grandes cidades e cidades médias, em diferentes regiões, a fim de representar um panorama geral da produção imobiliária privada no Estado.

2.2.9 Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial



ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



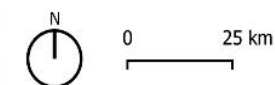
LEGENDA:

Situação dos Planos Diretores (CDHU, 2024)

- ✕ Planos anteriores a 2015 pendentes de revisão
- Sem Plano Diretor
- Com obrigatoriedade e sem Plano Diretor
- Plano Diretor anterior a 2008
- Plano Diretor entre 2009 e 2014
- Plano Diretor posterior a 2015
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovias em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA HABITACIONAL

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



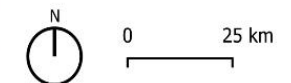
LEGENDA:

Municípios e arranjos populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional B
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B

Instrumentos de política habitacional (CDHU, 2024)

- LUOS, PLHIS e ZEIS
- LUOS e PLHIS
- PLHIS e ZEIS
- LUOS e ZEIS
- Apenas LUOS
- Apenas ZEIS
- Inexistência de LUOS, PLHIS e ZEIS
- ⋯ Inexistência de Plano Diretor (CDHU, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

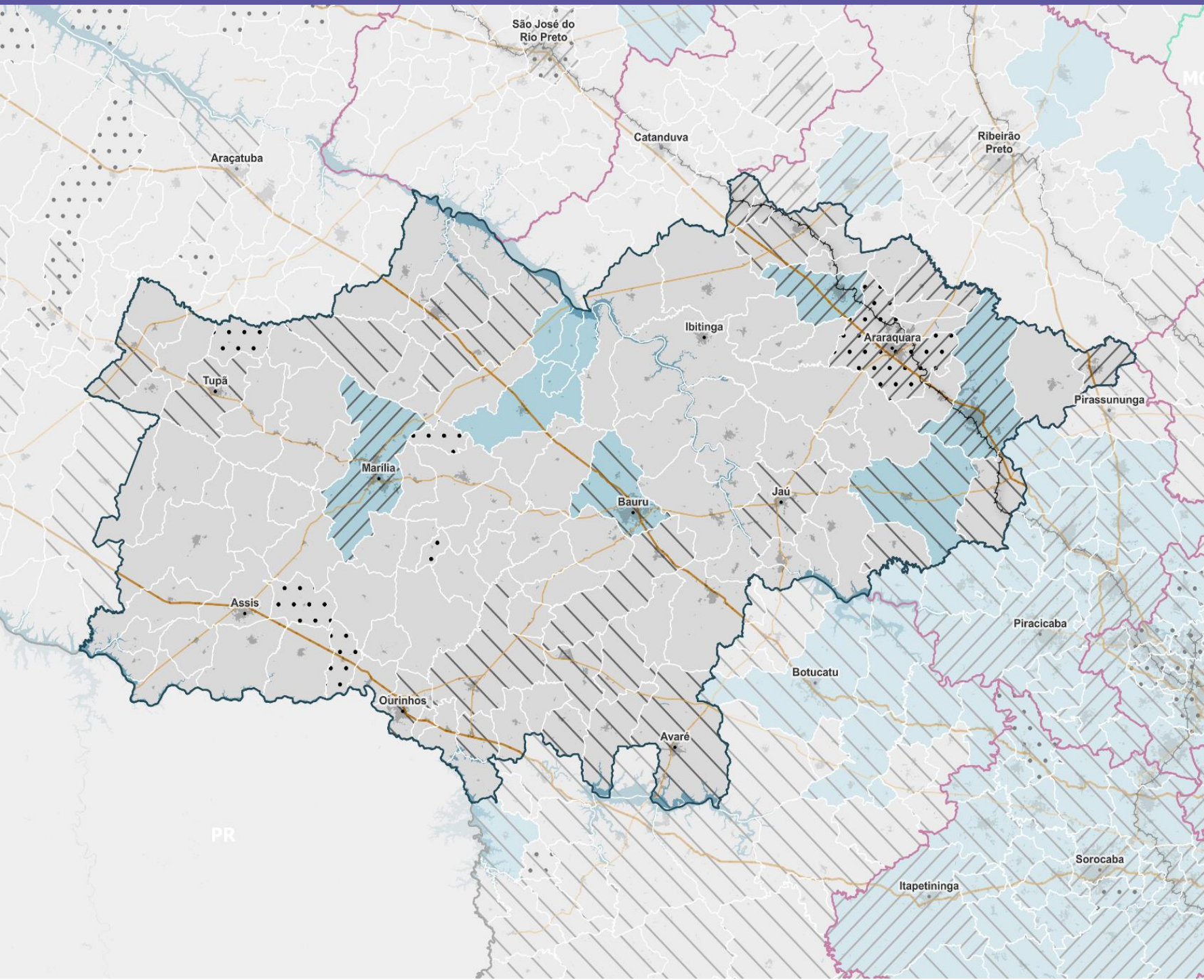
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

Um dos principais desafios da região é a demanda por ampliação dos marcos regulatórios do desenvolvimento urbano, em especial quanto ao ordenamento territorial, já que **44,3% dos municípios não possuem plano diretor (PD) nem lei de uso e ocupação do solo (LUOS).**

Somente 40% dos municípios está enquadrada nos critérios de obrigatoriedades de elaboração de PD previstas no Estatuto da Cidade. A grande maioria (80%) dos que apresentam essa obrigatoriedade, o possuem. Dos municípios que não apresentam obrigatoriedade de PD, 11 o possuem (17%).

Quando analisada a data de elaboração dos planos diretores, nota-se que 56% deles têm datas anteriores a 2008, indicando também uma forte demanda pela revisão destas normas. Dos 05 municípios que apresentam Taxa de Crescimento Geométrico Anual (TGCA) maior que 1,0% na região, somente dois deles possuem PD.

Em relação aos marcos e instrumentos relacionados especificamente à habitação, sobretudo a **habitação de interesse social**, a baixa incidência também se destaca. Somente 06 municípios apresentam **Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**. A demarcação de Zonais Especiais de Interesse Social (ZEIS) é mais comum dentre os municípios da região, mas está presente em apenas 20% dos municípios.



MUNICÍPIOS COM CARTA DE SUSCETIBILIDADE E LEVANTAMENTO DE RISCO

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

- • • Municípios que Elaboraram um Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR (CDHU, 2024)

Mapeamento de Áreas de Risco 1:3000 (IPA, 2022)

- \\ \\ Municípios que apresentam um levantamento de risco
- / / Municípios que apresentam até seis levantamentos de risco

Mapeamento de Áreas de Risco 1:25.000 (IPA, 2022)

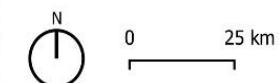
- Municípios que apresentam uma carta
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Outros marcos regulatórios importantes são as cartas de suscetibilidade, cartas de aptidão, cartas geotécnicas e levantamentos de risco de desastres municipais ou regionais. Estes instrumentos servirão de base para a correta mensuração dos riscos geo-hidrológicos presentes no município, dando base para as ações em cada uma das áreas identificadas, de acordo com a classe de riscos apontados, e serão uma das bases para a elaboração dos Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs).

De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001), é necessário, ainda, que os municípios incluídos no Cadastro Nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos possuam em seus planos diretores medidas e levantamentos específicos para lidar com essas áreas identificadas.

Na região apenas 24,4% dos municípios possuem instrumentos de levantamento de risco, mas nem todos em uma escala mais detalhada e adequada do território. Cinco municípios possuem apenas levantamentos em escala 1:25.000.

Apenas 4,1% dos municípios da região possuem Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs), e destes apenas Araraquara já possuía instrumentos de levantamento de risco e relevância em número de eventos de geodesastres¹⁰.

O fato da maioria dos municípios da região não possuírem instrumentos de levantamento de riscos faz com que a identificação dos domicílios em área de risco não esteja disponível para o planejamento adequado das prioridades de intervenção.

¹⁰ Mapeamento das áreas de risco a escorregamentos, inundações e erosão do município de Araraquara, Bebedouro, Rincão, São Luiz do Paraitinga, Sertãozinho. Instituto Geológico/SMA, 2008.

PLANOS DE MOBILIDADE (PLANMOB)

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Situação dos Planos de Mobilidade na Região
(CDHU, 2024)

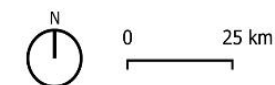
- Elaborado
- Não Elaborado
- Sem Obrigatoriedade

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A integração do desenvolvimento urbano às infraestruturas de transporte e mobilidade é uma estratégia de planejamento que busca criar cidades mais compactas, incentivando o uso do transporte público, a caminhabilidade e o uso misto do solo.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012) estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana municipais (PlanMob) para municípios com mais de 20 mil habitantes, municípios inseridos em Regiões Metropolitanas e municípios turísticos, entre outros.

Entre outras questões, seu artigo sexto coloca como diretrizes a prioridade dos meios não motorizados sobre os motorizados e do coletivo sobre o individual. Além disso, explicita a necessidade de integração com a política de desenvolvimento urbano, o que acarreta um desejável diálogo entre os PlanMobs e os Planos Diretores.

A mesma legislação vincula a obtenção de recursos federais para o setor (como do Orçamento Geral da União - OGU) à existência desses planos, representando sua elaboração em importante instrumento de viabilização de obras e ações.

Duas características da região são decisivas no panorama verificado: ausência de Região Metropolitana instituída e alta incidência de municípios com menos de 20 mil habitantes. Esse contexto implica em baixa exigência federal sobre a demanda destes planos nos municípios da região Bauru-Marília-Araraquara.

Observa-se a ausência de PlanMobs em 20 municípios com exigência legal para sua elaboração. A porção leste da região apresenta uma certa predominância de municípios que possuem esse instrumento.

Os municípios de Pedrinhas Paulista, Paraguaçu Paulista, Ibirarema, Campos Novos Paulista, Marília, Lins, Sabino, Pongai, Timburi, Águas de Santa Bárbara, Jacanga, Piratininga, Itapuí, Bocaina, Tabatinga, Itápolis, Igaraçu do Tietê, Mineiros do Tietê, Torrinha e Itirapina estão em desacordo com a legislação federal.

Dentre as principais centralidades, enquanto Bauru e Araraquara possuem Planos de Mobilidade, Marília, como mencionado, ainda não o elaborou.

Cidades como Ourinhos, Lençóis Paulistas, Avaré, Matão, São Carlos, Jaú e Tupã, com diferentes protagonismos regionais, já possuem essa legislação no seu arcabouço normativo.

As consequências para a acessibilidade, conectividade e segurança a partir do contexto demonstrado nesse tópico serão apresentadas adiante.

2.3 INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE

O eixo “Infraestrutura Urbana e Social e Mobilidade” é baseado nas interrelações entre **equipamentos sociais, transporte, mobilidade e dinâmica urbana**, seguindo a premissa de que estes elementos estão diretamente conectados.

A acessibilidade da região é fortemente influenciada pela malha rodoviária que, por sua vez, atravessa as principais centralidades, ratificando Villaça (1998) na ideia de serem os sistemas de mobilidade, mais que qualquer outro, aqueles que mais determinam a estruturação territorial.

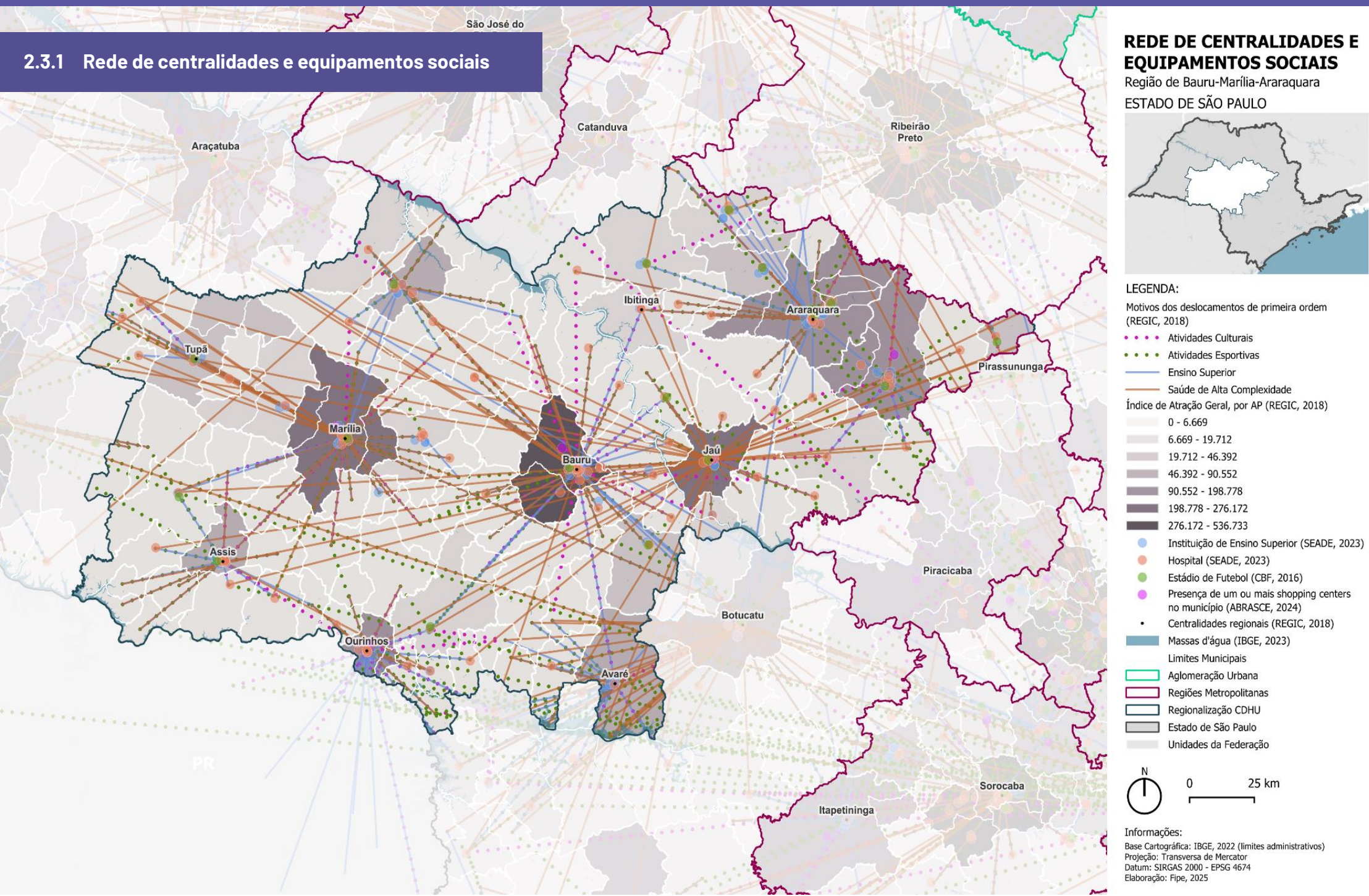
A tradicional malha ferroviária que atravessa alguns dos principais municípios, com destaque para o município de Bauru, encontra-se em processo de recuperação pelo Governo do Estado de São Paulo, o que indica uma tendência de consolidação dessas centralidades.

Apesar da ausência de uma região metropolitana formalmente estruturada e do extenso território em comparação com outras regiões, observa-se uma certa articulação entre as cidades, sobretudo em torno das centralidades urbanas que atuam como polos de integração regional.



Fonte: <https://www.94fm.com.br/noticias/grande-bauru-investe-r-22-milhoes-e-renova-parte-da-frota-do-transporte-coletivo/>

2.3.1 Rede de centralidades e equipamentos sociais



A análise dos **equipamentos sociais**, integrada aos fluxos identificados pela Pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2018), mostra que os Arranjos Populacionais (AP) de Bauru e de Marília são as principais centralidades da região, atraindo o maior número de deslocamentos de pessoas dos municípios vizinhos (pertencentes ou não à região).

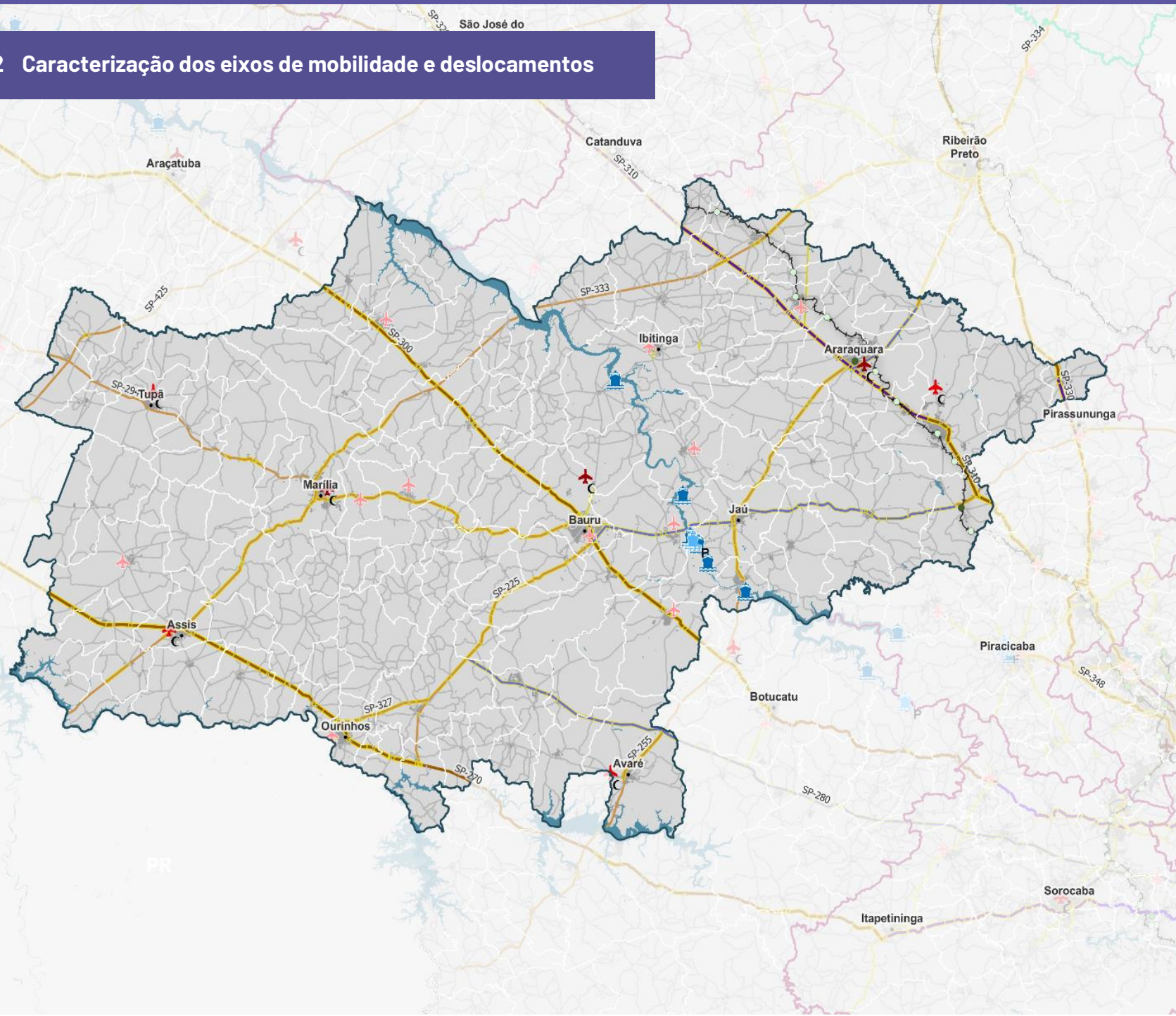
Apesar de o Arranjo Populacional de Araraquara apresentar concentração de equipamentos sociais e ser uma relevante centralidade regional, não atrai tantos deslocamentos quanto os APs Bauru e Marília. De forma geral, além das localidades mencionadas, outras centralidades são relevantes no contexto regional, tais como o Arranjo Populacional de Ourinhos, Jaú e Avaré.

Dos 123 municípios da região, todos apresentam, ao menos, uma UBS em seu território, e metade deles (61) apresenta hospitais que realizam atendimento de alta complexidade. Os deslocamentos por motivo de saúde de alta complexidade na região concentram-se em Jaú (34%), que dispõe de 04 hospitais, sendo um deles especializado em oncologia, AP Marília (23%), que dispõe de 07 hospitais, e AP Bauru (19%), que dispõe de 15.

A região possui 09 campi da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 02 campi da USP, 6 campi de Universidades Federais e 12 FATECs, além de 61 Universidades Particulares, que estão localizadas nos maiores centros urbanos regionais. As localizações que mais atraem deslocamentos para ensino superior na região são AP Bauru (19%) e AP Ourinhos (15%), seguidos por AP Araraquara, AP Marília e Avaré (13% cada).

Com relação aos deslocamentos por motivos de esporte e de cultura e lazer, as localidades que mais atraem pessoas são o AP Bauru, AP Marília, AP Ourinhos e Avaré.

2.3.2 Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos



INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE E CONCESSÕES

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Situação de Concessão da Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- Demais Aeródromos - Não Concedidos
- Aeroportos Regionais Concedidos
- Aeroporto Regional com Voos Regulares Concedido

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

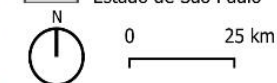
- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Terminais e Complexos

Competência de Gestão da Infraestrutura Portuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- Porto Público ou Fluvial
- ETC e TUP Privado

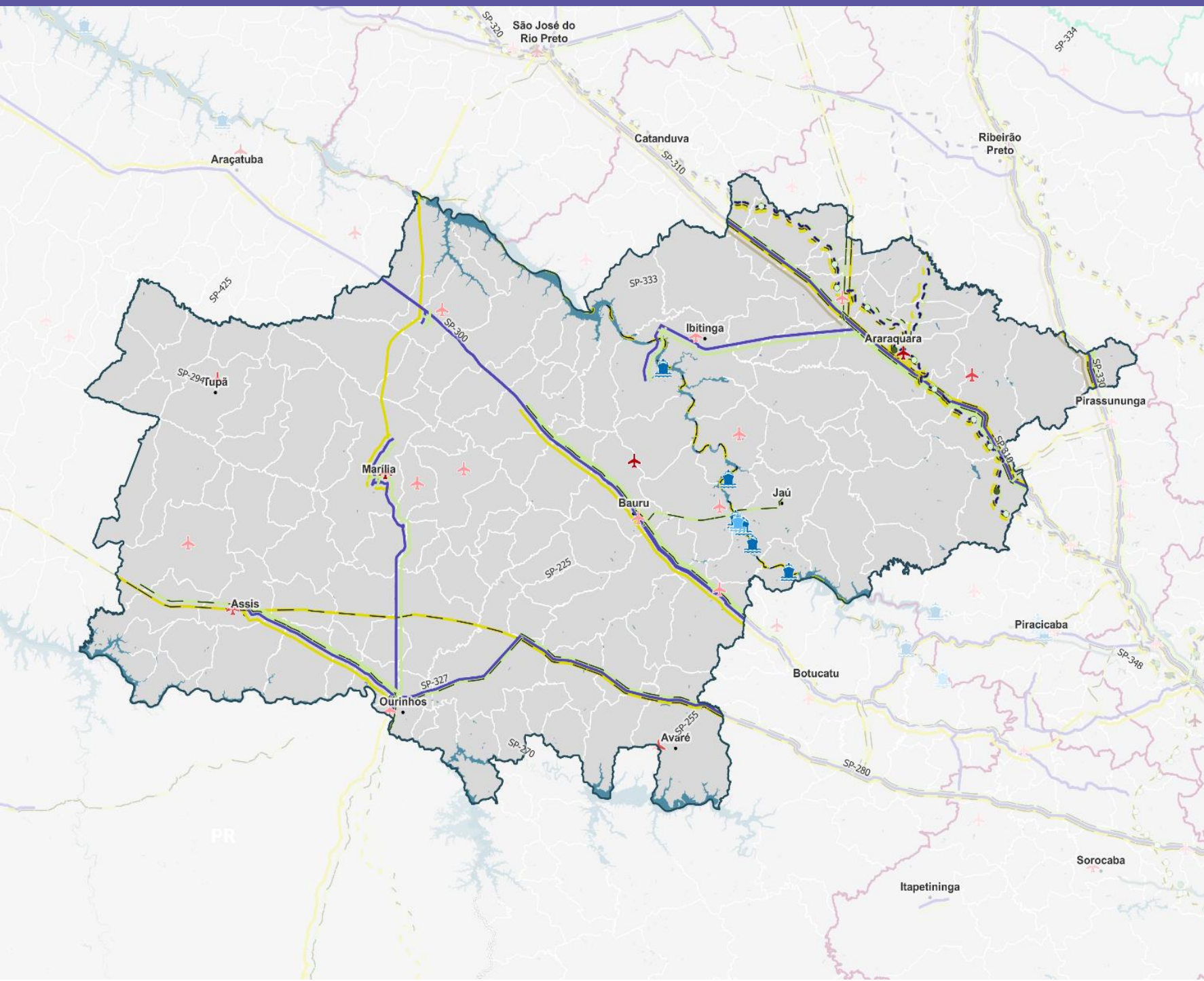
Infraestrutura e Competência de Gestão da Malha Rodoviária (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária Simples
- Est. Terciária Duplicada
- Rod. Secundária Simples
- Rod. Secundária Duplicada
- Rod. Principal Simples
- Rod. Principal Duplicada
- Est. Terc. Simp. Priv. ou Concessionada
- Est. Terciária Dup. Priv. ou Concessionada
- Rod. Sec. Dup. Priv. ou Concessionada
- Rod. Prin. Dup. Priv. ou Concessionada
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'água
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



CORREDORES LOGÍSTICOS

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- ✈ Demais Aeródromos
- ✈ Aeroportos Regionais
- ✈ Aeroporto Regional com Voos Regulares

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Terminais e Complexos

Infraestrutura Portuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- 🚢 Estação de transbordo de cargas
- 🚢 Porto Público e Fluvial

Corredores Logísticos Rodoviários (Min. Transportes, 2017-2020)

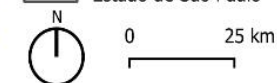
- Cana de Açúcar
- Cana de Açúcar Para Exportação
- Soja e Milho
- Soja e Milho Para Exportação
- Veículos
- Combustíveis

Corredores Logísticos Ferroviários (Min. Transportes, 2017-2020)

- Cana de Açúcar
- Cana de Açúcar Para Exportação
- Soja e Milho
- Soja e Milho Para Exportação
- Combustíveis

Corredor Logístico Hidroviário (Min. Transportes, 2017-2020)

- Soja e Milho para Exportação
- Massas d'água
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Observa-se, nesta região, clara estruturação territorial no sentido noroeste-sudeste e marcadamente feita pela malha rodoviária.

Trata-se, porém, de uma característica apresentada por outras regiões do oeste paulista que indica a influência da carga que, oriunda do próprio Estado de São Paulo ou do Centro-Oeste, alcança os principais mercados consumidores e equipamentos de exportação, como os portos de Santos e São Sebastião, por meio desses eixos.

Dessa forma, pelas **principais rodovias** que atravessam a região no sentido citado – Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Rodovia Marechal Rondon (SP-300) e Rodovia Washington Luís (SP-310) – observa-se a passagem da soja, milho e cana de açúcar tanto para o mercado interno como para exportação, além de combustíveis e outras mercadorias.

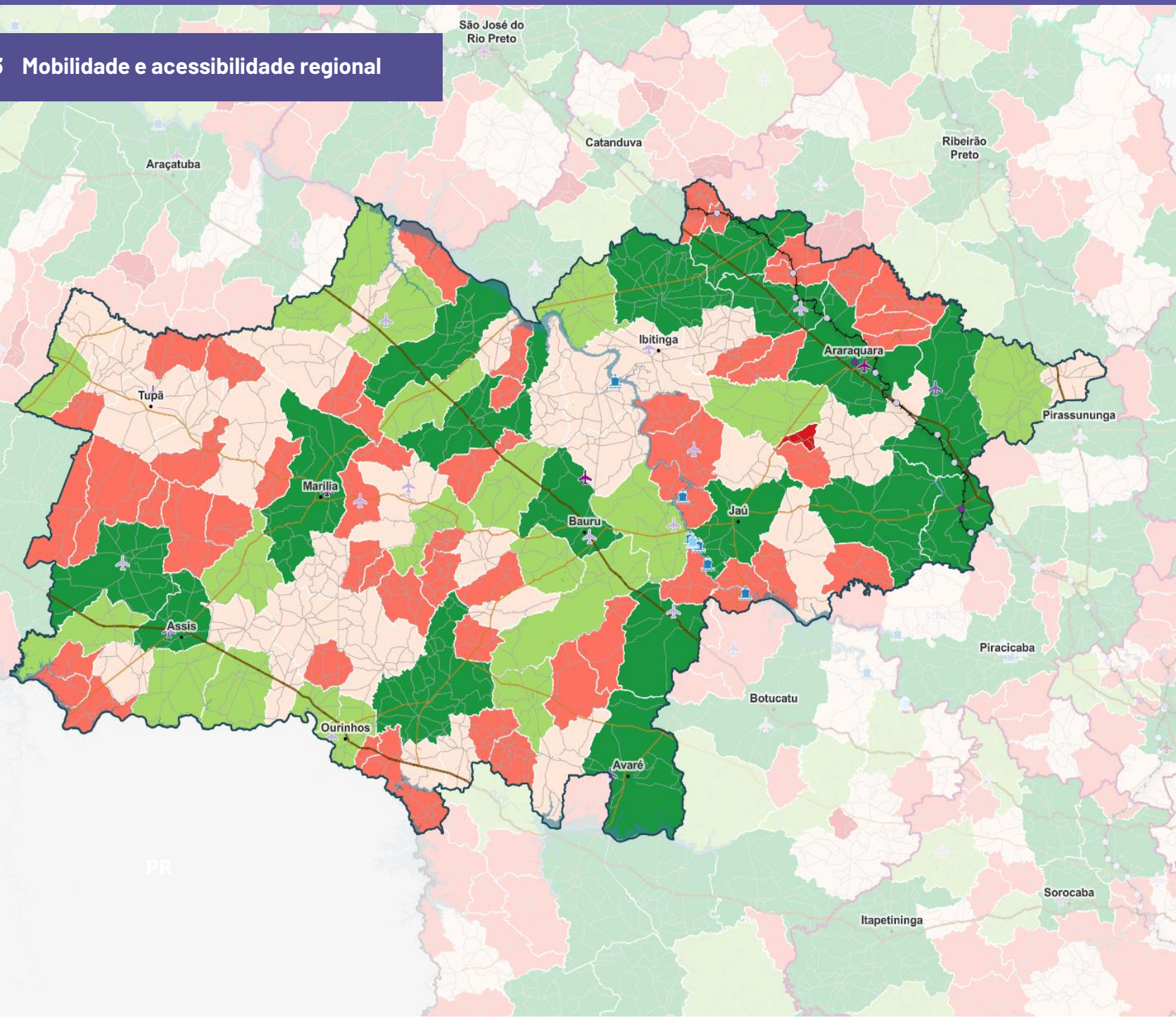
Complementarmente, observa-se o deslocamento dessas cargas também pela malha ferroviária em operação atualmente, sobretudo na porção leste da região, devido à falta de recuperação da malha desativada no restante do território.

No sentido norte-sul, em especial entre as cidades de Marília e Ourinhos, há fluxo de veículos de carga pelo modo rodoviário, bem como no sentido leste-oeste entre as cidades de Araraquara e Ibitinga.

Como particularidade regional, percebe-se a contribuição da **Hidrovia Tietê-Paraná** com suas diversas Estações de Transbordo e Portos Fluviais para o deslocamento da carga de milho e soja voltadas, essencialmente, para a exportação.

Finalmente, com menor peso na estruturação territorial, tem-se uma rede de aeroportos regionais funcionando principalmente para transporte de passageiros, com ou sem voos regulares, com destaque aos aeroportos de Bauru e Araraquara, que cumpre papel estratégico na consolidação econômica e social da região.

2.3.3 Mobilidade e acessibilidade regional



SÍNTESE DO POTENCIAL DE CONECTIVIDADE E ACESSIBILIDADE - MÉDIA REGIONAL

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Potencial de Conectividade e Acessibilidade (FIPE, 2024)

- Muito Abaixo da Média Regional
- Abaixo da Média Regional
- Na Média Regional
- Acima da Média Regional
- Muito Acima da Média Regional

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- ✈ Demais Aeródromos
- ✈ Aeroportos Regionais
- ✈ Aeroporto Regional com Voos Regulares

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Terminais e Complexos

Infraestrutura Portuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

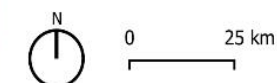
- ⚓ TUP e ETC
- ⚓ Porto Público

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Estradas Terciárias
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Nesse estudo buscou-se mensurar os níveis de potencial de mobilidade e acessibilidade do ponto de vista da infraestrutura de rodoviária, ferroviária, aeroportuária e hidroportuária.

Foram considerados aqui tanto os **fatores de indução** (presença de rodovias e entroncamentos rodoviários, paradas ferroviárias, portos e aeroportos) quanto as **barreiras inibidoras** da mobilidade como as rodovias e ferrovias que cortam a mancha urbana dos municípios da região.

Objetivou-se a construção de um índice que contemplasse, concomitantemente, a “acessibilidade” (enquanto possibilidade de alcance e acesso), como a “conectividade” (que considera, aspectos que fragmentam o território, dificultando esses deslocamentos). O resultado traz um panorama que permite identificar os locais com maiores propensões a ter seus deslocamentos intra e inter-regionais facilitados.

Conforme já mencionado, ainda que exista uma rede hidroviária e aeroportos de menor porte na região, pela metodologia adotada para essa mensuração dos municípios, percebe-se uma clara relação entre as principais rodovias e os índices mais altos alcançados.

Ao longo da Rodovia Raposo Tavares (SP-270), da Rodovia Marechal Rondon (SP-300) e da Rodovia Washington Luís (SP-310), todas enquadradas como Rodovias Principais na metodologia aqui aplicada, estão localizados a maioria dos municípios com índices “muito acima da média regional”.

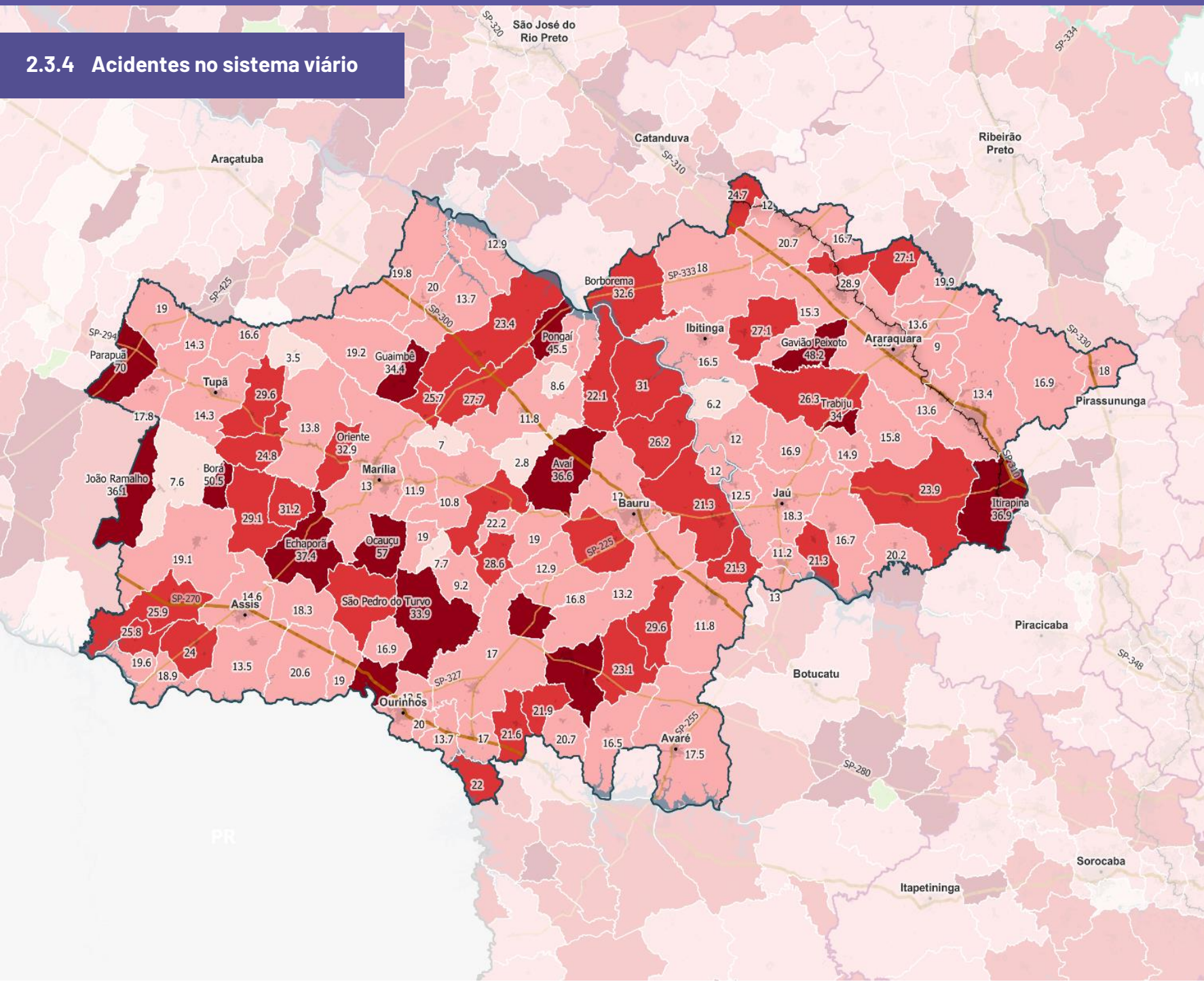
Além desse grupo de municípios, destaque para Jaú e Marília, com a mesma classificação, que são atravessados, respectivamente, pelas rodovias SP-22511 e pela Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294). Há, ainda, vários outros municípios com o mesmo enquadramento, decorrente, sobretudo, da extensa malha de Estradas Terciárias que cruzam seus territórios. Nesse grupo estão os municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, Avaré, Pardinho, Brotas e Itápolis.

No extremo oposto apenas o município de Trabiju, com menos de 2 mil habitantes, apresenta-se “muito abaixo da média regional” nesta avaliação.

Os demais municípios estão, em sua grande maioria, dentro da média da região ou com uma pequena variação acima ou abaixo deste patamar.

11 Essa rodovia recebe diversos nomes, sendo o trecho entre Jaú e Bauru o mesmo nome da SP-294.

2.3.4 Acidentes no sistema viário



ÓBITOS TOTAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes Anualizados (Infosiga, 2015-2023)

- Óbitos Muito Abaixo da Média Estadual
- Óbitos Abaixo da Média Estadual
- Óbitos Acima da Média Estadual
- Óbitos Muito Acima da Média Estadual
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Em relação ao fator de segurança viária, aferido por meio de uma média de óbito em acidentes de trânsito por população verificada no período de 2013 a 2023, percebe-se uma predominância de **médias inferiores ao patamar médio do estado de São Paulo**.

Ainda assim, em quinze municípios são observados “óbitos muito acima da média regional”. São eles: Itirapina, Trabiju¹², Gavião Peixoto, Guaimbé, Pongaí, Avaí, Parapuã, João Ramalho, Echaporã, Ocaçu, São Pedro do Turvo, Salto Grande, Espírito Santo do Turvo e Águas de Santa Bárbara.

Importante ressaltar que na sua maioria essas cidades são atravessadas por Rodovias Secundárias e estradas terciárias de acordo com a metodologia adotada.

Isso tende a significar que nas rodovias primárias ocorrem menos óbitos proporcionalmente e, como será apresentado a seguir, que são é nas rodovias de menor porte que estão ocorrendo esses sinistros.

Além destes, em outros 33 municípios, há “óbitos acima da média estadual”.

Mas, em relação à região como um todo, ainda predominam os municípios com “óbitos abaixo da média estadual” o que demonstra se tratar de um território concomitantemente com predominância de médias baixas e com variadas exceções acima do que se verificou como média do estado.

¹² Nesse caso, sua população pouco numerosa tende a influenciar, quando na existência de mesmo um único óbito, essa média para cima.

ÓBITOS TOTAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO NA REGIÃO

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes Anualizados (Infosiga, 2015-2023)

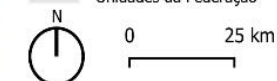
- Sem Óbitos
- Óbitos Muito Abaixo da Média Regional
- Óbitos Abaixo da Média Regional
- Óbitos Acima da Média Regional
- Óbitos Muito Acima da Média Regional
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

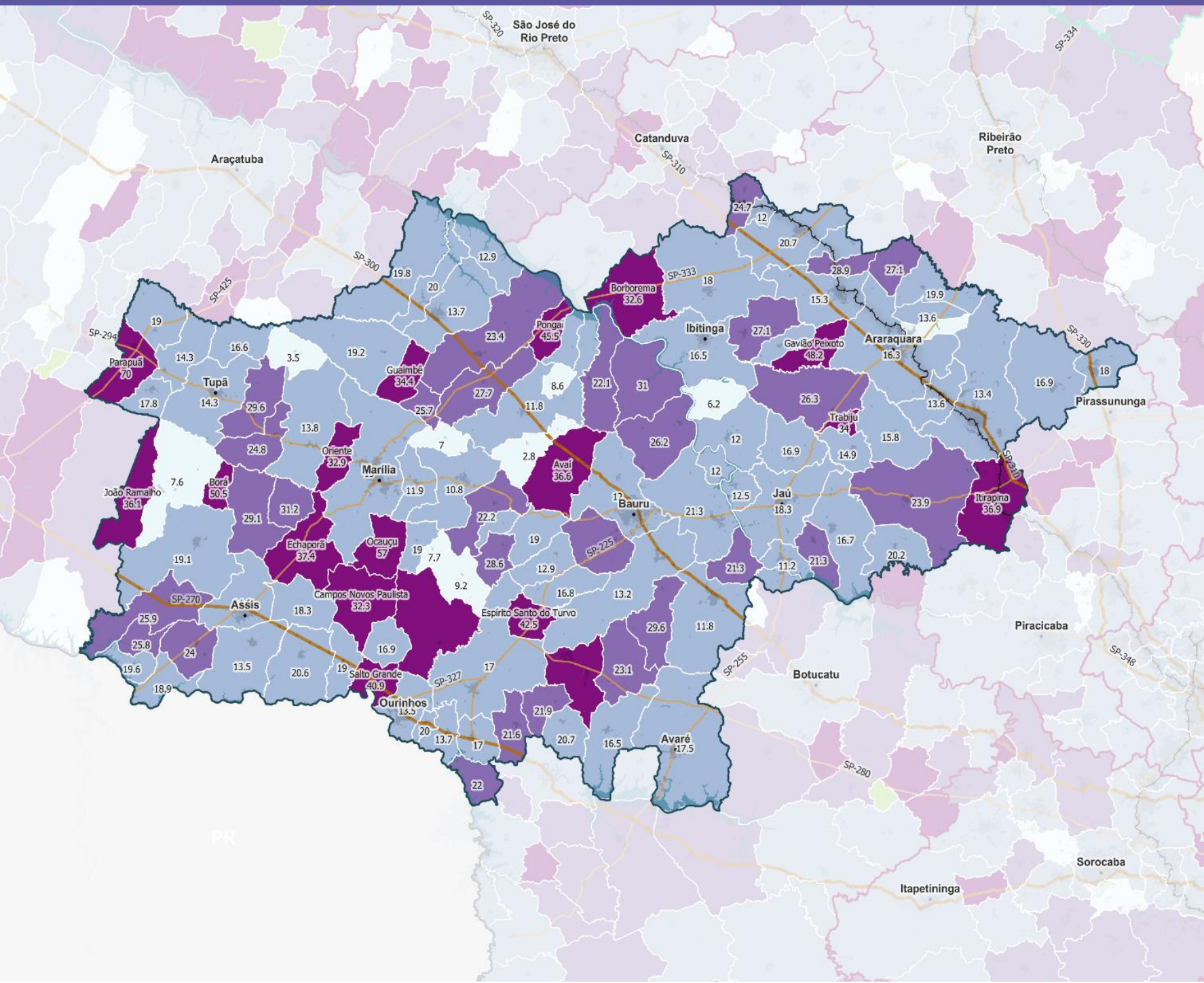
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec 2025



ÓBITOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO - VIÁRIO

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes
Atualizados (Infosiga, 2024)



50 - 96
30 - 50
15 - 30
0 - 15

Tipo de Viário na Ocorrência de Óbitos
(Infosiga, 2015-2024)

- Exclusivamente em Vias Urbanas
- Majoritariamente em Vias Urbanas (Acima de 55%)
- Óbitos Igualmente Presentes em Vias Rodoviárias e Urbanas
- Majoritariamente em Vias Rodoviárias (Acima de 55%)
- Exclusivamente em Vias Rodoviárias
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Após a análise sobre a média estadual dos óbitos em acidentes de trânsito por população, a avaliação recai sobre essa dinâmica no âmbito da própria região, avaliando, concomitantemente, a localização desses acidentes.

Em relação à média regional, as situações extremas, com “óbitos muito acima” desse valor coincidem com o verificado em relação à média estadual.

Isso significa que há maior incidência de acidentes na malha rodoviária, ainda que fora das Rodovias Principais, e, como atesta o último mapa, que estes ocorrem, sobretudo, nas Rodovias Secundárias e Estradas Terciárias.

Em oposição e como exceção, a predominância de acidentes com óbitos em vias urbanas está concentrada nas principais centralidades e adjacências¹³.

Como resultado dessa avaliação, entende-se que a região mereça uma especial atenção sobre suas rodovias de caráter local, onde se deve produzir campanhas e medidas de tráfego que garantam uma melhor segurança aos usuários.

Há que se considerar, ademais, tratar-se de um território onde, majoritariamente, não se exige pela legislação federal a elaboração de Planos de Mobilidade.

Ainda que, com isso, não se estivesse garantindo a melhor gestão da mobilidade, indica certa tendência de fragilidade institucional nesse setor, cabendo às instâncias estadual e federal maior protagonismo na divulgação e fortalecimento na confecção destes instrumentos de planejamento urbano integrado.

¹³ Ainda que, nesse caso, existam exceções.

2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

A inserção da lente climática para a leitura da vulnerabilidade socioterritorial tem uma importância crescente no período atual. As análises feitas no Diagnóstico do **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC** dão um quadro da situação no Estado e pode ser consultado para um maior aprofundamento e para compreensão das bases da política climática no Estado, que é composta também pelo **Plano de Ação Climática - PAC 2050** que trata principalmente das estratégias de mitigação de emissões de gases de efeito estufa visando atingir emissões líquidas zero até 2050.

Essas análises podem ser complementadas pela síntese feita no **Índice de Capacidade de Adaptação e de Resiliência às Mudanças Climáticas - ICAR** e pelos cruzamentos de informações feitos para alguns dos passos realizados neste Índice, referência para a seleção e priorização de municípios no Projeto Municípios Paulistas Resilientes.

Outro subsídio para o tema de adaptação às mudanças climáticas é o **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo**, que para essa região é representado por parte dos municípios da Zona de Gestão 1 (parte considerável da RA Central) e da Zona de Gestão 2 (em grande medida pela RA de Bauru e de Marília), além de outros, como o município de Avaré, por exemplo. O ZEE apresenta diretrizes para as Zonas indicadas, levando em conta projeções climáticas feitas para o Estado de São Paulo. São apresentados aqui, brevemente, duas projeções climáticas para 2050 em um cenário pessimista (RCP 8,5), de altas emissões de gases de efeito estufa, para todo o Estado de São Paulo. Nos mapas a seguir está destacada a Região de Bauru - Marília - Araraquara, em comparação com o conjunto do Estado, para uma compreensão dos cenários críticos e principais desafios a serem enfrentados.

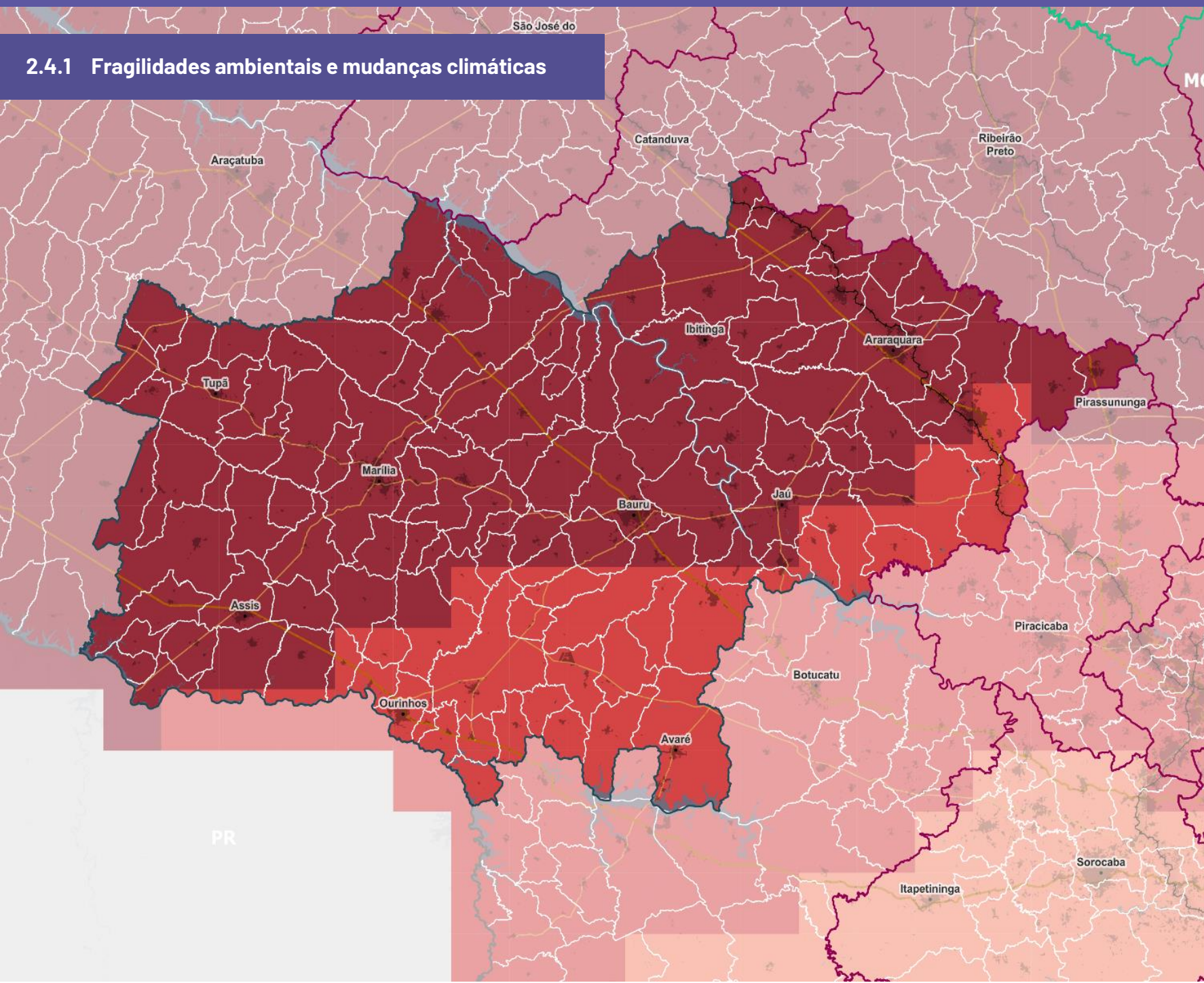
O primeiro mapa deste capítulo apresenta, neste cenário, um aumento de temperatura média que chega a até 4 °C na maior parte do território, sendo que parte da sua porção sudoeste possui um aumento previsto de até 3 °C.

Já o segundo mapa mostra uma diminuição da precipitação total anual de até 400 mm, uma das maiores diminuições no Estado em comparação com outras regiões, associado a um aumento de até 10 dias no período de estiagem em partes do território. No entanto, os indicadores relativos à precipitação extrema ainda indicam tanto um aumento quanto redução, em amplitude de 237 mm em partes da região, podendo ter como consequência maiores possibilidades de desastres.

Somam-se a estas projeções, também no cenário RCP 8,5, um aumento de até 181 dias na duração das ondas de calor e uma redução que pode variar de 5 a 10 dias na duração das ondas de frio.

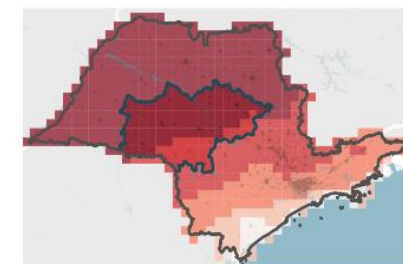
Essas projeções indicam a elevação das temperaturas médias, a redução de precipitação e aumento de estiagem para a região e **podem ter impactos severos na biodiversidade, na segurança hídrica e na provisão de serviços ecossistêmicos**. Tais impactos refletem-se, também, consequentemente, na produção agropecuária, que tem grande importância na região, além de impactar a produção de alimentos e matéria-prima para o setor produtivo e a saúde pública da população da região.

2.4.1 Fragilidades ambientais e mudanças climáticas



PROJEÇÃO CLIMÁTICA ZEE - TEMPERATURA MÉDIA DO AR CENÁRIO 2050

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Projeção Climática do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Temperatura média do ar: máximo desvio no cenário RCP 8,5 projetado 2050 (SEMIL, 2022)

- 2,5 - 3
- 3 - 3,5
- 3,5 - 3,98

++++ Ferrovias em Operação (MT, 2024)

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

Limites Municipais

Aglomeración Urbana

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo

Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

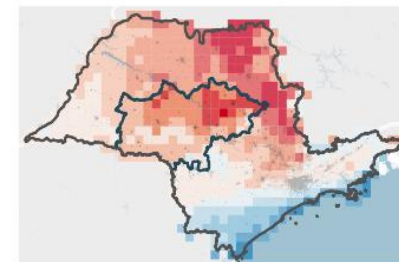
Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

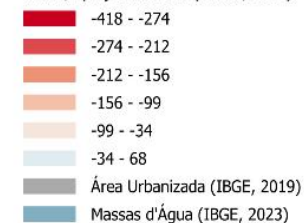
PROJEÇÃO CLIMÁTICA ZEE - PRECIPITAÇÃO ANUAL CENÁRIO 2050

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

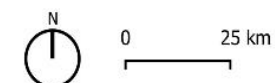


LEGENDA:

Projeção Climática do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Precipitação anual: máximo desvio no cenário RCP 8,5 projetado 2050 (SEMIL, 2022)



Limites administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

CARTA SÍNTESE ZEE - RESILIÊNCIA À MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

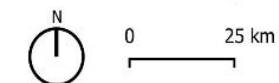
LEGENDA:

Carta Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Resiliência à Mudanças Climáticas (SEMIL, 2022)

- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Boa
- Ótima
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Como mencionado anteriormente, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo (ZEE-SP) apresenta cartas síntese, sinalizadas por classes que vão de 1 a 5 e representam respectivamente níveis de criticidade, de atenção, situação intermediária, favorável e muito favorável em relação ao alcance de cada uma das diretrizes estratégicas mapeadas. A carta síntese da Diretriz 1 – Resiliência às mudanças climáticas está estruturada em três dimensões: “situação atual”, “pressões” e “capacidade de resposta”.

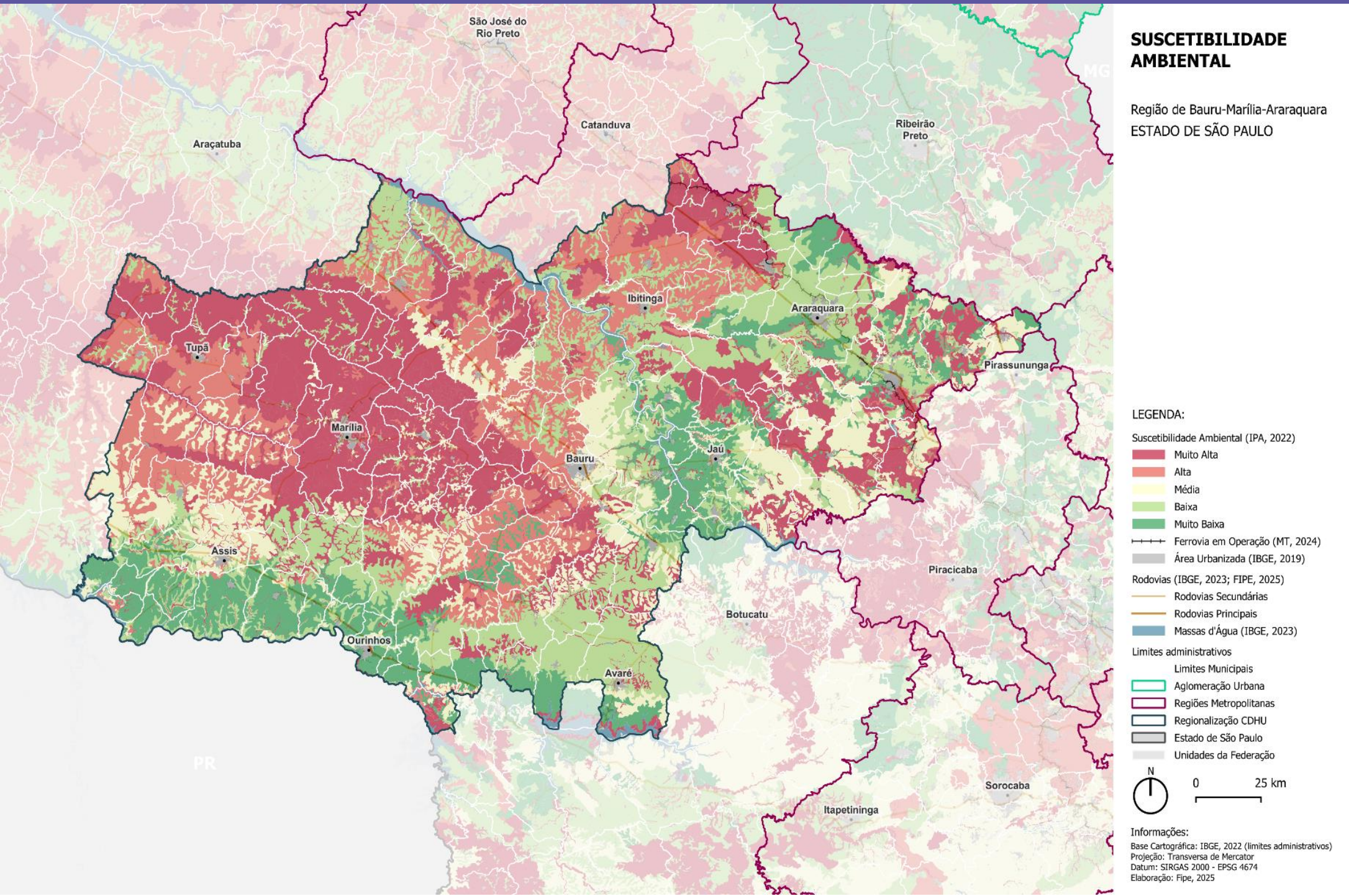
De modo geral a região apresenta situação favorável, intermediária e de atenção quanto à resiliência às mudanças climáticas, com o município de Araraquara, parte do município de São Carlos, Bauru e Jaú em situação de atenção e uma parcela significativa dos municípios apresentando situação intermediária. Dentre estes, é possível destacar Marília, Ourinhos e Assis.

Por essa metodologia, a situação mais crítica dos indicadores se deve principalmente a fatores relativos à capacidade de resposta. No entanto, na **situação atual** se encontra na categoria “atenção” o indicador relativo a pontos de erosão em 2012. Em **pressões** é possível destacar em atenção os indicadores relativos à produção agropecuária e balanço hídrico na RA Central (Araraquara) e indicadores sociais e de tamanho de fragmento de vegetação nativa nas RAs de Bauru e Marília. Já quanto à **capacidade de resposta** é destacado em situação de criticidade ou de atenção na região o Índice de governança do Projeto Construindo Cidades Resilientes, Investimentos do Plano Agricultura de Baixo Carbono, Áreas prioritárias para restauração do Programa Nascentes e Instrumentos de gestão de risco (TIG).

Essa análise pode ser reforçada pelas projeções climáticas que indicam principalmente riscos associados ao aumento de temperaturas e estiagem, preocupante ao analisar conjuntamente com a condição de segurança hídrica da região, que possui territórios em situação de atenção principalmente em Bauru e Marília. E ainda, para um adequado planejamento desse território é necessário considerar indicadores de suscetibilidade ambiental e de riscos geo-hidrológicos, como veremos adiante.

A análise sobre a resiliência pode ainda apresentar diferentes enfoques, sendo composta por elementos que podem dar peso maior à governança ou

à pressão exercida, por exemplo. Para essa região, foi analisado também o Índice de Capacidade de Resiliência às Mudanças Climáticas – ICAR, elaborado no âmbito do Projeto Municípios Paulistas Resilientes. No mapa síntese, elementos com peso para a menor Capacidade de Resiliência tiveram relação direta com a condição de governança, recursos financeiros, educação e percepção, proteção dos ecossistemas naturais e sistemas de alerta e capacidade de resposta, condições essas que possuem relação com o tamanho e condições socioeconômicas dos municípios da região, com destaque para municípios pequenos e próximos à Bauru e Marília, enquanto os municípios maiores tiveram maior capacidade de resiliência, em resultado diferente ao do levantamento anterior.



Enquanto análise mais ampla, é apresentado o mapa de classes de suscetibilidade ambiental retirado do Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo.

Neste mapa as áreas de classe muito alta de suscetibilidade estão presentes principalmente em grandes extensões na RA de Marília, e em territórios na RA de Bauru e Central com destaque para Muito Alta Suscetibilidade devido principalmente à suscetibilidade à erosão e diferentes classes de erodibilidade dos solos.

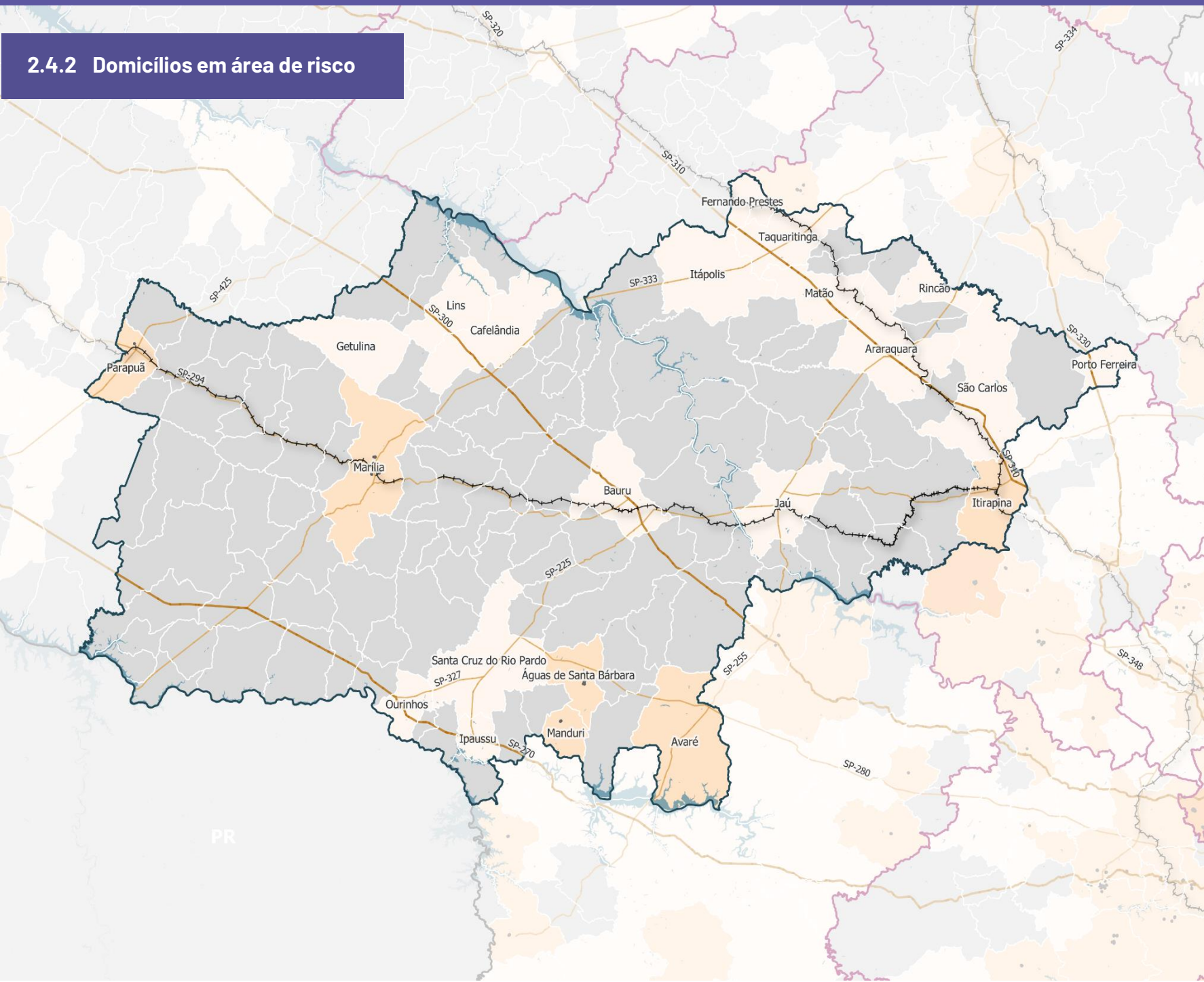
Cabe destacar que para uma análise mais precisa da suscetibilidade ambiental é necessário analisar o território em outra escala, mais aproximada, na qual aparecem pontualmente suscetibilidades à ocorrência de movimento de massa e à inundação. Além de uma leitura em conjunto com a exposição às diferentes classes de risco e ao levantamento de domicílios em áreas de risco.

2.4.2 Domicílios em área de risco

DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO GEOLÓGICO

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

• Áreas de Risco Geológico R3 ou R4
(DPDU/CDHU, 2025, a partir de: Rede GRD, 2024; CNEFE, 2022; IPA, 2025)

Percentual de Domicílios em Área de Risco Geológico
R3 e R4 (CDHU, 2025 e GRD, 2024)

0

0 - 1

1 - 5

Sem Mapeamento

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

— Rodovias Secundárias

— Rodovias Principais

— Ferrovias em Operação (MT, 2024)

— Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

— Limites Municipais

— Regionalização CDHU

— Estado de São Paulo

— Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

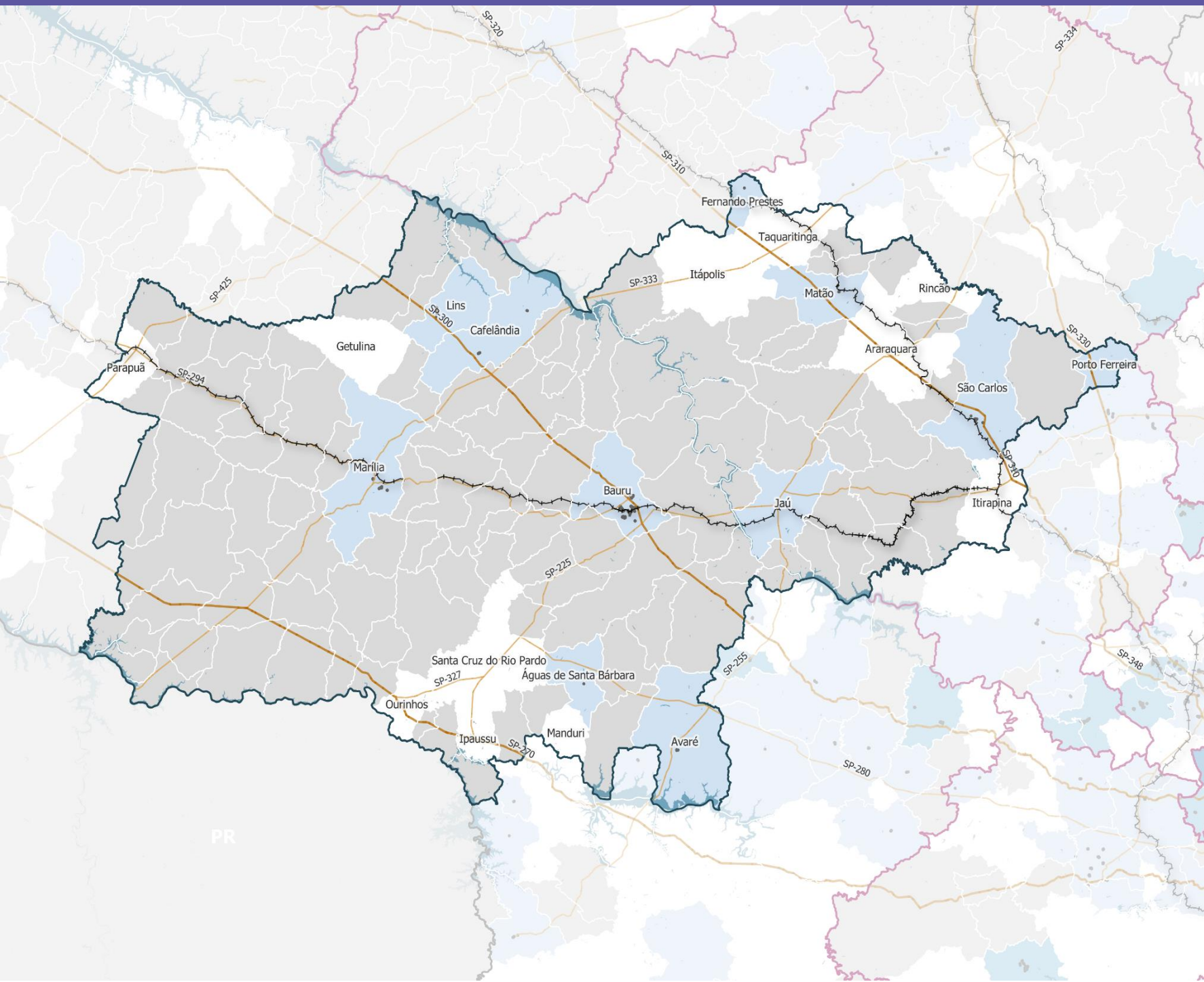
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO HIDROLÓGICO

Região de Bauru-Marília-Araraquara

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

• Áreas de Risco Hidrológico R3 ou R4
(DPDU/CDHU, 2025, a partir de:
CNEFE, 2022; IPA, 2025)

Percentual de Domicílios em Área de Risco
Hidrológicos R3 e R4 (CDHU, 2025 e GRD, 2024)

0

0 - 1

1 - 5

Sem Mapeamento

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

— Rodovias Secundárias

— Rodovias Principais

— Ferrovias em Operação (MT, 2024)

— Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

— Limites Municipais

— Regionalização CDHU

— Estado de São Paulo

— Unidades da Federação



0 25 km

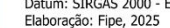
Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025



Associado aos riscos climáticos e a suscetibilidade ambiental, é fundamental realizar uma análise dos riscos geo-hidrológicos, para tanto foram utilizados os levantamentos apresentados na Nota Técnica Domicílios em áreas de risco para atendimento habitacional¹⁴, elaborada pela CDHU. A metodologia contou com a comparação de diferentes fontes disponíveis e escalas de abordagem para a revisão do mapeamento das áreas de risco do Estado de São Paulo. A partir de diferentes fontes de informação¹⁵ foram realizados processamentos para a comparação das imagens e o recorte de domicílios dentro das áreas de risco, perigo e suscetibilidade¹⁶.

O resultado apresentou 220 municípios com pelo menos um domicílio situado em setorização de risco alto ou muito alto (R3 e R4), as análises municipalizadas apresentam o percentual de domicílios em áreas de risco sobre o total dos domicílios do município.

Os resultados de domicílios em risco são apresentados nos dois mapas apresentados acima, de riscos geológicos e de riscos hidrológicos, e em ambos os mapas, nos casos de municípios indicados em cinza que não possuem mapeamento de risco, as análises podem ser complementadas pelos dados de perigo de escorregamento para os processos geológicos e pelos dados de suscetibilidade à inundação para os processos hidrológicos. E os dados de ocorrência de desastres geológicos e hidrológicos também servirão como fonte complementar, tanto nos casos em não houver outros dados como para reforçar os dados já existentes.

E o mapa seguinte, que apresenta a análise conjunta dos domicílios em risco e localizados em favelas é um avanço no sentido de fazer com que as informações disponíveis sobre áreas de risco se tornem instrumentais para a formulação da política de desenvolvimento urbano e habitacional. Estes levantamentos, associados aos anteriores, permitem compreender a realidade atual dos municípios e porcentagem de domicílios mais expostos a riscos de desastres, para uma análise regional que posteriormente

contribuirá para ações de prevenção e adaptação aos eventos climáticos extremos em escala local.

Para aprofundamento, a análise dessa região deve ser complementada devido ao grande número de municípios que não possuem mapeamento de riscos geológicos nem hidrológicos. Para risco geológico, dos 123 municípios que compõem a região, apenas 17,9% apresentam levantamentos e só 4,6% dos municípios apresentam percentual de domicílios em área de risco R3 e R4, todos com menos de 1% de domicílios. Para risco hidrológico 17,9% apresentam levantamentos e só 8,9% dos municípios apresentam percentual de domicílios em área de risco R3 e R4, todos com menos de 1% de domicílios.

E, por fim, dos municípios da região, apenas 8,1% possuem favelas e comunidades urbanas e apenas 3,2% dos municípios com favelas e comunidades urbanas em áreas de risco, um número baixo se comparado com as principais RMs do Estado.

14 DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO PARA ATENDIMENTO HABITACIONAL. Fonte: DPDU/CDHU, 2025. Análise sobre domicílios em áreas de risco alto e muito alto no Estado de São Paulo para fins habitacionais. Dados originais de: Rede GRD, 2024; REGEA, 2020; CNEFE, 2022; IPA, 2025.

15 Rede GRD, 2024; REGEA, 2020; CNEFE, 2022; IPA, 2025.

16 Os principais conceitos utilizados neste material, como por exemplo, risco, perigo e suscetibilidade, encontram-se detalhados na Nota Técnica.

2.4.3 Estudos preliminares de necessidades habitacionais

DÉFICIT HABITACIONAL NA REGIÃO

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



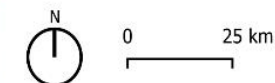
LEGENDA:

Municípios e arranjos populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional B
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B
- Centro de Zona A
- Centro de Zona B
- Centro Local

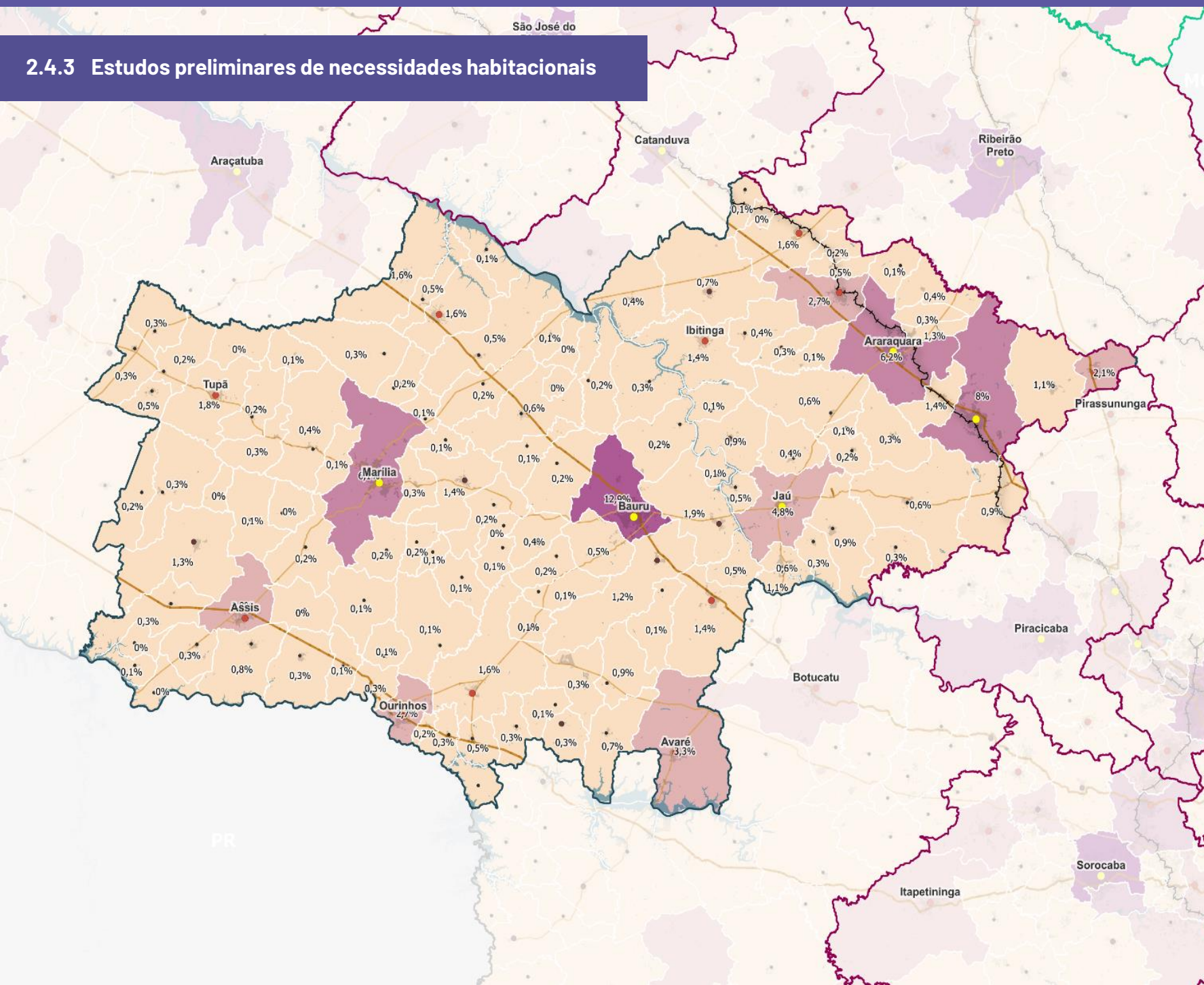
Participação do déficit habitacional em relação ao total da região (% - CDHU/UFABC, 2024)

- 0 - 2
- 2 - 5
- 5 - 10
- 10 - 15
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água
- Limites municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025



INADEQUAÇÃO HABITACIONAL NA REGIÃO

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Municípios e Arranjos Popacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional B
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B

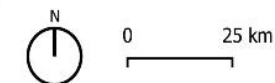
Participação da Inadequação Habitacional em Relação ao Total da Região (% -IBGE,2010-2022; CDHU, 2024)

- 0 - 1
- 1 - 4
- 4 - 8
- 8 - 45,9

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

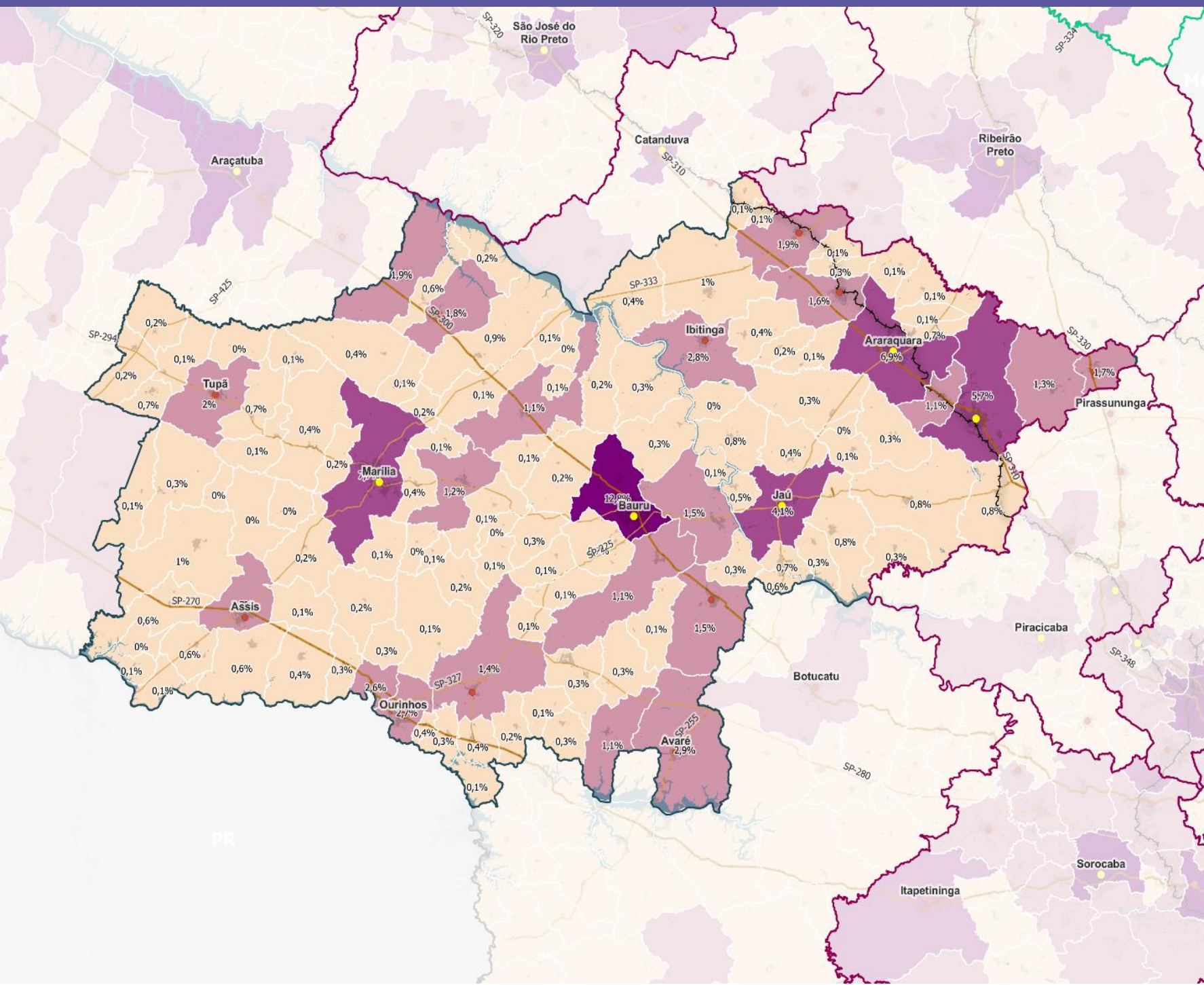
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)

- Massas d'água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Na metodologia adotada, a identificação e o dimensionamento das necessidades habitacionais estão relacionados ao tipo de ação efetivada pela política habitacional para intervenção no território, podendo ser de **provisão habitacional**, no caso do déficit, ou de **adequações urbanísticas e edículas** para garantir qualidade habitacional aos domicílios inadequados. A partir desta premissa, a presente avaliação se baseia na abordagem domiciliar da metodologia MAPPA, desenvolvida por CDHU/UFABC, com estimativa quantitativa de projeções do Censo 2010 para cálculo de Inadequação Ajustada e Déficit Ampliado, tendo como unidade de análise o próprio domicílio, cuja precariedade é definida a partir da análise detalhada de suas características.

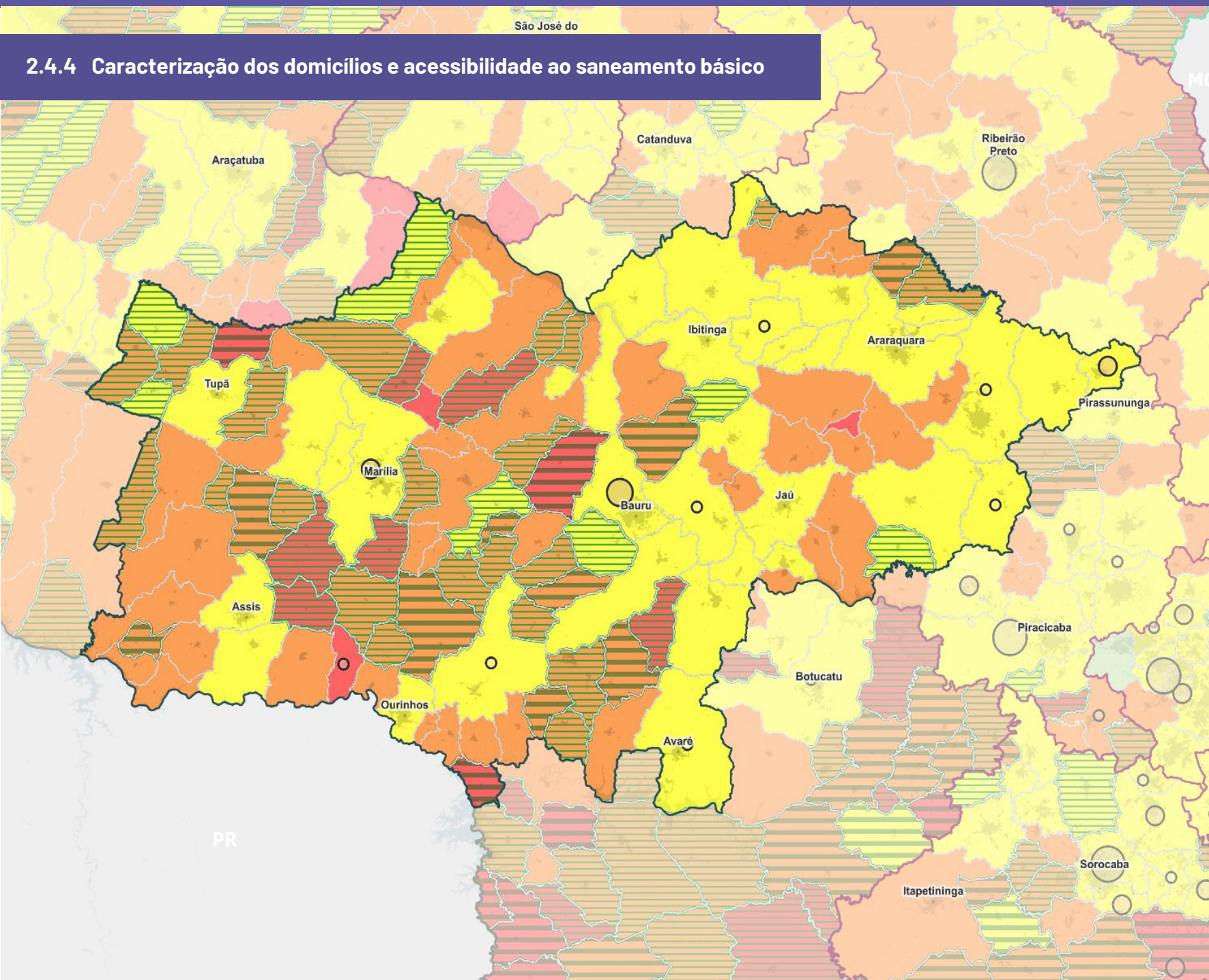
Os domicílios em situação de déficit habitacional são os que apresentam inadequações graves, que não podem ser sanadas por intervenções de melhoria, e demandam uma nova moradia para seu equacionamento. Em contrapartida, os domicílios em situação de inadequação habitacional, por mais que apresentem mais de uma inadequação, podem ser solucionadas com a realização de obras de melhoria das condições habitacionais, não sendo necessária a construção de nova moradia. A avaliação de necessidades habitacionais, seguindo essa metodologia, utiliza distintas dimensões para caracterizar a moradia digna, são elas: custo da moradia, adequação física da edificação, adequação da edificação à família, segurança ambiental, segurança jurídica, infraestrutura e serviços públicos e localização e acessibilidade. A partir delas, foram eleitas as variáveis do Censo que melhor responderiam aos componentes de inadequação, sendo analisadas em processo de cascata para classificação dos domicílios em déficit, inadequação ou adequados.

A avaliação de necessidades habitacionais, seguindo essa metodologia, utiliza distintas dimensões para caracterizar a moradia digna. São elas: custo da moradia, adequação física da edificação, adequação da edificação à família, segurança ambiental, segurança jurídica, infraestrutura e serviços públicos e localização e acessibilidade. A partir delas, foram eleitas as variáveis do Censo que melhor responderiam aos componentes de inadequação, sendo analisadas em processo de cascata para classificação dos domicílios em déficit, inadequação ou adequados.

Analisando a região de Bauru-Marília-Araraquara verifica-se um **déficit habitacional que representa 4,5% do total estadual**. As cidades médias da região têm a maior participação no percentual de déficit regional, respectivamente Bauru (12,9%), São Carlos (8,0%), Araraquara (6,2%) e Marília (6,1%). Aliado a isto, observa-se que os demais centros sub-regionais como Jaú, Avaré, Assis, Matão e Ourinhos também apresentam um volume de déficit relevante para o contexto regional.

Em relação a inadequação, **a região abriga 3,4% dos domicílios em situação de inadequação habitacional no Estado**. As maiores concentrações, novamente, encontram-se nas centralidades regionais, como Bauru que detém 12,8% do total regional, Marília com 7,7%, Araraquara com 6,9% e São Carlos com 5,7% dos domicílios inadequados da região. Pode-se notar uma maior participação dos municípios localizados junto aos principais eixos rodoviários e no entorno dos centros regionais, na componente de inadequações da região.

2.4.4 Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao saneamento básico



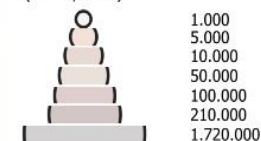
VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

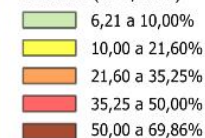
População em favelas e comunidades urbanas
(Censo, 2022)



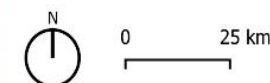
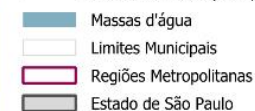
Percentual de domicílios rurais (Censo, 2022)



Percentual da população do município inscrita no
CadÚnico (MDS, 2024)



Área Urbanizada (IBGE, 2019)



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

COMUNIDADES TRADICIONAIS E VULNERABILIDADE RURAL

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



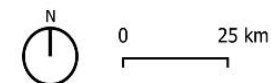
LEGENDA:

- Territórios Indígenas (Censo, 2022)
- Territórios Quilombolas (Censo, 2022)

IPVS (SEADE, 2010)

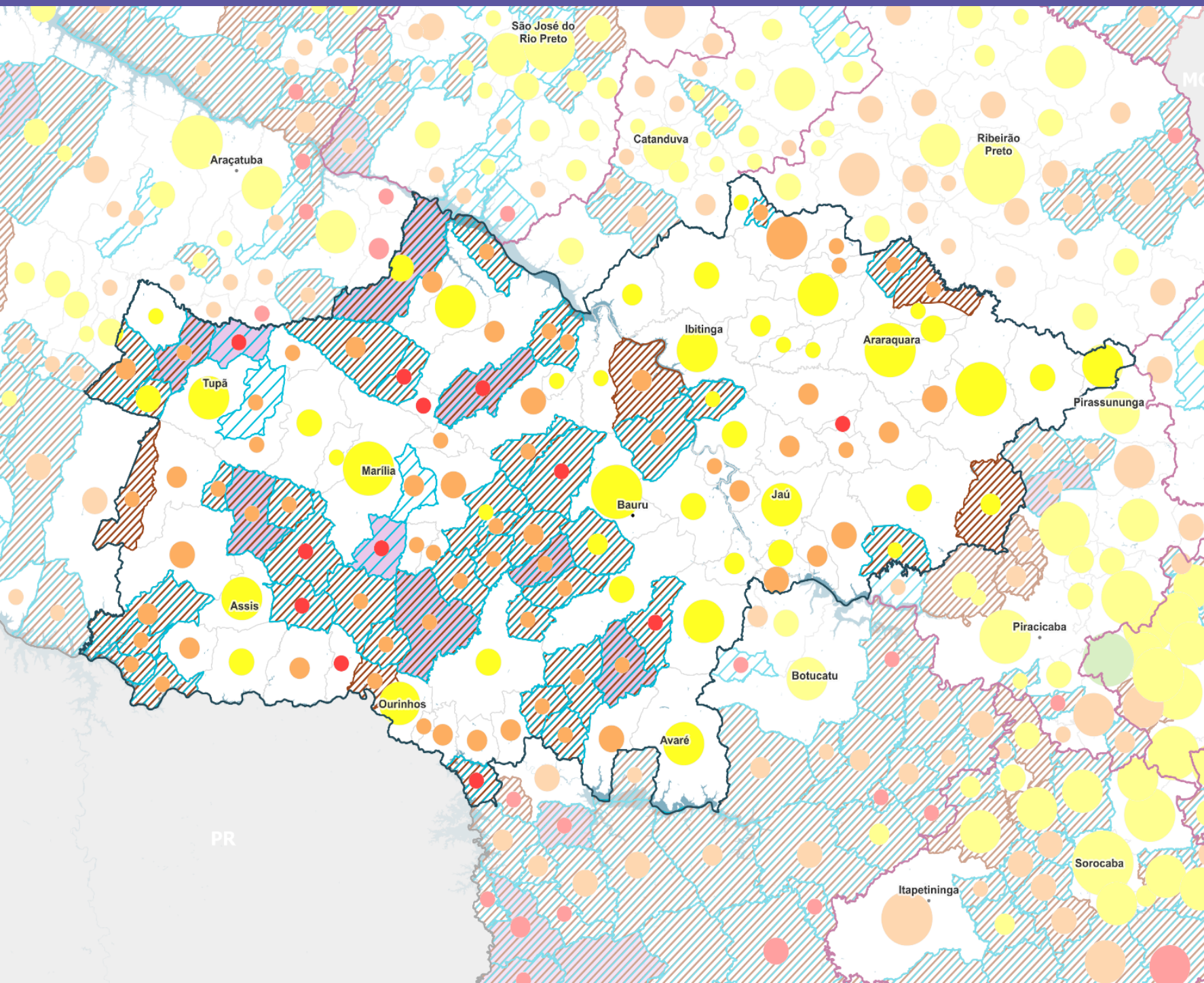
- Alta vulnerabilidade rural

- Rodovias (DNIT, 2016)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação - Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025



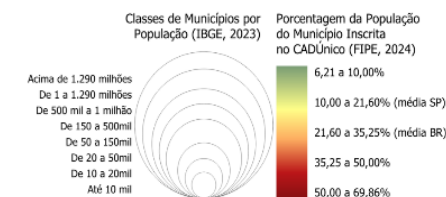
SANEAMENTO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Porcentagem da População do Município Inscrita no CADÚnico e Classes de Municípios por População



Domicílios ligados à rede geral de distribuição de água (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 95,74%)

Domicílios ligados à rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede de esgotamento (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 91,30%)

Domicílios cujo lixo é coletado na residência ou em caçamba (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 99,01%)

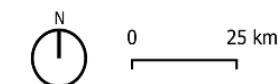
Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'água

Limites Municipais

Regiões Metropolitanas

Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A região de Bauru, Marília e Araraquara enfrenta desafios significativos na provisão adequada de uma infraestrutura de Saneamento Ambiental para sua população, exemplificando os diversos desafios do interior paulista. Se, por um lado, as áreas centrais de suas maiores cidades apresentam ótimos indicadores de atendimento, isto não se verifica em suas periferias mais pobres, e nas favelas e comunidades rurais presentes na região, locais que ainda permanecem à margem no atendimento desses serviços.

Enquanto no próspero eixo leste, onde se localiza Araraquara, apenas 6 dos 36 municípios dessa sub-região registram baixos índices de atendimento (principalmente quanto ao acesso ao esgotamento sanitário), próximo a Bauru e Marília, entre os rios Tietê e Paranapanema, a situação é mais crítica – inclusive quanto a uma adequada coleta de lixo –, com 47 municípios, ou 54% do total dessa sub-região, apresentando deficiências graves nesses serviços.

Quadro da caracterização da população e do atendimento ao Saneamento Básico

		População Residente (ESP: % do Brasil; Outros: % do ESP até Região, % da Região restantes)	Homens	Mulheres	Crianças (0-14 anos)	Idosos (> 65 anos)	Pretos e Pardos	Indígenas	Inscritos no CadÚnico	Domicílios	Domicílios rurais	Domicílios ligados à rede geral de distribuição de água	Domicílios ligados à rede pluvial ou rede geral de esgotamento sanitário	Domicílios em apartamento	Domicílios em favelas
Brasil (5.571)		203.080.756	48,5%	51,5%	19,8%	10,9%	55,5%	0,60%	35,3%	72.456.368	11,7%	83,9%	60,4%	14,9%	7,7%
Estado de São Paulo (645)		44.411.238 - 21,9%	48,2%	51,8%	18,0%	11,9%	40,9%	0,11%	21,6%	22,4%	2,9%	95,7%	90,4%	20,0%	7,5%
Cidade de São Paulo (01)		11.451.999 - 25,8%	47,0%	53,0%	17,1%	12,4%	43,5%	0,15%	22,5%	26,6%	0,1%	99,2%	94,6%	33,3%	13,6%
Região de Bauru-Marília- Araraquara (123)		3.271.856 - 7,4%	49,0%	51,0%	17,6%	13,1%	35,5%	0,11%	19,2%	7,4%	4,1%	95,0%	94,4%	7,2%	0,4%
Bauru- Marília- Araraquara	RM (0)	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Municípios até 20 mil hab. (88)	19,6%	50,6%	49,4%	18,1%	13,4%	39,1%	0,20%	25,5%	19,1%	10,0%	89,6%	87,8%	0,1%	0,2%
	Municípios de 20-50 mil hab. (20)	19,4%	49,2%	50,8%	17,9%	12,9%	36,4%	0,07%	20,7%	19,0%	5,6%	93,9%	93,2%	0,5%	0,2%
	Municípios de 50-100 mil hab. (08)	16,6%	48,8%	51,2%	17,6%	13,1%	35,8%	0,06%	17,5%	16,6%	2,8%	96,4%	96,0%	3,0%	0,2%
	Municípios de 100- 500 mil hab. (07)	44,4%	48,2%	51,8%	17,3%	13,0%	33,3%	0,10%	16,3%	45,2%	1,4%	97,1%	97,2%	14,5%	0,6%
	Bauru (01)	379.146 - 11,6%	48,4%	51,6%	17,4%	12,6%	34,5%	0,14%	16,4%	11,7%	0,9%	96,0%	96,9%	22,2%	1,4%
	Favelas Comunidades Urbanas (10)	14.034 - 0,4%	50,9%	49,1%	28,6%	5,2%	63,9%	0,14%	N/A	0,4%	N/A	87,1%	56,7%	0,0%	N/A
	Quilombolas (04)	303 - 0,01%	51,5%	48,5%	20,5%	9,6%	N/A	N/A	N/A	0,01%	N/A	99,3%	96,6%	N/A	N/A
	Indígenas (113)	3.634 - 0,11%	48,0%	52,0%	15,4%	11,7%	N/A	N/A	N/A	0,19%	N/A	94,4%	N/C	N/A	N/A

Fonte: Censo, 2022; MDS, 2024. Elaboração: Fipe, 2025.

Assim, se nos municípios com mais de 100 mil habitantes o percentual de população em situação de pobreza no CadÚnico é de 16,3%, esse índice sobe para 25,5% nas cidades com até 20 mil pessoas – que, no entanto, abrigam um quinto da população regional. Configura-se um território desigual, como também visto em outras regiões do estado, marcado não apenas por disparidades de oportunidades, mas também por desequilíbrios quanto aos investimentos públicos e privados realizados.

Outro aspecto relevante é que, dos 10 municípios da região recenseados com favelas e comunidades urbanas em 2022, apenas 3 deles possuem uma população superior a 100 mil habitantes (Bauru, São Carlos e Marília, por porte populacional). Um fenômeno urbano de menor escala comparado a outras regiões do estado, mas que apresenta dinâmicas específicas quanto as suas causas e formas enfrentamento.

Nessas comunidades residem 14 mil pessoas, ou 0,4% da população regional, com indicadores sociais e urbanísticos que as distanciam drasticamente de seu entorno: apenas metade desses domicílios possui acesso à rede de esgotamento, e o abastecimento de água por rede geral alcança apenas 87% deles. Além disso, cerca de um terço dessa população tem até 14 anos, e 64% se declaram preta e parda – ante 35% na região como um todo.

Essa precariedade é ainda mais relevante diante da grande presença de domicílios rurais na região, especialmente no entorno de Marília, Assis e Ourinhos. Em um contexto local em que pequenos e empobrecidos municípios enfrentam desafios ambientais adicionais, como a alta suscetibilidade dos solos à erosão, condicionantes físicos impõem obstáculos ainda maiores à universalização do saneamento em escala regional.

As extensas plantações de cana-de-açúcar e soja, embora geradoras de riqueza, por exemplo, são fontes de poluição de mananciais e coexistem com elevadas taxas de mortalidade por doenças relacionadas ao saneamento básico inadequado – especialmente no meio rural. Uma situação que se agrava ao longo de todo Médio-Paranapanema, e que afeta essa importante bacia hidrográfica com impactos diretos nos indicadores regionais de Saúde e Longevidade.

Esses obstáculos contrastam com a presença de uma significativa rede de cidades médias nessa região, com destacados polos universitários e uma ocupação rural que poderia viabilizar a implantação em escala de modelos de atendimento fundamentados em Soluções baseadas na Natureza (SbN). Um cenário regional de diferenças, mas também de grande possibilidade de transformação.

Nesse contexto, o novo Marco Legal do Saneamento surge como oportunidade para superar essa lógica fragmentária, permitindo a estruturação de arranjos regionais capazes de atrair investimentos privados sem perder de vista as especificidades dos territórios mais vulneráveis. A aplicação de SbN poderia oferecer respostas tanto para o saneamento rural no entorno de Marília, quanto para as periferias pobres de Bauru.

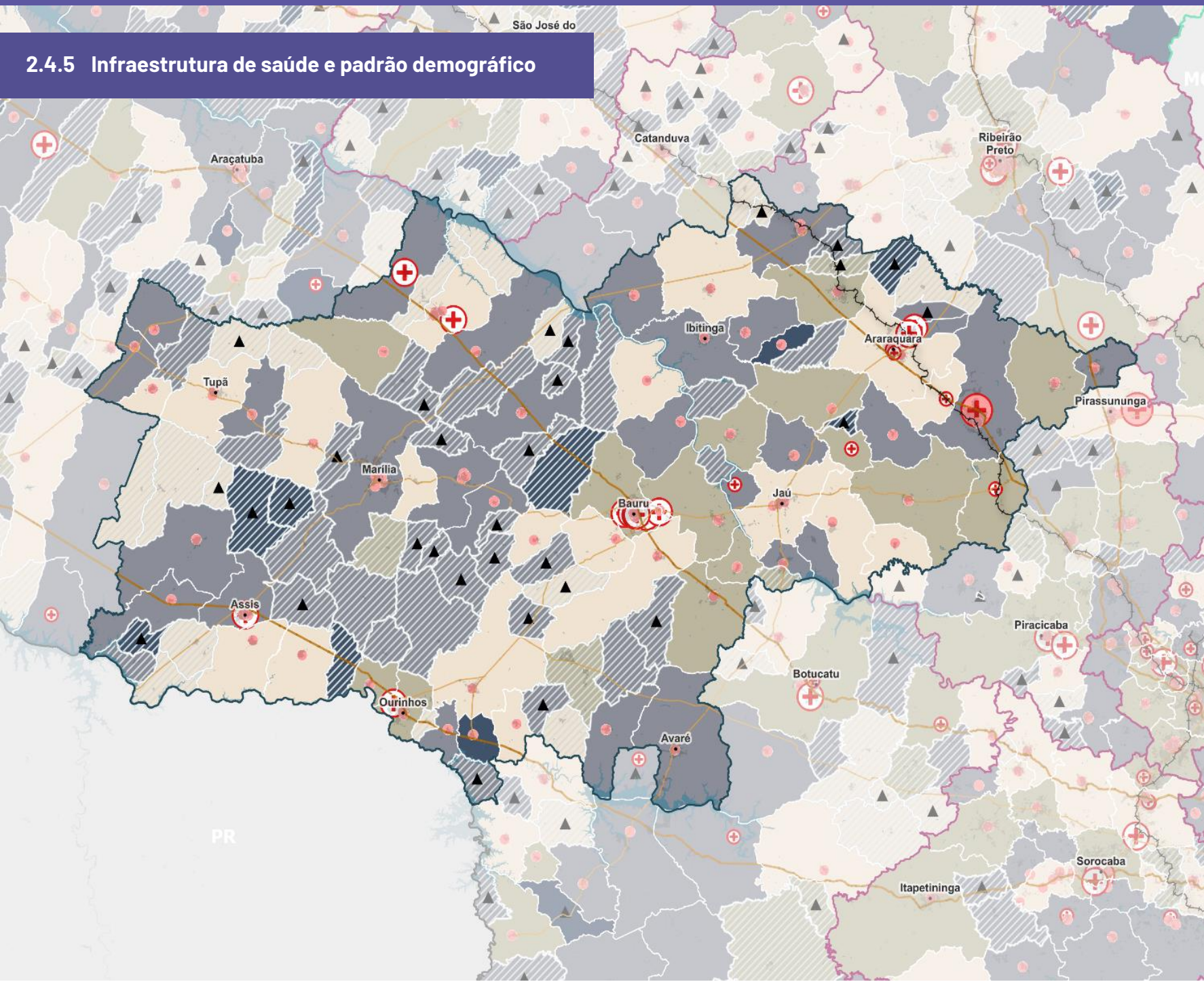
A universalização dos serviços de saneamento básico, ainda que insuficiente por si só para equacionar as desigualdades locais crescentes, é condição preliminar para qualquer agenda de desenvolvimento inclusivo, especialmente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela degradação acelerada dos recursos hídricos.

A universalização se torna ainda mais relevante em um contexto de desigualdades intrarregionais onde importantes polos universitários e cidades médias coexistem com uma extensa região mais agrária e vulnerável.

2.4.5 Infraestrutura de saúde e padrão demográfico

INFRAESTRUTURA DE SAÚDE DE ALTA COMPLEXIDADE E MORTALIDADE INFANTIL

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Mortalidade Infantil até 5 anos
(óbitos por nascidos vivos - DataSUS, 2023)

- maior que 37,12
- 14,02 - 37,12 (Global)
- 11,31 - 14,02 (BR)
- 0 - 11,31 (ESP)

Leitos de Internação Hospitalar (SEADE, 2023)

- Município não dispõe
- Faixa Inferior do PIB Regional
Até R\$ 140 milhões (IBGE, 2021)

Hospitais (SEADE, 2023)

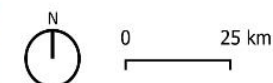
- Federal
- Estadual
- Municipal
- Particular
- Centralidades Regionais

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

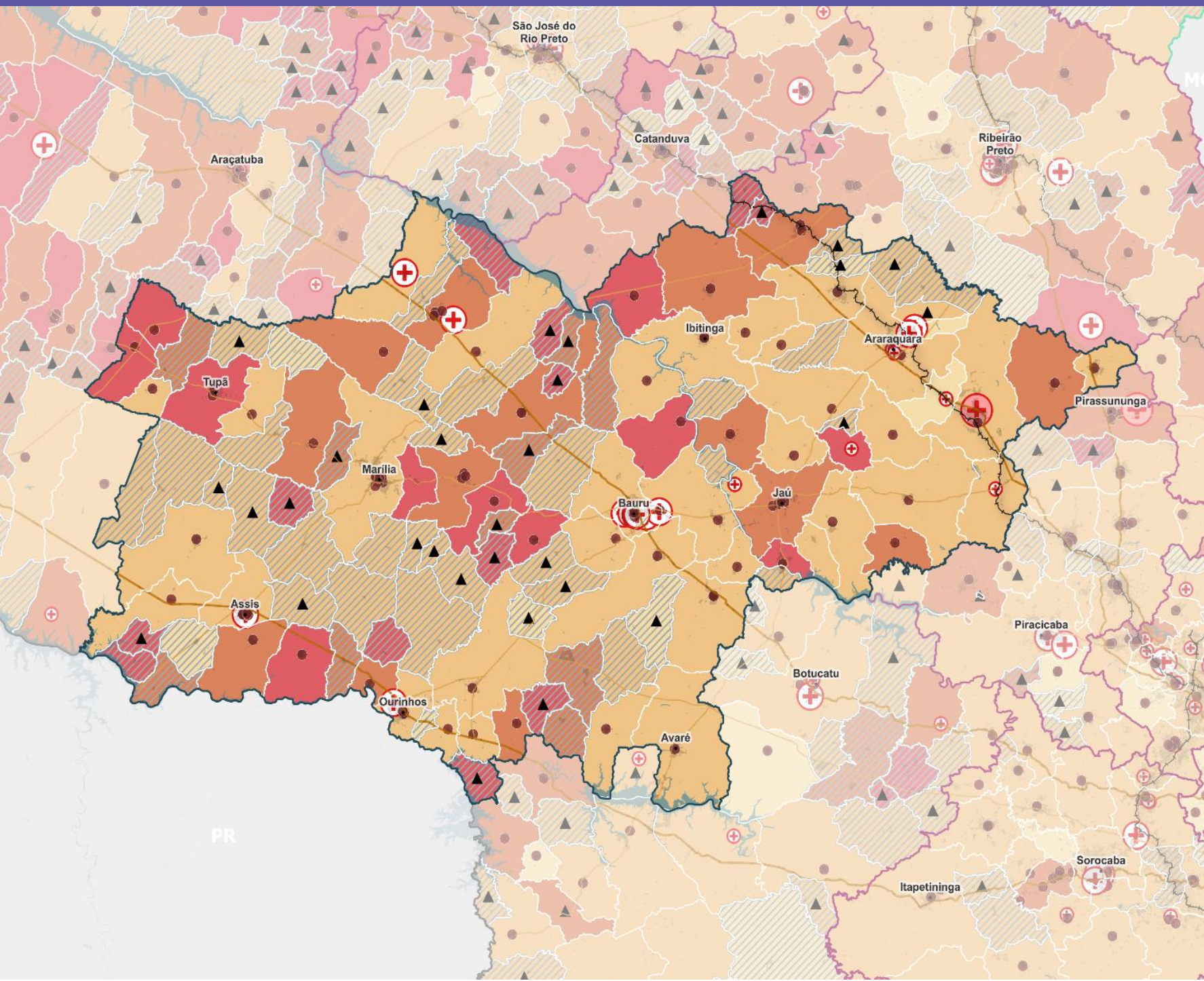
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



INFRAESTRUTURA DE SAÚDE DE ALTA COMPLEXIDADE E ENVELHECIMENTO

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Índice de Envelhecimento - razão entre a população com 65 anos ou mais e a população de 15 anos ou menos (IBGE, 2023)

- 31,8 - 49,3
- 49,3 - 78,0
- 78,0 - 95,2
- 95,2 - 205,4

Leitos de Internação Hospitalar (SEADE, 2023)

- Município não dispõe
- Faixa Inferior do PIB Regional
Até R\$ 140 milhões (IBGE, 2021)

Hospitais (SEADE, 2023)

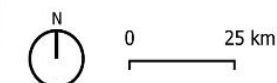
- Federal
- Estadual
- Municipal
- Particular
- Centralidades Regionais

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A agropecuária, a produção de madeira em tora e a produção de máquinas e automóveis são atividades importantes para a base da economia local. O PIB da região se concentra nos três municípios-polo e em São Carlos, que também concentra grande parte dos equipamentos públicos que realizam o atendimento às necessidades desta população.

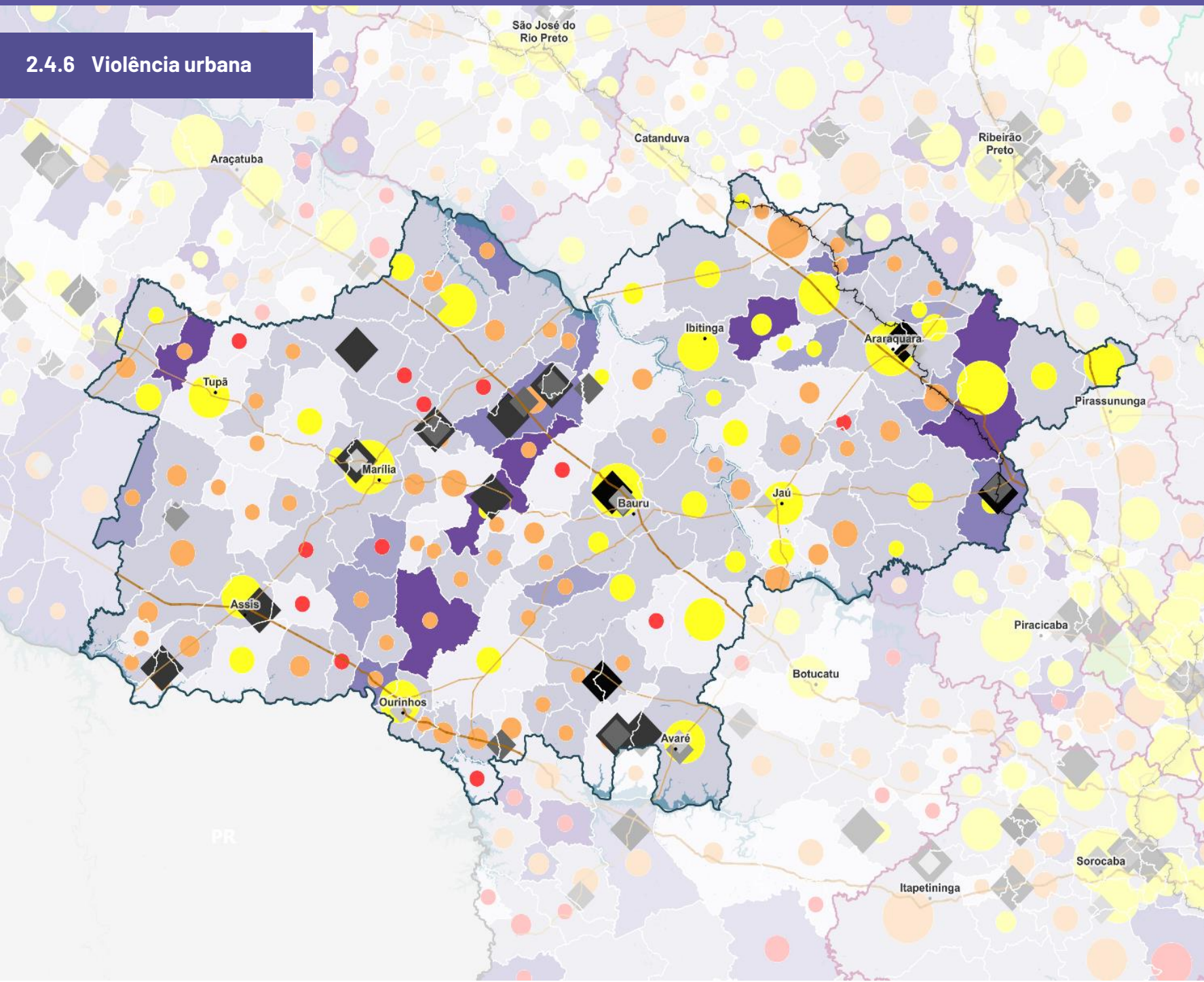
De todos os hospitais existentes na região, 16,6% são públicos e se concentram em Bauru (35%), Américo Brasiliense (10%) e Araraquara (10%). Praticamente um terço (30%) dos hospitais particulares, por sua vez, estão localizados em Araraquara, Bauru, Marília e Assis.

Pouco mais da metade dos municípios da região (56,9%) apresenta taxas de mortalidade infantil maiores do que a média brasileira (14,02), uma porcentagem considerada alta. Destes, 55,7% não apresentam nenhum leito hospitalar para atendimento da população.

Nenhum dos municípios com os menores PIB da região dispõem de hospitais (públicos ou particulares) em seus territórios. São municípios cujas populações são altamente vulnerabilizadas, carecendo não somente de maior disponibilidade de equipamentos públicos de saúde de alta complexidade como também de investimentos em políticas públicas que visem o incremento do desenvolvimento urbano e a diminuição das desigualdades sociais.

Dentre os municípios da região, quarenta e sete (38,2%) apresentam alto índice de envelhecimento (acima de 78), sendo que nenhum município polo faz parte desse grupo (valores entre 72 e 77). Destes municípios, vinte e quatro apresentam hospitais (públicos ou particulares) em seus territórios, um fator positivo para o atendimento da população idosa.

2.4.6 Violência urbana

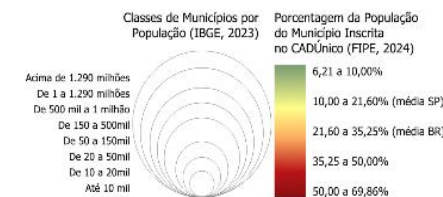


VIOLÊNCIA URBANA

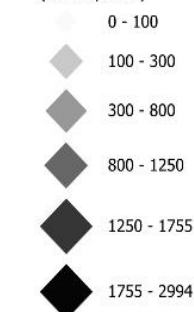
Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

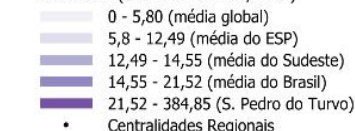
Porcentagem da População do Município Inscrita no CADÚnico e Classes de Municípios por População



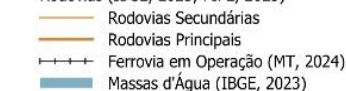
Tamanho das Unidades Prisionais - População presa (SSP-SP, 2024)



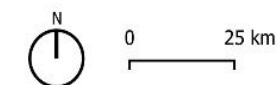
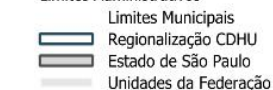
Média Anual de Homicídios, de 2010 a 2022, por 100 mil habitantes (Atlas da Violência, 2024)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)



Limites Administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A análise da violência urbana na região de Bauru-Marília-Araraquara indica que somente 15,4% dos municípios encontram-se acima da média estadual de homicídios por 100 mil habitantes (12,49), uma porcentagem considerada baixa.

São seis os municípios que apresentam quantidade de homicídios por 100 mil habitantes acima da média brasileira (21,52), a saber: Tabatinga (21,73 homicídios para cada 100 mil habitantes), Gália (24,28/100 mil habitantes), São Carlos (48,19/100 mil habitantes), Iacri (62,1/100 mil habitantes), Presidente Alves (77,21/100 mil habitantes) e São Pedro do Turvo (384,85/100 mil habitantes). Antagonicamente, existem trinta e dois municípios que apresentam taxas baixas de homicídios por 100 mil habitantes, localizados por toda a região.

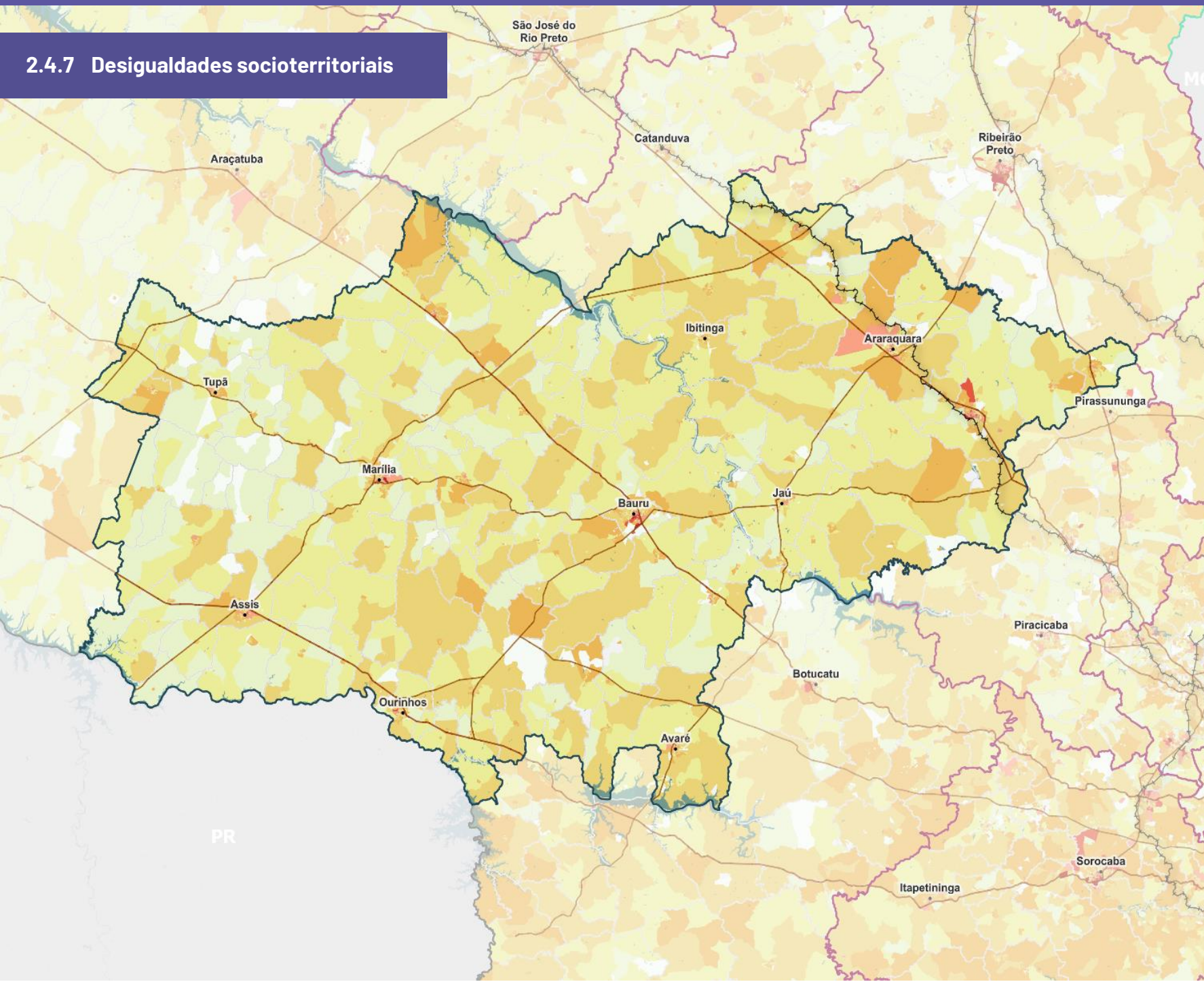
As vulnerabilidades regionais se correlacionam, e, em muitos municípios com altas taxas de homicídios, nota-se também um elevado índice de população em situação de pobreza que está inscrita no CadÚnico. Destaque para Iacri (30,1%), Paulistânia (30,5%), São Pedro do Turvo (30,6%), João Ramalho (31,4%), Ibaté (32,1%), Campos Novos Paulista (34,2%) e Ocaçu (36,9%), que apresentam significativas porcentagens de suas populações nesta situação.

Das trinta e seis unidades prisionais presentes na região, cinco operam abaixo da capacidade máxima, incluindo três Centros de Ressocialização. Das trinta e uma unidades restantes, 48,4% excedem em mais de 40% a sua capacidade, favorecendo rebeliões, fortalecendo facções e precarizando ainda mais a população encarcerada, reduzindo sua capacidade de ressocialização. Os municípios que mais dispõem de unidades prisionais em seus territórios são Bauru (04 unidades), Araraquara, Avaré e Pirajuí (03 unidades cada).

O panorama da violência urbana na região de Bauru-Marília-Araraquara demonstra que a região, quando comparada com as demais do estado de São Paulo, pode ser considerada, majoritariamente, segura, com baixos índices de violência. No entanto, a situação dentro das unidades prisionais requer atenção, e o excesso de pessoas encarceradas em praticamente metade das unidades deve ser uma questão prioritária a ser

tratada pelo poder público, objetivando a redução da violência nos presídios e o enfraquecimento da influência do crime organizado nestes locais.

2.4.7 Desigualdades socioterritoriais



DESIGUALDADE DE RENDA

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Domicílios com rendimento mensal per capita de até 10 S.M. (Censo, 2010):

- 0 a 6
- 6 a 24
- 24 a 55
- 55 a 108
- 108 a 694

Domicílios com rendimento mensal per capita maior do que 10 S.M. (Censo, 2010):

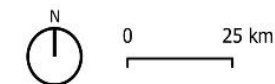
- 6 a 24
- 24 a 55
- 55 a 108

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

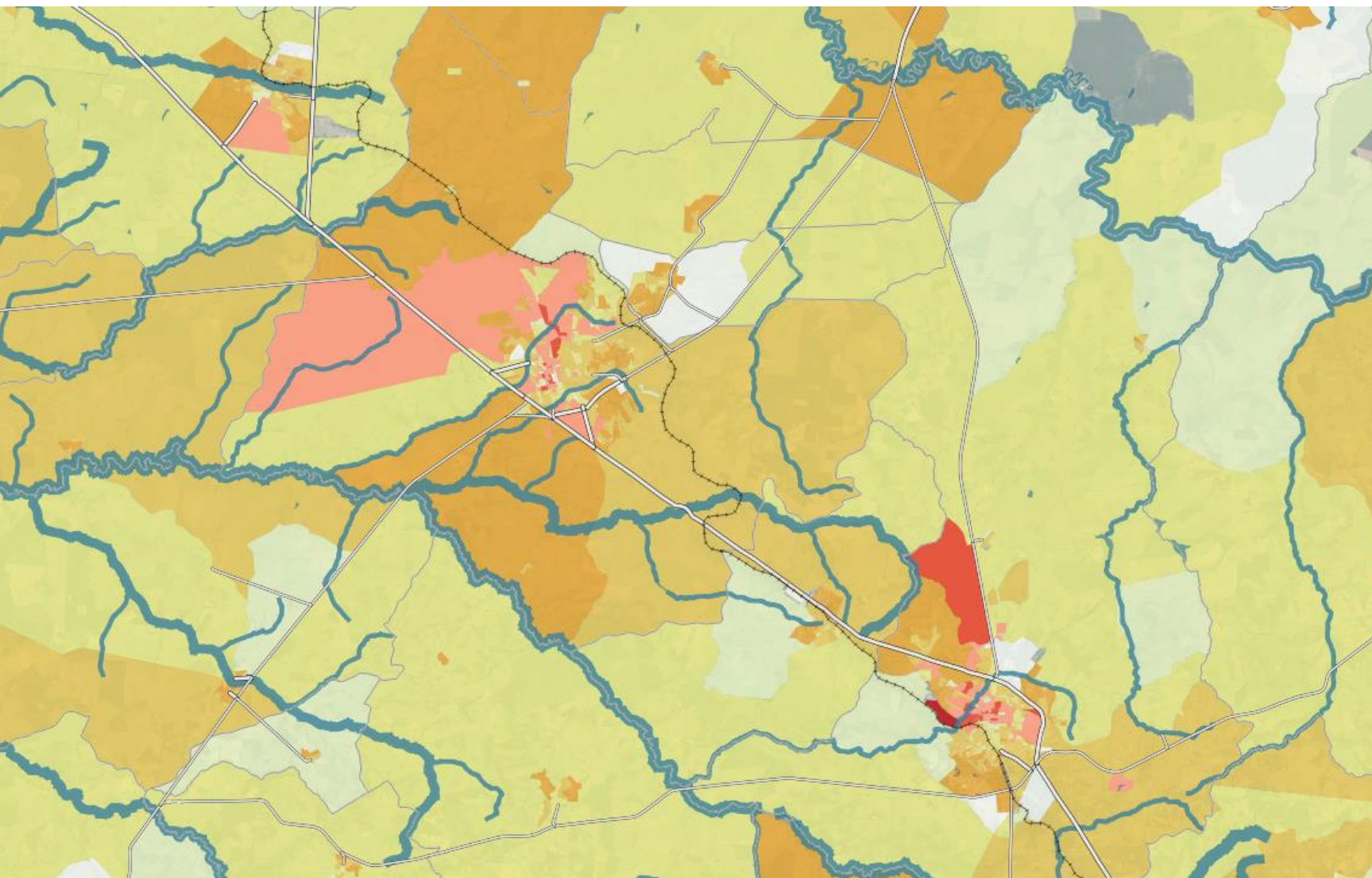
- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Destaque para os grandes municípios da Região:



Renda dos domicílios por
setor censitário

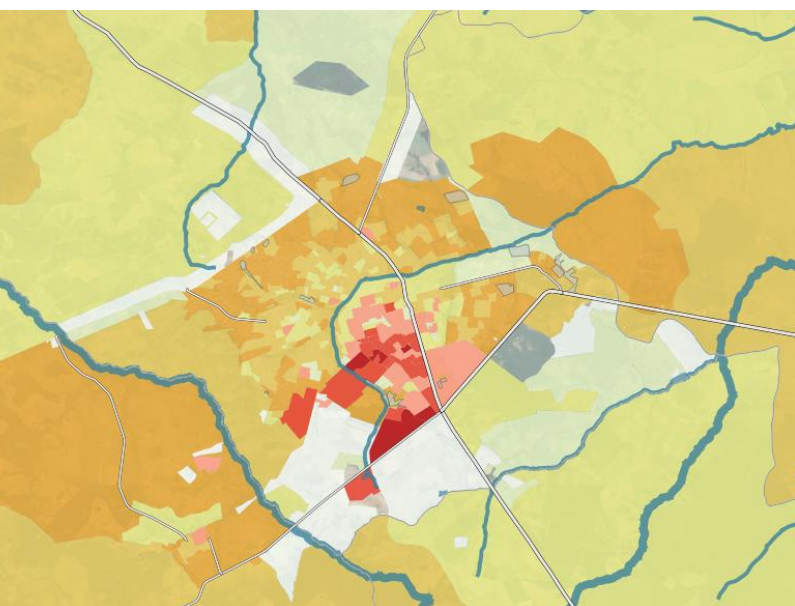
LEGENDA:

- Favelas e Comunidades Urbanas (Censo, 2022)
- Domicílios com rendimento mensal per capita de até 01 S.M. (Censo, 2010):
 - 0 - 6
 - 108 - 694
- Domicílios com rendimento mensal per capita maior do que 10 S.M. (Censo, 2010):
 - 6 - 24
 - 108 - 227
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Rodovias (DNIT, 2016):
 - Duplicadas
 - Simples
- Cursos d'Água, por importância (ANA, 2012)

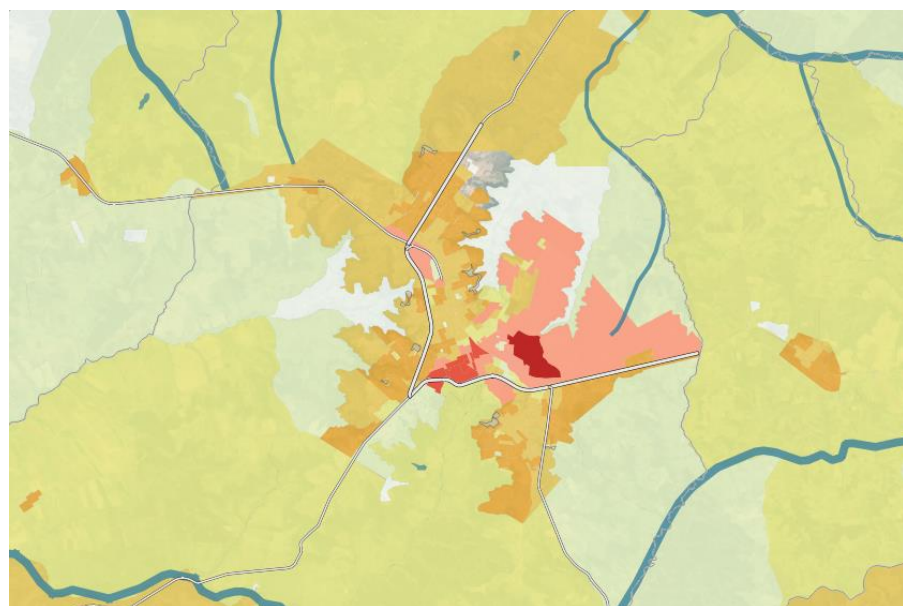
Matão, Araraquara, Ibaté e São Carlos – 608 mil habitantes

Fonte: Renda dos domicílios, Censo 2010; Favelas – em relevo por polígonos, Censo 2022. Elaboração: Fipec, 2025.

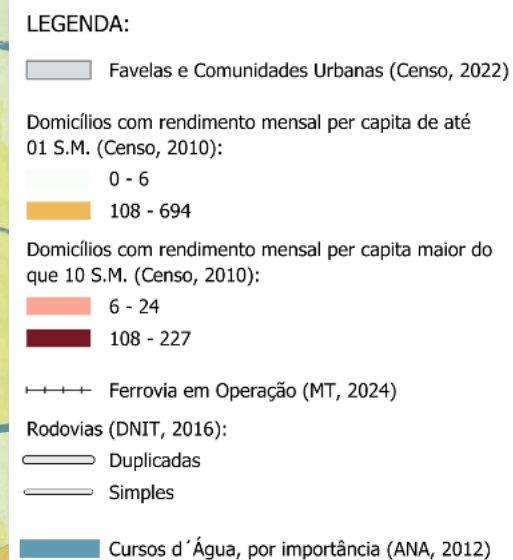
Renda dos domicílios por setor censitário



Bauru – 379 mil habitantes



Marília – 237 mil habitantes



Fonte: Renda dos domicílios, Censo 2010; Favelas – em relevo por polígonos, Censo 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

A região de Bauru-Marília-Araraquara reflete as desigualdades sociais estruturais típicas do Brasil, apresentando profundas disparidades entre os territórios ocupados por suas populações mais ricas e mais pobres – tanto internamente a seus municípios, quanto regionalmente. Áreas apartadas entre si, cada vez mais segregadas fisicamente, com impactos significativos no Desenvolvimento Social de seus habitantes.

Identificam-se polos de riqueza concentrados nas maiores cidades da região, distribuídas por todo território, mas marcadamente organizadas em função das grandes rodovias que cruzam radialmente esse território, e o conectam à capital paulista. Tal estruturação é particularmente evidente ao longo dos vetores de prosperidade regionais que margeiam os principais eixos rodoviários, as Rodovias Washington Luís, Marechal Rondon e Raposo Tavares.

O complexo viário Anhanguera-Washington Luís, que interliga São Paulo, Campinas, Rio Claro, São José do Rio Preto e, regionalmente, São Carlos e Araraquara, concentrava, segundo o Censo 2010, 34% dos domicílios de maior renda dessa região. Patamar próximo ao verificado pela cidade de Bauru – a mais importante centralidade local – com 28%, tendo Marília, com 11%, e o eixo Assis-Ourinhos, com 8%.

Por se tratar de um território de Urbanização mais recente, em que a obsolescência das antigas ferrovias foi rapidamente suplantada pela construção e ampliação das rodovias locais, nessa região o segmento da população com maior poder aquisitivo tende a se concentrar no entorno dessas vias expressas, formando vetores de expansão urbana fundamentados na construção de condomínios residenciais horizontais e no uso frequente do automóvel.

Complementando esse quadro, nos 10 municípios onde foram recenseadas favelas e comunidades urbanas nessa região – territórios que agregam 14 mil pessoas –, o que se verifica são pequenos aglomerados majoritariamente situados em áreas periféricas, em muitos casos próximos a córregos e rios, somando à precariedade habitacional riscos ambientais a essa população.

Contrastando com essa realidade, os municípios situados entre esses eixos rodoviários dinâmicos e prósperos compõem-se majoritariamente por

cidades pequenas e empobrecidas que, apesar de abrigarem 40% da população regional, reúnem apenas 5% dos domicílios mais ricos. Situação que, devido a sua reduzida população, grande dependência de empregos da agricultura e da administração pública, configuram um território socialmente muito vulnerabilizado nessas pequenas cidades.

A reversão deste modelo exige a adoção urgente de uma gestão inclusiva, que enfrente o processo de precarização habitacional em curso em cidades como Bauru, Marília e São Carlos, promovendo maior dinamismo e conexão com os pequenos municípios rurais e vulneráveis que permeiam esse território, em um outro modelo de desenvolvimento socioterritorial.

3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES REGIONAIS



Vários cruzamentos foram realizados regionalmente em cada subeixo. Neste capítulo pretende-se realizar uma análise integrada entre os diferentes destaques identificados em cada um dos temas, considerando inter-relações entre o porte populacional, sua localização na região e as regulações urbanísticas que o influenciam.

Inicialmente é apresentado um quadro síntese, onde serão exibidos os temas dentro de cada subeixo, uma indicação dos principais destaques

identificados no diagnóstico, desafios e oportunidades¹⁷ no tema em análise¹⁸.

Após esse quadro, será realizada uma análise integrada das principais questões apresentadas, com o apoio de informações básicas sobre os municípios por porte populacional, para finalizar com uma mediação entre as principais questões identificadas e as diretrizes propostas no ZEE-SP para esta região.

17 As oportunidades não foram indicadas para todos os temas, pois em alguns não foram identificadas, até mesmo pela ausência de regulação específica sobre o tema, reforçando o avanço necessário na temática e justificando a necessidade de ações para reverter a situação.

18 Em alguns casos os desafios e oportunidades estão em consonância com o que foi indicado no ZEE-SP para a região, essa correspondência será apresentada mais detalhadamente adiante.

DINÂMICA AMBIENTAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Patrimônio Ambiental e Paisagístico	Índices pouco expressivos de cobertura vegetal nativa e remanescentes fragmentados, porém com um grau muito alto de prioridade para preservação. Baixos índices de cobertura vegetal nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) hídricas.	Proteger e recuperar a cobertura vegetal nativa, sobretudo nas APPs hídricas.	
Instrumentos de proteção e conectividade	Baixa incidência de Unidades de Conservação.	Ampliar a rede de Unidades de Conservação e melhorar sua gestão.	Proteger as áreas prioritárias para incremento da conectividade.
Recursos hídricos	Expressiva ocorrência de áreas de vulnerabilidade de aquíferos (sobretudo do Aquífero Guarani).	Definir diretrizes de uso e ocupação do solo e índices urbanísticos para as áreas de recarga do Sistema Aquífero Guarani.	
Abastecimento de água e esgotamento sanitário	Ineficiência do tratamento do esgoto em alguns municípios, com destaque para Bauru.	Ampliar a rede de coleta de esgoto. Melhorar a eficiência do tratamento de esgoto. Melhorar os índices de saneamento rural.	Aproveitar a obrigatoriedade de inclusão da população rural nos Planos de Saneamento e contratos de concessão para avançar nos índices de saneamento rural.
Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos	92% dos municípios da região dispõem seus resíduos de maneira adequada, valor levemente abaixo da média estadual. No que diz respeito à quantidade de resíduos sólidos urbanos descartados, 92% do total	Implantar soluções de gestão de resíduos sólidos regionalizadas.	

	regional é depositado em locais adequados, valor abaixo da média estadual.		
Consumo, geração e diversificação da matriz energética	Destaque para a geração de energia por biomassa e solar. Complexo Guaimbé, de energia solar, sendo um dos maiores do estado. Diversas usinas hidrelétricas para consumo de empresas, além de comercialização.	Incentivo e ampliação da diversificação da matriz energética.	Ampliação de utilização de energia limpa, com fontes alternativas de energia renovável (PDUI e PAC 2050).

DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Perfil econômico	Importância da agropecuária e da silvicultura. Atividade industrial ligada a esses segmentos. São Carlos é importante polo estadual de Ciência e Tecnologia. Gavião Peixoto se destaca pela indústria de transformação, sendo sede da segunda maior unidade produtiva da Embraer no mundo. Município de Guaimbê abriga complexo de energia solar. Bauru e Descalvado tem relevância estadual na mineração.	Alta dependência da agropecuária. Predomínio de indústrias de baixa intensidade tecnológica, na grande maioria dos municípios. Atividades agropecuárias e mineração podem ocasionar impactos ambientais negativos.	Desenvolver atividades produtivas de maior cunho tecnológico e mais sustentáveis, aproveitando a presença e o foco dos Parques Tecnológicos em São Carlos. Estimular a adoção de práticas ambientais sustentáveis na agropecuária, na silvicultura e na mineração.
Perfil econômico e distribuição de Instituições de Ensino Superior	Presença de polos de desenvolvimento ligados à agropecuária e à silvicultura. Concentração de Instituições de Ensino Superior em Bauru, Marília, Araraquara e São Carlos. Instituições de Ensino Superior localizadas em municípios com maiores índices de empregos formais.	Diversidade de polos de desenvolvimento somente em Araraquara e São Carlos.	Aproveitar o programa de Polos de desenvolvimento para estimular novos setores industriais e novas centralidades. Incentivar a implantação de Instituições de Ensino Superior em novas localidades, visando incrementar o dinamismo econômico local e as oportunidades de emprego formal.
Atividade Agropecuária	Destaque nas principais lavouras do estado. Maior produtora estadual de laranja. Destaque na criação de bovinos e galináceos.	Perda de participação da cultura da laranja para a cana-de-açúcar, que já predomina em toda a região. Atividade agropecuária pode impactar negativamente o meio ambiente.	Estimular a adoção de práticas sustentáveis na agropecuária, conciliando sua expansão com a preservação ambiental.
Caracterização da mudança do uso da terra e expansão da área urbanizada	Região com maior extensão territorial destinada a usos agropecuários no ESP. Forte expansão das lavouras de cana-de-açúcar e soja, sobre áreas de pastagem, sobretudo na parte oeste da região.	Compatibilizar a expansão agropecuária com a preservação ambiental, especialmente junto aos corpos hídricos.	Incentivar uma cadeia de valores e suprimentos alimentares confiável e conectada entre as demandas e ofertas urbanas e rurais visando um desenvolvimento equitativo das regiões

			com forte sinergia entre os espaços urbano-rural. Fomentar o potencial de aumento de cobertura natural a partir da necessidade de áreas de reserva legal e APPs hídricas.
	Predomínio de municípios com alta expansão urbana e baixo crescimento populacional. Em 95% das cidades a taxa de crescimento das áreas urbanizadas foi superior a taxa de crescimento populacional.	Equalização da expansão urbana às dinâmicas demográficas, em especial nos municípios com expansão urbana acima do crescimento populacional.	Orientar o crescimento equilibrado das cidades, controlando a dispersão da mancha urbana e incentivando o adensamento, conforme a capacidade da infraestrutura.
Dinâmica demográfica	Terceira menor taxa de crescimento populacional regional do ESP. Uma das quatro regiões com maior percentual de idosos em relação ao percentual de crianças e adolescentes, em todo o estado.	Adaptar as cidades para o envelhecimento da população, provendo infraestrutura social adequada para este grupo.	Aproveitar necessidade de adaptação de infraestrutura social para população idosa, para melhorar a acessibilidade nos espaços públicos.
Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações	Ampliação da verticalização nas cidades médias e dos domicílios ocupados “em casa de vila ou condomínio” nos municípios no entorno destes centros regionais. Dentre os dados do Graprohab é a região com maior número de conjuntos habitacionais e loteamentos. Mesmo tendo a quarta menor taxa de não ocupação do ESP, a região possui 63,4% dos seus municípios com taxas de não ocupação superiores à estadual.	Direcionar o crescimento imobiliário para minimizar o aumento das demandas pela oferta de serviços públicos e preservar as áreas naturais, evitando a dispersão urbana e ampliação da não ocupação de domicílios.	Orientar o processo de verticalização das cidades com maior dinâmica imobiliária, junto aos eixos de transporte fomentando a mistura de uso e melhor aproveitamento da infraestrutura urbana já instalada. Reconhecer a atratividade regional, exercida pelas cidades que compõem a rede de centralidades, no ordenamento territorial municipal a fim de reconhecer e incorporar áreas de interesse metropolitano e regionais.
Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial	Região com muitos municípios sem obrigatoriedade de plano diretor (60%) e entre os que tem a obrigatoriedade 73% não possuem PD ou tem necessidade de atualizá-lo. Apenas 20% dos municípios têm demarcação de ZEIS e somente 6 possuem PLHIS.	Atualização e elaboração dos Planos Diretores, PLHIS e demarcação de ZEIS nas cidades que não possuem esses instrumentos urbanísticos.	Apoiar municípios e suas equipes técnicas para o desenvolvimento de instrumentos urbanísticos.

	Apenas 24,4% dos municípios apresentam instrumentos de levantamento de risco, e apenas 4,1% dos municípios possuem Plano Municipal de redução de risco (PMRR).	Aumento de elaboração instrumentos de levantamento de riscos e de PMRRs para os municípios mais críticos em relação à riscos e desastres.	Apoiar municípios e suas equipes técnicas para o desenvolvimento ou atualização de PMRRs a partir dos levantamentos de risco já existentes e fomentando a elaboração para os municípios que ainda não possuem.
	Ausência de Região Metropolitana e alta incidência de municípios com menos de 20 mil habitantes, diminuindo a obrigatoriedade de elaboração de PLANMOB. 20 municípios da região, mesmo que obrigados por lei, não possuem PLANMOB.	Elaborar PLANMOB em 20 municípios que apesar da obrigatoriedade, não possuem seus Planos de mobilidade elaborados.	Divulgar na escala regional incentivos governamentais para que os municípios se mobilizem para a elaboração do PLANMOB.

INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Rede de centralidades e equipamentos sociais	Os Arranjos Popacionais de Bauru e de Marília são as principais centralidades da região CDHU. O Arranjo Popacional de Araraquara apresenta concentração de equipamentos sociais e é uma relevante centralidade regional, porém não atrai tantos deslocamentos quanto os APs Bauru e Marília. Os municípios mais populosos e centrais da região concentram a maior parte dos equipamentos públicos.	Concentração de equipamentos de saúde e educação nos municípios mais populosos. Redimensionamento dos equipamentos públicos na região, de forma a incentivar novas centralidades. Integração intermunicipal para realizar o redimensionamento dos equipamentos públicos.	Promover políticas regionalizadas para atendimento das necessidades da população. Utilizar a infraestrutura pública previamente existente para melhorar a qualidade do atendimento da população. Incentivar a criação de novas centralidades a partir da instalação de equipamentos públicos em municípios menos populosos.
Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos	Presença de importantes corredores logísticos compostos de diferentes modais, conectando o centro-oeste do Brasil, cruzando as regiões do estado de São Paulo, sobretudo o oeste até os Portos de Santos e São Sebastião, abastecendo tanto o mercado interno quanto a exportação. Destaque para o transporte rodoviário, região conta com 3 rodovias principais, Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Marechal Rondon (SP-300) e Rodovia Washington Luis (SP-310), importantes vias para o transporte de pessoas e cargas.	Recuperar e modernizar as malhas ferroviárias desativadas, sobretudo na porção leste da região distribuindo de forma homogeneizada, as operações de transporte de mercadorias.	Distribuir de forma mais equilibrada no território equipamentos de mobilidade, priorizando a infraestrutura ferroviária já presente, e que se encontra desativada. Desenvolver a intermodalidade na região, impulsionando a conectividade de alguns municípios.

	Relevância da Hidrovia Tietê-Paraná no deslocamento de milho e soja para exportação.		
Mobilidade e acessibilidade regional	Acessibilidade e conectividade dos municípios com índices “muito acima da média” regional, são maiores nos municípios de maior porte e com a presença de rodovias Principais e secundárias. Concentração de equipamentos de mobilidade na porção leste do território, sobretudo ferroviário e aeroportuário.	Melhorar a malha de rodovias secundárias e estradas terciárias, reduzindo riscos de acidentes e qualificando a acessibilidade.	Região com extensa malha de estradas terciárias densa e conectada, com necessidade de melhorias, manutenção e monitoramento.
Acidentes no sistema viário	Predominância do número de acidentes abaixo da média estadual. Municípios com maiores índices de acidentes, não estão concentrados onde há a presença de estradas principais. Maior concentração de acidentes em estradas e rodovias.	Aprofundar estudos para concluir os motivos desses acidentes, sobretudo em estradas e rodovias, buscando soluções assertivas para a diminuição desses sinistros. Utilizar o PLANMOB, como instrumento para ações relacionadas à segurança viária dentro dos municípios.	Reforçar a necessidade da elaboração de planos de mobilidade e propor medidas focadas para a diminuição dos acidentes sejam eles em rodovias ou vias municipais.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Fragilidades ambientais e mudanças climáticas	Projeção de elevado aumento de temperatura e diminuição da precipitação anual total, mas com indicação de aumento e diminuição de precipitação extrema; condições de atenção quanto à resiliência às mudanças climáticas nos municípios de Presidente Prudente e Andradina.	Ampliar a governança quanto à resiliência climática, principalmente nos municípios menores; Aumentar a resiliência climática a partir da melhoria de indicadores de governança, ambientais, relativos à agropecuária e sociais.	Potencializar a capacidade de gestão climática dos municípios maiores para potencializar ações regionais de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.
	Muito alta suscetibilidade ambiental principalmente na RA de Marília, relacionada principalmente à suscetibilidade a erosão	Diminuir a expansão da precariedade urbana e inadequação habitacional em municípios que possuem áreas de grande suscetibilidade ambiental e que não possuem ou não implementam planos municipais de redução de risco	Revisar e elaborar PDs que incorporem conceitos e ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e redução de riscos.
Domicílios em áreas de risco	Baixo número de municípios que possuem levantamento de riscos;	Elaborar estratégias regionais integradas para o mapeamento de áreas de risco e de ação integrada das defesas civis.	Fomentar a elaboração de PLHIS e de PMRR em municípios com representatividade regional em áreas de risco e número de geodesastres.
Estudos preliminares de necessidades habitacionais	Concentração do déficit habitacional nas cidades médias (Bauru, São Carlos, Araraquara e Marília), a inadequação também se irradia para os municípios vizinhos desses centros.	Elaborar políticas públicas e instrumentos urbanísticos visando diminuir as necessidades habitacionais e promover um desenvolvimento urbano adequado. Ampliar a presença de PLHIS (municípios relevantes, como Araraquara, Ourinhos, Avaré, Assis e Matão não dispõem desse tipo de plano).	Fomentar a elaboração de PLHIS e de PMRR em municípios com representatividade regional de domicílios em área de risco, perigo de escorregamento, suscetibilidade à inundação e ocorrência de desastres geológicos e hidrológicos.

Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao Saneamento Básico	Região subdividida em duas porções no tocante ao atendimento de saneamento básico, tendo o Rio Tietê como seu divisor. A leste, próximo a Araraquara e São Carlos, apenas 6 dos 36 municípios locais registram índices de atendimento ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo inferior a 90% de seus domicílios. A oeste, em meio a Marília e Bauru, são 47 dos 87 municípios nessa situação. A região apresenta dez municípios com presença de favelas e comunidades urbanas, abrigando nesses bairros mais de 14 mil pessoas – sendo que apenas 87% desses domicílios estão conectados à rede geral de distribuição de água, e 57% à de esgotamento sanitário. Os municípios no entorno da cidade de Marília apresentam elevado número de domicílios em zonas rurais, sendo que em muitas dessas áreas verificam-se igualmente indicadores de alta vulnerabilidade social. 19,2% da população regional está inscrita no CadÚnico em situação de pobreza, percentual que se eleva para 25,5% quando considerados apenas os municípios com até 20 mil habitantes.	Enfrentar os baixos índices locais de atendimento em relação ao Saneamento Ambiental, em especial nas favelas e periferias urbanas das grandes cidades, e naqueles pouco populosos, rurais e empobrecidos municípios no entorno de Marília. Ampliar as oportunidades de desenvolvimento social e econômico daquela parcela da população regional que se encontra em situação de pobreza e baixa renda, em condições que variam do rural ao urbano, da cidade “regular” e das favelas e comunidades urbanas locais.	Fomentar investimentos em Saneamento Ambiental nessa região pode ter reflexos também na redução de outras vulnerabilidades, principalmente no tocante à Saúde e à Habitação, multiplicando seu retorno. Apropriar-se da alta representatividade de domicílios em situação rural verificada nessa região, que apresentam potencial para a aplicabilidade em escala de Soluções baseadas na Natureza (SbN) relacionadas ao Saneamento Básico. Fomentar investimentos em Regularização Fundiária e Urbanização das favelas e periferias urbanas, permitindo uma maior estabilidade social a essa população, investimentos que poderiam ser integrados à construção de equipamentos e serviços públicos nesses, ou próximos a esses territórios, convergindo tais políticas de assistência.
Infraestrutura de Saúde e Padrão Demográfico	Somente 16,6% dos hospitais da região são públicos. Pouco mais da metade dos municípios da região (56,9%) apresentam taxas de	Aumentar a disponibilidade de hospitais públicos na região.	Fomentar a expansão da rede de saúde pública de alta complexidade, de abrangência regional, que também pode vir

	mortalidade infantil maiores do que a média brasileira. Nenhum dos municípios com os menores PIB da região dispõem de hospitais (públicos ou particulares) em seus territórios. 38,2% dos municípios da região apresentam alto índice de envelhecimento (acima de 78).	Reduzir a vulnerabilidade econômica e social das populações dos municípios de menores PIB. Promover o cuidado adequado de acordo com o padrão demográfico da população regional, que apresenta notável envelhecimento.	a fortalecer e fomentar a criação de novas centralidades locais. Promover políticas de inclusão e de cuidado específico para a população idosa. O envelhecimento da população da região pode vir a fomentar a Economia da Longevidade, trazendo maior qualidade de vida e diversificação econômica para a região.
Violência Urbana	Somente 15,4% dos municípios da região encontram-se acima da média estadual de homicídios por 100 mil habitantes. Em muitos municípios com altas taxas de homicídios, nota-se também um elevado índice de população em situação de pobreza que está inscrita no CadÚnico. Das trinta e seis unidades prisionais presentes na região, cinco operam abaixo da capacidade máxima. Das trinta e uma unidades restantes, 48,4% excedem em mais de 40% a sua capacidade.	Reduzir a população encarcerada de maneira a garantir que os limites por unidade prisional sejam respeitados. Reduzir as desigualdades nos municípios que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica.	Promover iniciativas que combatam a desigualdade social e promovam desenvolvimento urbano sustentável para todos os municípios da região.

A Região de Bauru-Marília-Araraquara possui baixa incidência de Unidades de Conservação e possui necessidade de recuperação e proteção de cobertura vegetal nativa, sobretudo em APPs hídricas, com foco em áreas prioritárias para incremento da conectividade. Também possui expressiva ocorrência de áreas de vulnerabilidade de aquíferos (sobretudo do Aquífero Guarani), motivo pelo qual é importante definir diretrizes de uso e ocupação do solo e índices urbanísticos para as áreas de recarga do Sistema Aquífero Guarani na região.

A Região é a quarta em participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, tendo, como principais polos, os três municípios sede, Bauru, Marília e Araraquara, e São Carlos, importante centro de Ciência e Tecnologia no estado. Juntos, somam 34,5% do PIB regional. A produção agropecuária é uma das principais bases econômicas da região, com destaque para as lavouras e criações, e destaca-se pela participação na cultura de cana-de-açúcar e laranja. A participação no Valor Adicionado (VA) no setor agrícola é a segunda maior do estado, com 18%.

Dada a sua importância na economia local, as principais indústrias da região seguem ligadas à agropecuária: a fabricação de alimentos (que inclui a fabricação de açúcar), de biocombustíveis e de máquinas e equipamentos para a agropecuária.

Possui predomínio de municípios com alta expansão urbana e baixo crescimento populacional. Em 95% das cidades a taxa de crescimento das áreas urbanizadas foi superior a taxa de crescimento populacional. Apresentando ampliação da verticalização nas cidades médias e dos domicílios ocupados “em casa de vila ou condomínio” nos municípios do entorno destes centros regionais. Também possui concentração do déficit habitacional nas cidades médias (Bauru, São Carlos, Araraquara e Marília), com a inadequação se irradiando para os municípios vizinhos desses centros.

Por não possuir regiões metropolitanas em seu perímetro, é uma região com muitos municípios sem obrigatoriedade de plano diretor (60%) e entre os que têm a obrigatoriedade, 73% não possuem PD ou têm necessidade de atualizá-lo.

A região pode ser subdividida em duas porções no tocante ao atendimento de saneamento básico, tendo o Rio Tietê como seu divisor. A leste, próximo a Araraquara e São Carlos, apenas 6 dos 36 municípios locais registram índices de atendimento ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo inferior a 90% de seus domicílios. A oeste, em meio a Marília e Bauru, são 47 dos 87 municípios nessa situação.

Destaca-se a presença de importantes corredores logísticos compostos de diferentes modais, conectando o centro-oeste do Brasil, cruzando as regiões do estado de São Paulo, sobretudo o Oeste até os Portos de Santos e São Sebastião, abastecendo tanto o mercado interno quanto a exportação. Vale ressaltar as importantes vias para transporte de pessoas e cargas nesta região, sendo 3 importantes rodovias principais, Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Marechal Rondon (SP-300) e Rodovia Washington Luís (SP-310).

Para um maior detalhamento dos desafios e oportunidades elencados, será feita, a seguir, uma análise agrupada pelo porte populacional dos municípios da região.

3.1 ANÁLISE DE MUNICÍPIOS

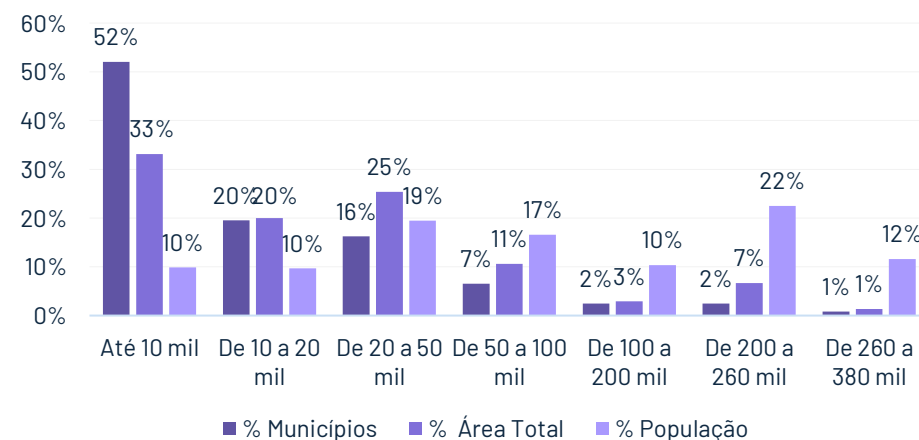
Para uma síntese mais direcionada, cabe agrupar os municípios pelo seu porte, pois, de acordo com o tamanho de sua população, ele pode ter diferentes características e capacidades institucionais. Para isso é relevante também compreender a inserção do município em arranjos populacionais ou região metropolitana e mesmo sua participação em consórcios específicos, que fortalece sua capacidade institucional e a gestão regionalizada em temas específicos.

O tamanho do município também é fundamental para compreender as possíveis formas para enfrentar as questões apresentadas, e os tipos de instrumentos urbanísticos existentes e que podem ser utilizados. Um interessante levantamento¹⁹, feito pelo Projeto Cidade Presente, apontou recomendações sobre o tipo de instrumento urbanístico pertinente de acordo com o porte populacional do município, algo muito relevante levando-se em conta a sua capacidade institucional e os desafios enfrentados. Ainda distinguindo as cidades pelo porte, estudos do IPEA de subsídio à construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU²⁰, ressaltam a importância da existência, por parte da gestão municipal, de recursos técnicos, como base cartográfica digitalizada e cadastro imobiliário, para subsidiar políticas públicas de desenvolvimento urbano.

A referência usual para determinar o tamanho do município é o número de habitantes que possui. Porém, é importante posicionar essa variável junto a outras informações básicas deste para possibilitar um quadro mais abrangente.

No gráfico a seguir apresenta-se uma caracterização dos 123 municípios que compõem a região considerando, além da população absoluta, a relação entre sua extensão territorial sobre o total da área da região e sua população relativa ao total da região.

Gráfico 13: Situação da região de Bauru-Marília-Araraquara por faixa populacional



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipec

De modo geral, é possível aferir que **52% dos municípios da região possuem até 10 mil habitantes**, no entanto, somam apenas 10% da população, e abrangem 33% do território. Já os municípios de 10 a 50 mil habitantes, correspondem a 36% dos municípios e a 45% do território, somando 29% da população. Os municípios de 50 a 260 mil habitantes representam apenas 11% dos municípios e 21% do território, e 49% da população. Por fim, o município de Bauru, com 379.146 habitantes, representa 12% da população e abrange apenas 1% do território regional. E ainda, de acordo com a faixa populacional

19 Maleronka, 2025. Caminhos para financiar Cidades Integradas.

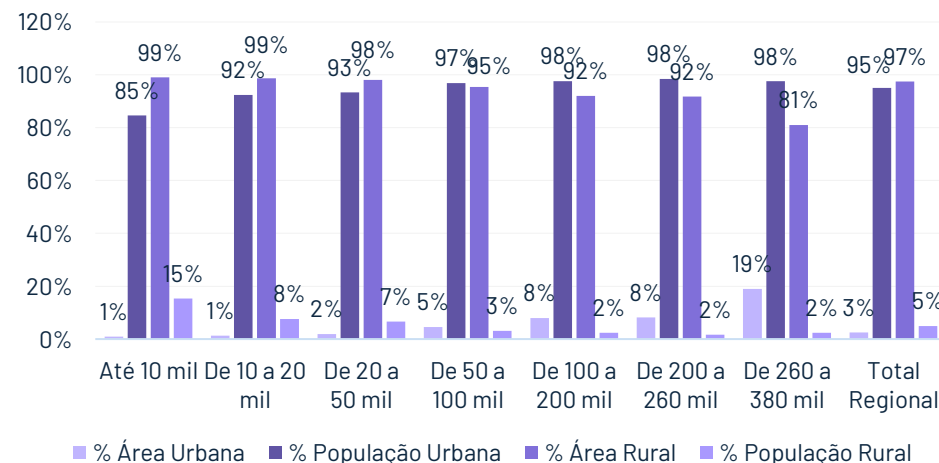
20 IPEA, 2020. Nota Técnica: A agenda urbana e a escala municipal: elementos para discussão tipológica de municípios.

do grupo de municípios, também é diferente a relação entre a quantidade de áreas urbanas e rurais e a população que reside em áreas urbanas e rurais²¹.

No gráfico seguinte apresenta-se a porcentagem de área rural e área urbana sobre a área que o conjunto destes municípios por faixa de população ocupam e a porcentagem da população em área urbana e área rural para o conjunto da população destes municípios. Para os municípios de menor faixa populacional, a proporção da população residente em área urbana é menor do que para os municípios de maior porte (para os municípios de até 10 mil habitantes, a população em área urbana é de cerca de 85%, chegando a 98% em Bauru) e, em relação à área urbana, a proporção também passa por um grande aumento (para os municípios de até 10 mil habitantes, a área urbana representa 1% do território, enquanto para Bauru, ela constitui 19% do território municipal).

Ou seja, a área rural corresponde a uma porcentagem muito grande do território da região (97%), sendo esta representatividade ainda maior nos municípios pequenos.

Gráfico 14: Situação por grupos de faixa populacional



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

Destaca-se, todavia, que só a referência do porte populacional não é suficiente para a caracterização dos municípios. Outro fator que pode ser fundamental para a compreensão de suas dinâmicas, tendências e obrigações legais, é a localização e as ligações que ele possui com outros municípios. Por exemplo, um município de até 10 mil habitantes na região pode apresentar diferentes dinâmicas se ele estiver isolado ou pertencer a um arranjo populacional local, participando de interações mais intensas com o município núcleo, ou mesmo dentro de um arranjo populacional, dependendo de suas inter-relações com outros municípios e com o núcleo.

21 Para este levantamento foram utilizados os dados do Censo de 2022, no nível de desagregação do setor censitário. A partir da classificação do IBGE sobre a situação de cada Setor Censitário foram somadas as áreas dos setores classificados como urbanos e dos classificados como rurais. E somada a população de acordo com a situação do setor. Apesar da classificação entre urbano e rural ser praticamente dicotômica a nível de situação do setor, alguns setores censitários sem população foram classificados como nulos no campo de situação, e a somatória das áreas foi desconsiderado.

Como exemplo, foram analisados três municípios de população abaixo de 10 mil habitantes com localizações e características distintas.

O município de **João Ramalho**, está localizado no oeste da região e próximo do limite do estado, tem 4.371 habitantes, não pertence a arranjo populacional, (os Arranjos Populacionais mais próximos são o de Tupã e Paraguaçu Paulista, Centro Sub-Regional B e Centro de Zona A respectivamente, segundo a Regic), a agricultura representa o maior valor adicionado bruto e “demais serviços” como segundo maior valor adicionado. Tem 32,95% da população inscrita no CadÚnico, com crescimento populacional baixo e expansão urbana também baixa, com TGCA populacional de 0,43%, TGCA da mancha urbana de 0,69%, e tendo casas de vila e condomínios como a tipologia de maior proporção de crescimento no último período, mas não possui plano diretor, nem obrigatoriedade de sua elaboração. Além disso, houve variação negativa de participação no PIB da região, de -26,5%.

Já **Avai**, vizinho ao município de Bauru (Capital Regional B segundo a Regic), não pertence a Arranjo Populacional (Arranjo Populacional de Bauru é o mais próximo), possui 4.483 habitantes, tem o maior valor adicionado bruto na categoria agricultura, e como segundo maior valor adicionado, “demais serviços” (similar a João Ramalho). Tem 35,6% da população inscrita no CadÚnico, com decréscimo populacional e expansão urbana alta, com TGCA populacional negativo de 0,84%, TGCA da mancha urbana de 1,16%, e tendo casas de vila e condomínios como a tipologia de maior proporção de crescimento no último período, mas não possui plano diretor, nem obrigatoriedade de sua elaboração. O município apresentou variação positiva na participação do PIB, sendo de 40,7%.

Por fim, o município de **Gavião Peixoto**, vizinho ao município de Araraquara, pertencente ao Arranjo Populacional de Araraquara (Capital Regional C, segundo a Regic), possui 4.702 habitantes, sendo 24,87% da população inscrita no CadÚnico. Possui o maior valor adicionado na categoria Indústrias de Transformação, e como segundo maior valor adicionado, “demais serviços”. Apresentou crescimento populacional baixo e expansão urbana alta, com TGCA populacional de 0,52% e TGCA da mancha urbana de 1,66%, com apartamentos como tipologia de maior aumento percentual. Além disso,

Gavião Peixoto destaca-se pelo expressivo Valor de Transformação Industrial (VTI), o que está relacionado à presença da EMBRAER no município. A empresa, fabricante de aeronaves, colabora para que a variação do PIB entre os anos de 2010 e 2022 seja muito significativa, chegando a aproximadamente 700%.

O mapa a seguir destaca os três municípios sinalizados, além de localizar os municípios de até 20 mil habitantes em relação à sua localização na região e aos arranjos populacionais.

ARRANJOS POPULACIONAIS E FAIXAS DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO

Região de Bauru-Marília-Araraquara
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Faixas de Municípios por População (IBGE, 2022)

- 0 a 10.000 mil
- 10.000 a 20.000 mil

Arranjos Populacionais (REGIC, 2018)

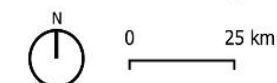
- AP Araraquara
- AP Barra Bonita - Igarapu do Tietê
- AP Bauru
- AP Marília
- AP Matão
- AP Ourinhos
- AP Paraguaçu Paulista
- AP Pirajuí
- AP Pompéia
- AP São Carlos
- AP Tupã
- Municípios em Destaque

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)

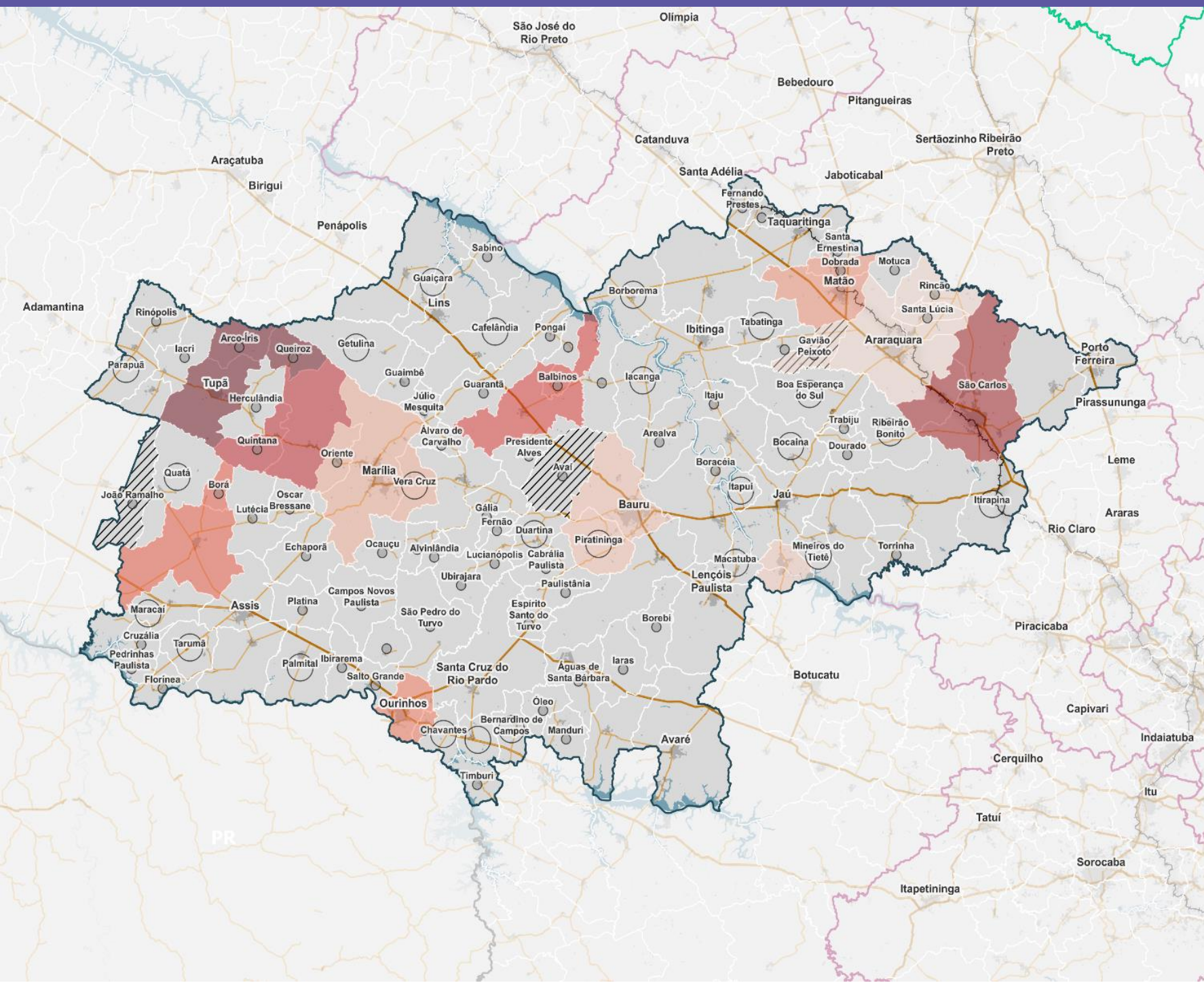
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



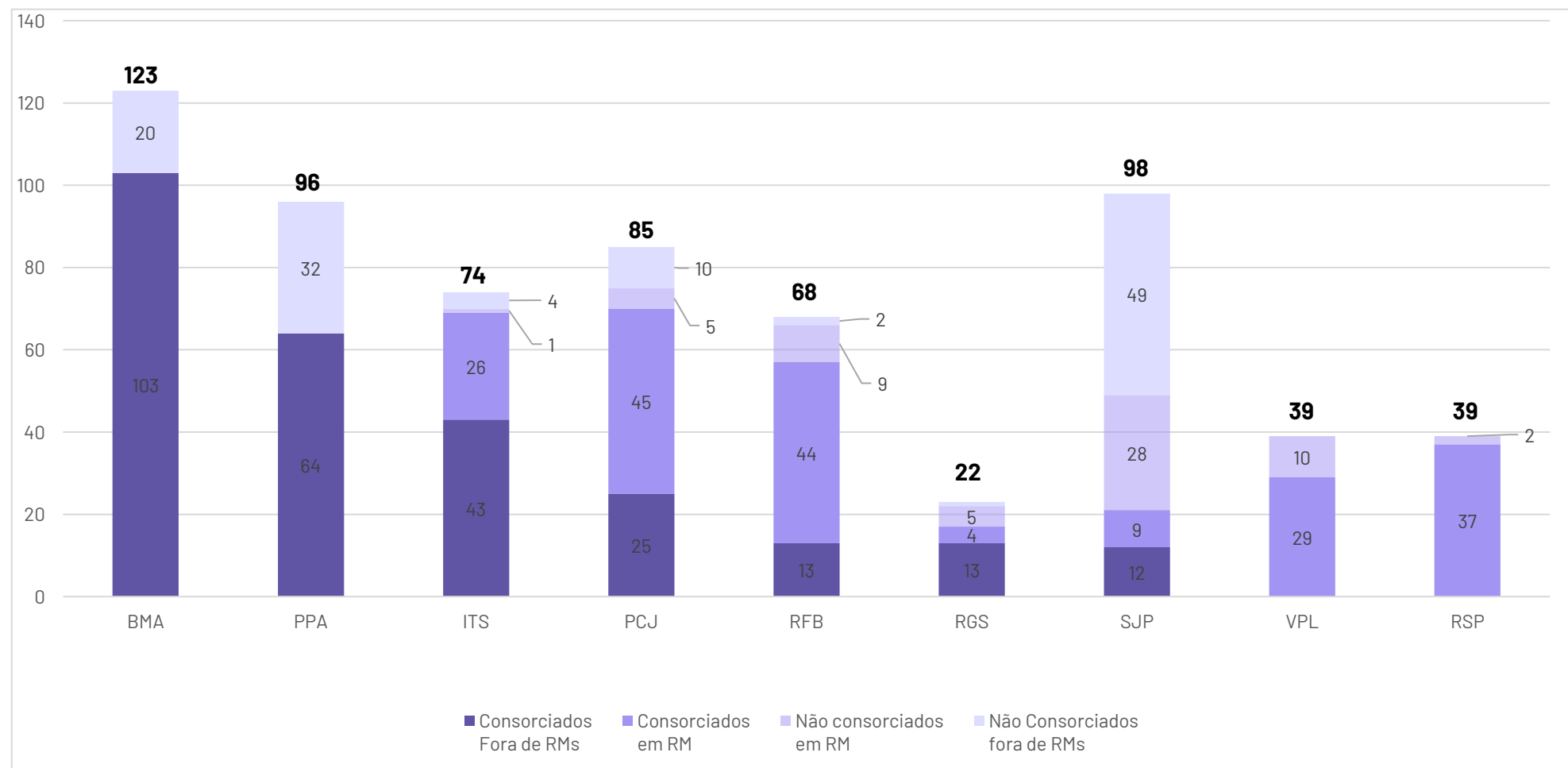
Conclui-se que as demandas para o desenvolvimento urbano dos municípios são diversas, mesmo dentro da mesma faixa populacional. Os diferentes cruzamentos feitos neste caderno buscaram trazer um pouco desta diversidade, com a indicação, sintetizada acima, das principais questões presentes na região, assim como desafios e oportunidades identificadas.

Em um contexto mais amplo, nos debates sobre a **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU**, é importante salientar a relevância dada ao financiamento da política urbana e sobre a governança para sua efetivação, incluindo a participação social e o monitoramento das políticas públicas urbanas. No texto base do Ministério das Cidades para a 6ª Conferência das Cidades, é destacada esta priorização necessária, fomentada por meio de subsídios e de editais de financiamento aos municípios.

Nesse sentido, vale ressaltar ainda a quantidade de **consórcios existentes nesta região**. Mesmo sem a existência de Regiões Metropolitanas que possam colaborar para a articulação das relações institucionais entre municípios, no total são 23 consórcios públicos intermunicipais atuantes.

O gráfico a seguir mostra a quantidade de municípios consorciados com os temas relacionados às funções públicas de interesse comum na região de Bauru-Marília-Araraquara em relação às outras regiões do estado. Sendo esta região composta por 123 municípios, dos quais **103 fazem parte de algum consórcio público intermunicipal**, fica clara a necessidade de articulação entre eles com o propósito de viabilizar o atendimento a funções públicas de interesse comum, que estão descobertas devido à falta de governança interfederativa entre os municípios.

Gráfico 15: Consórcios por Região PDUH



3.2 INTERFACE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

O ZEE-SP é o instrumento estadual de ordenamento e gestão do território e as diretrizes para a Zona de Gestão 1 (por conta de nela estar inserida parte considerável da RA Central: Araraquara) e da Zona de Gestão 2 (pelo fato de nela estarem inseridas a RA de Bauru e RA de Marília), devem ser consideradas para essa região de Bauru – Marília – Araraquara visando uma integração de ações para o planejamento regional²². As diretrizes de ordenamento e gestão do território indicadas pelo ZEE-SP partem das potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas do território.

Para a região é destacada a relevância das atividades agropecuárias para a economia local e regional. No entanto, constitui um setor que, apesar dos índices de produtividade, enfrenta desafios quanto à sustentabilidade, conforme aponta a condição crítica e/ou de atenção dos indicadores de Sustentabilidade da produção agropecuária. Existe diversificação da atividade agropecuária e industrial e pelo potencial de fabricação e exportação de produtos com maior intensidade tecnológica. Os indicadores relacionados à vegetação nativa e às Unidades de Conservação e áreas protegidas são críticos, o que constitui desafios para a conservação dos serviços ecossistêmicos fundamentais ao fornecimento de insumos e matérias primas para os setores produtivos.

As diretrizes do ZEE-SP para essas regiões refletem estes desafios, e as questões indicadas neste Diagnóstico Regional do PDUH estão em consonância com os temas e diretrizes indicadas pelo ZEE-SP para essas zonas.

Por fim, é importante destacar que o diagnóstico regional busca identificar questões incidentes ao conjunto da região e que, para que sejam

endereçadas para além da escala municipal e de modo integrado, é necessária uma governança interfederativa supra municipal.

²² Zoneamento e diretrizes aplicáveis para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado De São Paulo – ZEE-SP, SEMIL, 2022.

3.3 PRÓXIMOS PASSOS

Os Eixos intersetoriais estruturadores deste Caderno Regional: (i) dinâmica ambiental e saneamento, (ii) desenvolvimento socioterritorial, (iii) infraestrutura social & urbana e mobilidade, (iv) mudanças climáticas e vulnerabilidade socioterritorial, serviram de base para a organização do diagnóstico apresentado regionalmente. Os desafios e oportunidades indicados nessa seção reforçam as principais questões regionais identificadas.

Como sequência do processo de estruturação do PDUH 2040, os destaques identificados foram apresentados em Encontros Técnicos Regionais, realizados ao longo de 2025 e 2026, que permitiram o recebimento de contribuições locais, validando e aprofundando o panorama regional verificado. O conteúdo deste Caderno, juntamente com as premissas e diretrizes iniciais do Plano, subsidiaram a construção de estratégias estaduais, ações e subações, organizadas por eixo intersetorial, visando ao enfrentamento dos principais desafios elencados. Este conteúdo propositivo e estratégico constituirá caderno específico contendo as estratégias e ações do Plano.

